



# CONVERSAS LATINO-AMERICANAS

## CICLO DE DEBATES FEMINISTAS

**Alma Espino • Ana Falú • Beatriz Bissio • Cristina Carrasco  
• Estela Díaz • Francys Santos Jr. • Graciela Rodriguez  
Helena Silvestre • Luci Cavallero • Marcela Vecchione  
Mônica Francisco • Norma Sanchís • Raquel Rolnik •  
Silvia Federici • Sofía Scaserra • Sonia Bone Guajajara  
Tatiana Oliveira • Verónica Gago • Wendy Brown**

equit

 RED DE  
GÉNERO Y  
COMERCIO

 GI  
IF



# CONVERSAS LATINO-AMERICANAS

Ciclo de debates feministas

Esta publicação foi realizada pelo Instituto EQUIT - Gênero, Economia e Cidadania Global, e forma parte do projeto da Rede de Gênero e Comercio, -Equidade de Gênero com Justiça Econômica -, que forma parte do Programa de “Liderando desde el Sur”, financiado pelo Fundo de Mulheres do Sul.

*Coordenação*

Graciela Rodriguez

*Tradução*

Lucía Santalices, Maria Clara Lanari Bo e Marina Cortez

*Tradução simultânea nos debates virtuais*

Ricardo Silveira e Lucía Santalices

*Edição de texto*

Lucía Santalices

*Revisão*

Mônica Ramalho

*Projeto gráfico e diagramação*

Letra e Imagem Editora

*Apoio*

**GLOBAL  
FUND  
FOR  
WOMEN**



**FONDO DE  
MUJERES  
DEL SUR**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) DE ACORDO COM ISBD

C766 Conversas latino-americanas [recurso eletrônico] : ciclo de debates feministas / vários autores ; coordenado por Graciela Rodríguez. - Rio de Janeiro : Equit, 2021.

168 p. : PDF

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-87508-02-3 (Ebook)

1. Economia. 2. Mulheres. 3. América Latina. 4. Feminismo. I. Rodríguez, Graciela.  
II. Título.

2020-2601

CDD: 330

CDU: 33

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Economia 330

2. Economia 33

## SUMÁRIO

<i>Prólogo</i> .....	5
<b>DEBATE 1.</b> Corpos e territórios: Novas fronteiras extrativas do capital na América Latina.....	9
DEBATEDORAS   Sonia Guajajara e Silvia Federici	
MODERADORA   Graciela Rodriguez	
<b>DEBATE 2.</b> Geopolítica do extermínio .....	31
DEBATEDORAS   Beatriz Bissio e Graciela Rodríguez	
MODERADORA   Tatiana Oliveira	
<b>DEBATE 3.</b> Sistema financeiro: Endividamento das mulheres e a financeirização da natureza..	53
DEBATEDORAS   Luci Cavallero e Marcela Vecchione	
MODERADORA   Francy Jr.	
<b>DEBATE 4.</b> Neoliberalismo, eleições nos Estados Unidos, forças antidemocráticas e revoltas sociais.....	73
Verónica Gago entrevista Wendy Brown	
<b>DEBATE 5.</b> Violência proprietária: Direito a terra e habitação .....	85
DEBATEDORAS   Ana Falú e Raquel Rolnik	
MODERADORA   Helena Silvestre	

<b>DEBATE 6.</b> Debates contemporâneos da economia feminista.....	109
DEBATEDORAS   Cristina Carrasco e Mônica Francisco	
MODERADORA   Norma Sanchís	
<b>DEBATE 7.</b> Transformações do trabalho e do emprego: Covid-19 e depois.....	131
DEBATEDORAS   Sofia Scasserra e Estela Diaz	
MODERADORA   Alma Espino	
A revolução feminista já chegou .....	153
Verónica Gago	
<i>As autoras</i> .....	161

## PRÓLOGO

Quando em inícios de março de 2020 a pandemia do coronavírus, monstro de 7 cabeças e várias mutações, se abateu sobre nós, humanidade, muitas vozes e inúmeras questões foram lançadas na névoa de incertezas que nos envolveu.

A crise civilizatória da qual já falávamos há mais de uma década mostrou suas faces trágicas, desvelando em pouquíssimo tempo a pobreza e a miséria extremas, junto com a concentração também extrema das riquezas, na nossa região e globalmente. O sistema econômico-financeiro expôs suas feridas em espetáculo em tempo real nas mídias. O desemprego, a precariedade, a vulnerabilidade da vida em ambientes contaminados e desequilibrados, as violências do cotidiano se escancaram, golpeando bairros e comunidades populares, em todas as periferias do Sul global.

Com a impotência inicial que provocou o isolamento – que aliás, só alguns podíamos cumprir, enquanto outros e outras tinham que enfrentar a contaminação nos bairros sem infraestrutura ou nos trens e ônibus lotados para cumprir trabalhos essenciais, mas não só –, desde este pedacinho de chão latino-americano, buscamos somar forças para pensar coletivamente. A partir do nosso feminismo, fomos debruçar-nos sobre várias dessas questões que se colocavam sobre o cenário com a crueza da brutalidade. Há algumas décadas, temos impulsionado fortemente a perspectiva da economia feminista, porque ela explicita as tramas entre o sistema econômico-financeiro e as violências de gênero, nos ajudaram a refletir sobre este momento dramático e sobre os tempos de transição, quiçá civilizatória, que se afiguram.

Neste cenário de incertezas e ao mesmo tempo de brutais e doloridas certezas ao redor, lançamo-nos ao espaço virtual que nos permitiu acolher vozes distantes, porém unidas pelo desejo comum de entender a realidade mutante e acelerada do mundo.

Não foi pouco desafiador juntar teóricas e militantes feministas com as mais variadas perspectivas e olhares, trazendo a crítica rigorosa, incluindo o pensamento marxista que durante muito tempo deixou invisibilizado o trabalho doméstico reprodutivo, colocando com isso as mulheres na invisibilidade e na desvalorização. O debate que a economia feminista iniciou há décadas sobre a invisibilização do trabalho reprodutivo voltou a ser debatido com força dentro do

feminismo e no debate público em geral a partir de 2020, como resposta ao acúmulo de trabalho de cuidados sobre as mulheres durante a pandemia. A divisão sexual do trabalho foi radiografada pelo feminismo, expondo a “naturalização” desse trabalho invisibilizado e suas implicações para a acumulação capitalista através da reprodução da mão de obra, meio de produção indispensável para o capital. Também desvendou as consequências que esta naturalização tinha provocado sobre a dependência das mulheres em relação a seus pais e maridos, na sua desvalorização social e sobre o controle pelo Estado da sua sexualidade e da procriação. Essa contribuição da economia feminista, que visibilizou e valorizou o trabalho reprodutivo, está no fundo das novas perspectivas sobre o papel das mulheres e do feminismo na economia capitalista e nos processos transformadores da sociedade.

E os feminismos precisam continuar a ampliar seus debates em torno da exploração capitalista do trabalho não remunerado das mulheres, que desvelou a centralidade do trabalho doméstico não pago para o capitalismo, expondo uma das bases de sua subordinação e da desvalorização social. A rejeição ao trabalho reprodutivo como destino natural das mulheres colocou em crise não só a estrutura do patriarcalismo, como a base mesma da exploração. Esse é o substrato onde se realiza a dominação, e por isso, o capital precisa mais uma vez reinventar e metamorfosear as formas como produz exploração, porque tem sido desmascarado pelo feminismo.

Nesse sentido, querendo colaborar com a reflexão dessas novas perspectivas, organizamos de modo virtual o Ciclo de Conversas Latino-americanas, e trabalhamos com dois objetivos. O primeiro, fortalecer o diálogo entre o movimento social e feminista brasileiro e seus pares da América Latina. Um diálogo que, às vezes, se ressentia, em parte pelas dificuldades com as línguas diferentes utilizadas na região. O Ciclo foi pensado, então, para aproximar visões das quais o Brasil está um pouco distanciado e nos acercar às realidades dos países de fala hispana da América Latina, e por esse motivo os debates contaram com tradução simultânea. Por outro lado, o segundo objetivo é pôr em discussão alguns temas ou perspectivas novas na agenda dos feminismos, populares, comunitários, ativistas, enfim, plurais.

De fato, nos últimos anos, com o chamado fim do ciclo progressista, a América Latina vem reforçando seu “destino” de território em disputa, num atualizado processo de recolonização. Se bem o histórico projeto colonial na América Latina continua vigente, ainda que mascarado, ele está sofrendo uma atualização do processo passado, aprofundando os mecanismos da subalteridade estruturados pela colonialidade.

Assim, o Ciclo de Debates buscou refletir sobre nossa realidade em crise de transição, como vem sendo caracterizada esta época, inclusive para muitos e muitas autoras, não só tempo de transformações, senão como de crise civilizatória. Desse modo, os temas que pautaram os debates partiram da realidade complexa da América Latina, procurando adentrar nessas complexidades e diversidades que moldam o atual panorama regional.

A divisão internacional do trabalho vem redefinindo, com formas atuais, o caráter permanentemente colonial de nossa região, redesenhando o modelo produtivo agro mineiro exportador, agora desindustrializado, e servindo à disputa pela hegemonia global dos EUA, especialmente com a China. Assim, desde a década passada, para essa readequação, a região vive uma série de golpes político-militares de novo tipo, promovendo governos autoritários com uma agenda ultraneoliberal que vem contribuindo para a degradação das democracias, transformando-as praticamente em cascas vazias: a ordem neoliberal se impondo, assim, como racionalidade dominante, agindo não só sobre os governos, mas também sobre as pessoas.

Para dar conta dessas novas realidades, preparamos um Ciclo de Debates que, desde o início, aportou com leituras acerca de como o modelo capitalista está funcionando hoje na região; quais são suas novas formas de exploração dos territórios, das populações e dos corpos. Mas também conduzimos estas discussões no sentido das alternativas, da elaboração de novas agendas que nos coloquem em uma linha de trabalho atenta às novas necessidades, tanto dos movimentos, como das sociedades em seu conjunto.

Mas essas novas agendas, ainda mais as alternativas, não são sempre tão visíveis, e nosso papel, portanto, foi buscar visibilizá-las internamente nos movimentos sociais. Por exemplo, a agenda dos direitos trabalhistas que este encontro discutiu e que talvez já esteja instalada, mas ainda com uma visão um tanto tradicional, precisamos atualizá-la, colocá-la em dia, porque há novas formas de trabalho, as formas de exploração multiplicaram-se e entraram nas casas. Desse modo nos debruçamos sobre a realidade de isolamento social que a pandemia nos impôs, que para muitas mulheres se desdobrou em maiores tarefas do cuidado realizadas nos lares, que também se transformaram nos novos espaços do trabalho em *home-office*, invadindo horários, rotinas e a própria perspectiva do doméstico.

Esse foi um aspecto central do Ciclo, que aprofundou a reflexão e o debate, considerando as novas formas que tem assumido a luta das mulheres, especialmente das mulheres negras e indígenas, mal chamadas lutas identitárias, e que requerem ser observadas na perspectiva de novas

formas de exploração do trabalho, que em verdade ampliam a diversidade de sujeitos sociais a serem visibilizados no interior da luta de classes.

Também buscamos dar respostas à financeirização da vida, que amplia o endividamento de países e empresas, mas também das mulheres, no seu enfrentamento cotidiano pela sustentabilidade da vida das famílias. Aprofundar os saberes comunitários que as mulheres articulam nas economias populares como expressão vital de novos arranjos produtivos que expandem a noção de trabalho. Colocar os cuidados domésticos e coletivos no centro da economia e da vida entendida com dignidade. Pensar os desafios de fugir das perspectivas coloniais na construção de cidades e moradias que enfrentem a violência proprietária e que acolham a diversidade de arranjos familiares e modos de vida nas periferias urbanas, no campo, nas aldeias, nas beiras dos rios, nas comunidades quilombolas, e na enorme diversidade de modos de viver que se evidenciam em nosso continente.

As lutas contra as hierarquias sexuais e raciais levadas à frente pelas mulheres, capitaneadas pelos feminismos nos últimos anos, trouxeram ao mesmo tempo uma subversão da ordem simbólica que atingiu em cheio o sistema capitalista patriarcal e racista. O capitalismo que se estruturou, não só na lógica de classes, mas também na lógica patriarcal e colonial, tem aprofundado as desigualdades de gênero e raça, e por isto vem sendo mais uma vez confrontado. As contradições são cada vez chagas mais expostas nas sociedades deste convulsivo início de século. Territórios e corpos tornando-se, cotidianamente, campos de disputa da vida.

O avanço dos feminismos nesta ordem ideológica e nas hierarquias sustentadas pelo patriarcalismo tem mexido profundamente nas estruturas das sociedades, transformando-se em inimigo do *status quo* social; por isso o ataque renovado do conservadorismo que vivenciamos nos tempos atuais.

Assim, os feminismos precisam debruçar-se sobre todos os âmbitos das disputas pela hegemonia global e pelo poder colonial e patriarcal, compreender tais disputas e florescer junto às mulheres urbanas, rurais, negras, brancas e indígenas, abrindo os caminhos de luta por um mundo mais justo e conquistando mentes e corações.

*Graciela Rodríguez*

## DEBATE 1

# CORPOS E TERRITÓRIOS

## Novas fronteiras extrativas do capital na América Latina

DEBATEDORAS | Sonia Guajajara e Silvia Federici

MODERADORA | Graciela Rodriguez

10 DE SETEMBRO DE 2020

Olá amigas, amigos e amigues.

Boa tarde, estou muito feliz de estar aqui, abrindo este Ciclo de Debates Feministas que começa hoje e que seguirá até o final do ano com sete encontros, que espero que vocês possam acompanhar.

Este é um Ciclo de Debates que está sendo promovido por organizações do Brasil e da Argentina em parceria, e tentaremos abordar temas bastante relevantes do ponto de vista da atualidade e do interesse, não só dos movimentos de mulheres e feministas, como do conjunto dos setores progressistas da nossa região, a América Latina. Temos muito o que contribuir com esses debates, e a ideia é fazê-los em quatro módulos: os dois primeiros tratarão de olhar a situação atual do processo de acumulação capitalista na região, como se comporta atualmente esse modelo extrativista de capital, qual é a violência que está aplicando sobre os corpos e os territórios, e a crueldade com que está se impondo. Na segunda parte, contando também com dois módulos, tentaremos discutir alternativas, abordar a economia feminista como parte dessas alternativas buscando oferecer propostas, do nosso ponto de vista, e também dos movimentos feministas das Américas.

Hoje participam duas queridíssimas e importantíssimas mulheres da nossa região, que têm muito a contribuir com este tema: *Nossos corpos, nossos territórios e as novas fronteiras do extrativismo na América Latina*.

Antes de entrar no debate com elas, queria primeiro agradecer. Agradecer muito mesmo, tanto a presença de ambas, por terem aceitado o convite, quanto agradecer à equipe toda que fez que o debate seja possível; tanto do Instituto Equit, quanto também agradecer às nossas parceiras da Argentina, da Rede de Gênero e Comércio, uma parceria antiga que temos desde o Instituto Equit, com organizações de Argentina e Uruguai que vêm contribuindo com análises da macroeconomia e da economia feminista para pensar a realidade em nossa região. Também a colaboração e linda parceria com o GIIF - Grupo de Investigación e Intervención Feminista (*Grupo de Pesquisa e Intervenção Feminista*) -, que conta com a participação de Verónica Gago e Luci Cavallero, a quem também agradeço enormemente todo o apoio e parceria que estamos construindo, há vários anos, e que é muito importante para nós e para a atualização dos debates no Brasil. Agradeço ainda toda a equipe que se empenhou neste processo.

Também quero agradecer muito aos grupos de mulheres do Amazonas, do Maranhão, do Pará, da Bahia, do Ceará, de todos os Estados, enfim, não quero esquecer de ninguém, nossas amigas da AMIMA - Associação de Mulheres Indígenas do Maranhão e as mulheres das várias etnias que também estão aqui nos prestigiando. O ciclo contará com tradução simultânea espanhol/português porque queremos que sirva para facilitar e aprofundar o diálogo com o feminismo da América Latina. Este é um dos objetivos do nosso Ciclo, do nosso esforço neste momento.

E quero também agradecer demais ao Fundo de Mulheres do Sul, porque tudo isto se faz com o seu valiosíssimo suporte. Um fundo de mulheres que apoia mulheres, então é um fundo de mulheres para mulheres, e que tem tido uma enorme contribuição para a nossa atuação nestes últimos tempos.

Queria então falar rapidamente dos objetivos do nosso Ciclo. Contribuir com o diálogo do movimento de mulheres e feministas na América Latina é um deles, mas também, e aqui uma questão especial, fortalecer o pensamento crítico. Precisamos ter um pensamento crítico da realidade, para não cairmos na repetição de ideias genéricas. Neste momento, precisamos fazer um profundo diagnóstico da região e que ele nos sirva, tenha consequências no sentido de buscar saídas e construir alternativas estratégicas. Penso que por vezes dissociamos a análise da prática: faz-se uma boa análise, por exemplo, percebe-se que a região tem sofrido com golpes de

novo tipo, que vivemos um forte avanço das direitas ultraneoliberais e conservadoras etc., mas ao mesmo tempo, por vezes isso não se vê refletido nas realidades da prática do ativismo, e esse aspecto também é importantíssimo para o nosso diálogo.

Enfim, apresento nossas queridas amigas, amadas companheiras de luta há tempos. Primeiro falará a querida professora Silvia Federici, escritora e militante feminista, uma intelectual brilhante, acadêmica e teórica social da maior relevância. Não se pode compreender o feminismo destes tempos sem ler Silvia Federici. Uma mulher de uma honestidade intelectual, e de uma generosidade para compartilhar conosco que são ímpares, e por isso quero muito agradecer à Silvia. Autora de vários livros, em que cada frase é um ensinamento, dentre os quais o próximo a ser lançado em novembro (2020), que já no título nos traz muitas esperanças, muita expectativa, muita possibilidade de novas construções, de novas formas de pensar este mundo. O livro chama-se *Reencantar o Mundo: O Feminismo e as Políticas dos Comuns*. Pediremos também que Silvia se refira um pouco a essa ideia, de reencantar o mundo, que me encantou e espero que encante a vocês também.

Embora também dispense apresentações, Sonia Guajajara, nascida na Terra Indígena Arariboia, no Estado de Maranhão, é uma liderança indígena que tem dado enorme contribuição na organização do movimento indígena no Brasil, na construção da APIB – Associação dos Povos Indígenas do Brasil, da qual é membro e diretora. Foi também em 2018 candidata à vice-presidência da República pelo PSOL, mas faço questão apenas de dizer que é uma muito querida companheira de luta.

## SILVIA FEDERICI

Obrigada, Graciela, pelas palavras generosas e saudações a todes, à Sonia em particular.

Gostaria de referir-me a como a política extrativista se conecta, hoje, com a violência contra as mulheres. O argumento é muito amplo, mas nosso tempo é limitado, então, abordaremos brevemente o tema.

Em primeiro lugar, a questão do extrativismo: um modelo de desenvolvimento dominante em grande parte do mundo atualmente. Um modelo, para dizer sem rodeios, genocida, que expulsa milhões de pessoas de seus territórios, que produz fome, violência e sobretudo, violência contra

as mulheres. Esquemáticamente, esse modelo se impõe especialmente a partir dos anos 80 e 90 do século passado, com o início do fracasso do modelo de desenvolvimento dominante no período pós-guerra, centrado na industrialização, na fábrica e na produção de bens de consumo. Aquele modelo fracassou, em grande medida, devido às lutas contra o trabalho industrial, mas também, por conta das lutas anticoloniais, sobre as quais não falarei mais por falta de tempo.

Surge, então, com a globalização, um novo modelo de desenvolvimento: o neoliberalismo, que se foca cada vez mais sobre o extrativismo. Por um lado, esse modelo é liderado pelo setor energético – a mineração, a extração de petróleo – e se conecta diretamente ao objetivo de desenvolver novas tecnologias que sirvam para substituir o trabalho, para evitar as lutas, as revoltas contra a fábrica e todas as formas de trabalho muito exploradoras e opressivas. Grande parte da produção de tecnologia digital depende hoje do extrativismo. E por isso, seu domínio se expandiu por muitas partes do mundo.

Agora, o que é extrativismo? Vou referir-me a uma definição que me impactou muito, uma das primeiras definições, que devemos a Luís Tapia, teórico e ativista boliviano. Tapia disse que o extrativismo não é somente a exploração e extração dos produtos do solo – sejam agrícolas ou minerais. O extrativismo é uma forma de colonização interna, um tipo de extração que produz, por si mesma, desigualdades: que produz por si mesma uma desagregação do território e do tecido social. E é uma forma de colonização interna porque os produtos são exportados, porque a maioria das pessoas que vive nas localidades onde há extração está impossibilitada de usar os produtos que deve produzir.

O extrativismo é também uma política genocida porque destrói o território, seja através da contaminação, seja pela substituição de cultivos e de produção para a subsistência por soja e outros poucos produtos para exportação. Em todo caso, não permite que as pessoas vivam nos seus territórios. As pessoas morrem por contaminação, ou de fome, ou emigram. Por isso, o extrativismo está esvaziando os territórios e, por isso também, conecta-se diretamente com a violência contra as mulheres. Hoje, as mulheres – em especial as mulheres camponesas e as mulheres indígenas, esta é a realidade na América Latina ou na África – estão à frente da luta contra o extrativismo. Elas são o maior obstáculo à penetração do capitalismo em seus territórios, à destruição de seus territórios. E isso se deve também ao fato de que as mulheres são o sujeito primário da reprodução da vida. Como disse uma mulher da Amazônia que ocupa um posto de direção: “não posso dar petróleo de comer a meu filho; não posso dar para beber a meu filho uma água

que está contaminada”. Essas mulheres enfrentam cotidianamente a realidade do extrativismo que transforma a produção de vida em produção de morte. Também nos Estados Unidos, foram as mulheres quem lutaram contra a construção do oleoduto Dakota Access<sup>1</sup> e se proclamaram defensoras da água.

Mas também podemos entender o extrativismo de um modo mais amplo e, nesse sentido, têm sido de muita importância as contribuições das companheiras feministas da Argentina. Como descreve Veronica Gago em seu livro “A potência feminista”, esse extrativismo é mineiro e agrícola – sim –, mas também financeiro, e opera a partir da financeirização de nossa reprodução. Isso significa que, cada vez mais, em todo o mundo, para reproduzirmos, estamos obrigadas a usar ferramentas financeiras, como o cartão de crédito; estamos obrigadas, sobretudo, a nos endividarmos. E a dívida é uma forma de extração, e de extrativismo, porque rouba, extrai recursos, bens, riquezas sociais das comunidades.

Trata-se, em todos os casos, do empobrecimento, da desertificação do território social, dos territórios urbanos. E é importante ver a conexão entre essas formas de extrativismo porque é através da dívida, através da financeirização da vida cotidiana, que o extrativismo mineiro ou agrícola pode acumular imensas riquezas. Endividamo-nos para pagar a luz, o transporte ou a comida, e cada um, ao pagar a luz, o transporte, o gás, a comida, paga às grandes companhias de petróleo. O petróleo está em todas as coisas: na comida, na luz, no gás, no transporte. De modo que somos testemunhas de uma nova forma de acumulação capitalista que não se fundamenta, como no passado, na fábrica, sobre a exploração direta do trabalho vivo; não se fundamenta na exploração direta dos trabalhadores, que agora estão nas comunidades exploradas. Fundamenta-se em uma exploração indireta, invisibilizada: sobre a exploração da companhia de petróleo ao obter seus ganhos com o nosso pagamento da luz, ou do nosso transporte. Trata-se de um grupo muito forte que devemos combater.

Essa extração, o extrativismo financeiro, também é causa da violência contra as mulheres. Muitas estatísticas e estudos mostram que a presença da dívida e o empobrecimento das famí-

<sup>1</sup> O oleoduto Dakota Access é uma rota petroleira de 1.886 km de extensão que vai desde Dakota do Norte até Illinois, nos Estados Unidos. Sua construção provocou intensos protestos e múltiplas batalhas legais que começaram em abril de 2016 e seguem em curso. Em janeiro de 2021, o Tribunal Federal de Apelações emitiu uma sentença que, em concordância com a dos juízes de primeira instância, declara ilegal o cruzamento do oleoduto com o Rio Missouri, perto da reserva Sioux de Standing Rock e ordena uma revisão ambiental em profundidade. [N. da E.]

lias e das comunidades aumentam as tensões intrafamiliares. Há uma conexão direta com a violência doméstica, a violência dos homens contra as mulheres. As mulheres endividadas são muito mais vulneráveis à violência masculina do que as mulheres que têm recursos e podem ser mais independentes.

Em ambos os casos, então, quando falamos de extrativismo, deste extrativismo amplo, falamos de uma forma de desenvolvimento, de uma forma de acumulação muito destrutiva de toda a comunidade e muito violenta para todas as mulheres, nas quais há um impacto particular enquanto sujeitos da reprodução e enquanto envolvidas em relações matrimoniais ou outras, muitas vezes tão desiguais em relação aos homens.

O que fazer? Creio que há duas coisas importantes. Uma, é unir nossas lutas, algo que creio que já está acontecendo. Quando vejo a situação e as lutas das mulheres na América Latina, vejo que não há somente redes de mulheres camponesas e indígenas, mas há redes de mulheres que se unem, do campo aos bairros nas cidades. Esses movimentos devem unir-se porque o inimigo é o mesmo e são as mesmas dinâmicas que empobrecem ambos. Por outro lado, é necessário fortalecer o tecido social. Creio que é um fato geral que, se olharmos a situação de 20, 30, 40 anos atrás, vemos que, apesar da existência da exploração, havia comunidades que tinham força. O desenvolvimento das últimas três décadas desintegrou muitas dessas comunidades. O extrativismo, a violência estatal, a violência em geral obrigaram muitas pessoas a migrarem. A desindustrialização dos Estados Unidos, por exemplo, destruiu muitas comunidades. Então, é necessário fortalecer o tecido social, reconstruir a comunidade enquanto contrapoder capaz de enfrentar o Estado. As estatísticas nos dizem que a maior parte da violência contra as mulheres vem hoje do Estado – também das companhias, mas sobretudo do Estado –, dos militares, da polícia, dos funcionários e autoridades. Então, é necessário recuperar a possibilidade de enfrentar o Estado porque sua força é nossa fraqueza. Uma comunidade que não tem um tecido social forte é uma comunidade que não pode enfrentar, negociar nem rechaçar essas formas de exploração.

GRACIELA RODRIGUEZ

Muito obrigada, Silvia, acho que você nos deu um rápido resumo dessa situação do extrativismo nos nossos territórios e da violência que isso está significando na região, e nada melhor então do

que agora ouvir Sonia Guajajara, uma pessoa que está justamente à frente desses processos de resistências, de luta frente a essas políticas extrativistas que estão, cada vez mais, avançando sobre os territórios e esvaziando-os, sobretudo os indígenas, no caso do Brasil, mas que em outros países latino-americanos vêm atuando de formas muito semelhantes, de ataque frontal a grupos de povos indígenas que são justamente aqueles que mantêm esses territórios, vivem neles e têm cuidado deles por séculos. Então, quero apresentar a Sonia, que é coordenadora da APIB, uma articulação de povos indígenas do Brasil, a organização mais ampla dos povos indígenas brasileiros. Ela tem também uma longa trajetória de coordenações: já formou a APIMA (Associação dos Povos Indígenas do Maranhão), também participou da COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), e na verdade, a Sonia teve um papel central no ano passado na organização da Marcha de Mulheres Indígenas, uma primeira marcha belíssima que aconteceu em Brasília e contou com milhares de mulheres indígenas marchando e levando suas bandeiras. Recentemente, ela também foi candidata a vice-presidenta por um partido político, o PSOL, e teve, portanto, uma atuação muito significativa nas eleições, levando essa presença indígena que está crescendo muito no Brasil. Sonia, obrigadíssima pela presença.

## SONIA GUAJAJARA

Olá, boa noite, boa tarde ainda aqui no Maranhão, Graciela e Silvia, muito obrigada pelo convite. Para mim, é uma honra estar aqui com vocês, com a Silvia, que sempre traz toda essa riqueza de conhecimento e que para nós é sempre um aprendizado gigante.

É muito interessante começar este ciclo de debates trazendo o corpo e o território como essas novas fronteiras extrativas do capital na América Latina. É de fato o que está em jogo hoje, o nosso corpo e o nosso território.

Falamos hoje, mas quando voltamos os 500 anos de Brasil, de invasão europeia e tudo o que essa expansão representou em termos de povoamento e colonização da América Latina, já nos deparamos com a exploração dos corpos e territórios.

Para nós indígenas, explorar os territórios sempre foi diferente de explorar os corpos. Todo e qualquer plano de desenvolvimento nacional ou de progresso do país teve como base a exploração e o extermínio dos povos indígenas. O progresso sempre tem a morte como parâmetro, está

pensado a partir da morte. Seja a morte dos territórios, dos corpos, das pessoas, da biodiversidade ou do meio ambiente, o progresso foi pensado como sinônimo de destruição. E todo esse avanço teve e continua tendo como base, dentro do grande plano de extermínio, a exploração do corpo das mulheres.

Quantas mulheres indígenas foram estupradas durante todo esse período sangrento, violento de colonização, imperialismo, ditadura, e que perdura até os dias de hoje? Essas práticas coloniais permanecem muito vivas ainda. Esse Brasil miscigenado, multicolor, misturado, como falamos, é também resultado do estupro de mulheres e meninas indígenas.

Roubadas, levadas à força pelos barões do café, do cacau, que sequestravam essas meninas para levá-las a suas fazendas para serem violentadas, às vezes mortas. Muitas vezes tiravam os filhos de suas mães – quando eram meninos, ficavam com eles, e quando nasciam meninas, deixavam que fossem com as mães.

Nossa história implica em que, hoje, muita gente não saiba sobre sua origem. Somos um Brasil indígena, e muitos até entendem que há essa origem, essa raiz indígena, mas não sabem muito bem qual é essa raiz, que dá origem a todo esse processo violento, sangrento e de estupro das mulheres. E daí vêm expressões usadas até hoje por muitas pessoas, inclusive próximas, apoiadoras dos nossos movimentos, que trazem muitas vezes essa história de violência impregnada e dizem com toda a naturalidade: “minha avó foi pega a dente de cachorro”, “minha avó foi pega no laço”. Quem nunca escutou ou mesmo utilizou essas expressões extremamente violentas? Há pessoas inclusive que naturalizam tais expressões no intuito de mostrar sua origem, aproximar-se delas, e acabam referindo-se ao indígena como um “bicho do mato”, um selvagem. Portanto, é preciso ter atenção a essas formas e, ao olhar para essas mulheres, sentir a mesma dor que elas sentiram. Se ela foi “pega no laço” ou a “dente de cachorro” é porque não queria ir, não foi por gosto; foi violentada. Vejam a brutalidade dessas práticas. Imaginem, ser pega no laço e levada no laço para ser abusada pelo patrão ou por um senhor da grande elite. Ser arrastada para algum lugar que você sequer sabe qual é. Então, ao escutar essas expressões, é muito importante combatê-las: não basta não ser racista, é preciso ser antirracista. E tudo isso é fruto desse colonialismo, dessa selvageria, dessa brutalidade, dessa violência que aconteceu lá atrás e que se repete até hoje. Nossos povos continuam sendo expulsos, explorados, e as mulheres continuam sendo vistas como objetos. Nesse sentido, ainda temos que desconstruir muitas práticas entendidas ainda hoje como cultura e que são fruto do período colonial e posteriormente das ditaduras. É um traço muito

presente na sociedade patriarcal, fora e também dentro dos territórios indígenas, que ainda vem sendo considerado como cultura. Em muitos povos, por exemplo, ainda não é permitido às mulheres ocupar determinados espaços de liderança dentro das organizações ou nos espaços de decisão porque culturalmente permanece a ideia de que as mulheres não podem participar.

Ainda assim, temos dado alguns passos. Apesar das dificuldades a mais que as mulheres indígenas temos para fazer esse enfrentamento, viemos assumido várias frentes de luta, buscando esse protagonismo, a participação nos espaços, e fazendo também a luta pela igualdade de gênero: passos lentos, porém firmes. Temos conseguido avançar com muitas ações, e hoje temos mulheres que lideram vários espaços dentro das organizações indígenas. Gosto de lembrar de Nara Baré, a primeira mulher indígena a coordenar a COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira). Esse espaço não foi oferecido à Nara gratuitamente, é antes fruto de um processo de construção das mulheres, que começamos a discutir e organizar-nos para chegar também a esses espaços e ocupar as coordenadorias, porque por muito tempo nos foi reservado o lugar de secretária. “Ah, vamos colocar uma mulher? Que seja então como secretária.” E não como uma secretária política, mas como uma secretária operacional, com a função de apenas secretariar a organização ou ser diretamente secretárias dos líderes. Fomos trabalhando essas questões com muita responsabilidade, em uma construção de muitas mulheres e a partir de muita discussão. Hoje, temos na COIAB uma coordenação paritária, dois homens e duas mulheres ocupando a coordenação executiva. Isso para nós significa um avanço gigante. Aqui no Maranhão temos uma organização estadual. Recentemente, a coordenação da organização do Estado foi renovada, também de maneira paritária, dois homens e duas mulheres na coordenação. E vale lembrar que na coordenação passada, conseguimos colocar 3 mulheres e apenas um homem, que foi o secretário durante todo o mandato. Penso que a ideia da luta não é ser mais nem ser menos, é antes trabalhar pela igualdade de participação e direitos. E estamos trabalhando nesse sentido, creio que com muita sabedoria, porque não estamos com pressa, não queremos resolver um problema, uma situação pontual. Queremos antes conscientizar acerca de qual é o nosso lugar.

Nessa luta coletiva que une a nós, mulheres, quando falamos em território, penso que temos um apego maior porque nos sentimos a própria terra, o próprio território, juntamente com o conjunto de bens naturais, bens comuns (a água, a biodiversidade, os animais, a floresta...). Somos tudo isso. A primeira Marcha das Mulheres Indígenas do Brasil e do mundo, vale ressaltar, que

aconteceu em 2019 em Brasília, já é referência para muitas mulheres que nos procuram querendo organizar mais marchas, as suas marchas. A Marcha trouxe o tema “Território, nosso corpo, nosso espírito”, entendendo a terra enquanto esse sagrado que nos garante a vida, de maneira indissociável, em que tudo é um conjunto. É nesse sentido que, quando fazemos o enfrentamento em defesa dos territórios e dos direitos territoriais, colocamos nossos corpos ali, à disposição da luta, porque quando se ataca e atinge a terra, nosso corpo também é completamente impactado.

O modelo contra o qual nos enfrentamos é totalmente predatório, centralizador e opressor. É preciso urgentemente romper com esse modelo explorador que atende somente às demandas do capitalismo, que já mostrou e continua mostrando que também impacta nas democracias do mundo inteiro. Então, lutar pelo território é lutar também, temos que entender, pela democracia, pela participação, pela igualdade.

E nesse sentido, defendemos que é preciso democratizar e descentralizar o uso da terra. E se não rompemos com essa lógica, estamos sendo coniventes com o modelo e compactuando com a aceleração do caos no planeta.

Como exemplo, podemos tomar a própria pandemia, que já matou milhares de pessoas no mundo inteiro, mais de 120 mil até hoje só no Brasil – já estamos chegando a 800 indígenas mortos, dos quais mais de 170 são anciãos, de 255 povos indígenas dos 305 existentes no país atualmente, foram atingidos. Dentro disso, um fato importante é que as mulheres indígenas têm morrido menos nessa pandemia do que os homens. Podemos pensar que quiçá as mulheres sejam mais fortes, mas principalmente, que não estamos somente preocupadas em conter a pandemia, senão que temos essa sabedoria de orientar e cuidar. Por mais que as mulheres sejam as que menos morreram, somos as mais impactadas, porque somos nós quem cuidamos dos enfermos, que nos preocupamos com a alimentação de todos, que nos preocupamos ao denunciar as invasões aos territórios, ao combater o desmatamento, os incêndios. Somos nós que estamos sempre ali, dando um norte, uma orientação, somos guias. E assim o somos porque estamos orientadas pelas nossas ancestrais, que continuam dizendo-nos o caminho. E aproveitamos esse momento, não para passar a boiada, mas para dar nomes aos bois, a todas as empresas que estão explorando, querendo atender suas próprias demandas econômicas em detrimento da vida, dos modos de vida dos povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais que estão dando suas vidas para manter esses territórios. Nessa luta, que é política, colocamos nossos corpos na linha de frente para defender a Mãe Terra, porque sem ela não há como sobrevivermos,

ninguém conseguirá sobreviver, no mundo inteiro, se a Terra parar de gritar. Por tudo isso, este Ciclo de Debates deve ser aproveitado para articular essa reconstrução. Para onde queremos ir? Qual modelo queremos? Que sociedade construiremos para o nosso futuro? Debates como este são importantes para que possamos construir essas pontes. Não podemos construir mais muros, temos que construir pontes que conectem para além das fronteiras, dos continentes, e que nós mulheres sejamos essas pontes, essas novas conexões para construir o futuro que queremos, para construir a sociedade que queremos. Não podemos passar por esta pandemia e voltar ao mesmo lugar onde havíamos parado antes dela, e seguir adiante desse mesmo ponto. Agora, precisamos juntas reconstruir o país, a sociedade, o mundo que queremos. Esse mundo mais fraterno, mais igual, que respeite os modos de vida, que respeite os direitos e a participação das mulheres, e que tenha mais empatia de uns com os outros. Além do pacto de romper com o racismo, o fascismo e com o machismo. Só assim conseguiremos essa liberdade e justiça de que o mundo precisa.

## GRACIELA RODRIGUEZ

Obrigada, Sonia, você colocou vários pontos que, creio, também dialogam em muitos pontos com as temáticas levantadas pela Silvia. E aproveito então para já lançar as primeiras perguntas.

Sonia finalizou sua colocação chamando para o debate acerca do mundo que queremos construir. Por outro lado, Silvia está lançando um livro que se chama *Reencantar o Mundo*, sobre a política feminista e os comuns. Ela costuma referir-se bastante às comunidades, ao que são os comuns e a importância de pensá-los; porque não há comum sem comunidade, e não há comunidade sem mulheres, que são as que se preocupam por realizar esse trabalho do cuidado de que Sonia falava. Então, gostaria de pedir que Silvia nos comentasse sobre esse reencantamento do mundo. Em seguida, pediria que Sonia retomasse o tema da democratização da terra, uma questão extremamente importante e muito estruturante da situação dos extrativismos e das situações de violência que vivemos na América Latina em seu conjunto, e particularmente, que vivem os povos indígenas agora no Brasil. Penso que a questão da democratização da terra, aliada aos modos de produção indígena, representam um ponto de encontro entre as intervenções de Silvia e Sonia. Como são as relações estabelecidas entre esses modos de vida e de produção e a comunidade, a natureza, o cuidado e a não destruição, em oposição àquilo que Sonia colocava

sobre o progresso, ou aquilo que se chama de “progresso”? Quiçá, esses modos de vida possam ser exemplos, formas também de reencantar o mundo, de voltar a criar laços com as pessoas para pensar outros modos de vida.

## SILVIA FEDERICI

Quero começar dizendo o que não fazer, se queremos *reencantar* o mundo. Minha apresentação procurava mostrar não só a continuidade entre o extrativismo de minerais e o extrativismo financeiro, como também, a necessidade de continuidade de nossas lutas. Se queremos derrotar as companhias de mineração, petróleo, ou o extrativismo agrícola que destrói os territórios, precisamos, por exemplo, deixar de exaltar a tecnologia digital e fazer uma crítica mais forte desta exaltação. A digitalização da vida, do trabalho e, muitas vezes, da organização política é muito problemática. Hoje, a produção digital está consumindo o mundo, está destruindo-o, os comuns são destruídos. Existem relações muito estreitas, por exemplo, entre a extração de lítio, a extração de cobalto e de vários outros minerais e a destruição de comunidades inteiras no Congo ou na América Latina.

Outra questão importante é dar-mos conta de que todas as nossas lutas estão conectadas. Por exemplo, quando nos recusamos a pagar a conta da luz, ou decidimos não pagar um preço excessivo, indiretamente, estamos lutando contra as companhias de mineração ou as companhias de petróleo. A luta contra essas companhias, então, não acontece só em lugares onde se produz o petróleo, acontece nos bairros urbanos, onde se paga pelo consumo de energia, pelo transporte, ou pela comida, por exemplo, que são todas formas indiretas de pagar para as grandes companhias. E se estamos, ainda que de distintas formas, juntos e juntas na situação de exploração, temos que pensar também na continuidade das lutas.

Para mim, *reencantar* o mundo é sair desta sociedade, desta lógica capitalista, que submete a vida e a reprodução da vida à obtenção do lucro e à acumulação privada. *Reencantar* o mundo é recuperar a relação com a natureza, com os animais, que estão sendo aniquilados. A cada dia, desaparecem milhares e milhares de animais das florestas e bosques do mundo estão sendo queimados. O que se passa na Califórnia, por exemplo, é uma situação apocalíptica. As notícias

de hoje<sup>2</sup> dizem que no norte da Califórnia formou-se uma nuvem tão negra, no meio do dia, que nos fez pensar em um inverno nuclear, tamanha a contaminação. Até a temperatura baixou. *Reencantar* o mundo é mudar verdadeiramente, como dizem tantas companheiras feministas. É pôr a vida no centro. Colocar a produção da vida, no lugar da produção da miséria. Uma mudança de lógica total, isso é *reencantar* o mundo.

## GRACIELA RODRIGUEZ

Silvia traz questões muito importantes. Na América Latina, neste momento, estão acontecendo golpes, golpes de Estado, mas que não o são formalmente. Sob uma aparência de respeito às formas institucionais, há uma escalada muito violenta da militarização e um crescimento do extrativismo que, em grande parte dos países, não assume uma forma explícita de uma ditadura. Trata-se de uma nova maneira de impor situações e políticas imperialistas controladas pelos Estados Unidos. Portanto, hoje estas discussões recuperam, para nós, a importância e o sentido que tinham há vários anos, quando as esquerdas na América Latina foram muito fortes na luta contra o imperialismo. Parece que isso, que de algum modo estava esquecido, agora volta a ser primordial. Esse cenário nos põe diante de uma contradição de primeira ordem. No Brasil, por exemplo, setores chave para o desenvolvimento e para a soberania nacional – como a exploração marítima do petróleo (o Pré-Sal); ou a EMBRAER, uma empresa fabricante de aviões que contava com o nível de tecnologia digital mais alto do país; ou a base militar de Alcântara, uma base de lançamento de satélites de comunicação – foram e continuam sendo entregues, de presente, às grandes corporações internacionais mediante processos de privatização mais que duvidosos. Ao mesmo tempo, os interesses privados avançam também sobre os territórios, revelando as disputas pela Amazônia. A contradição que nos ocupa diz respeito à soberania dos estados nacionais. Se

<sup>2</sup> Federici refere-se às notícias do dia 10 de setembro de 2020, quinta-feira. Em agosto de 2020, por causa das fortes tempestades elétricas, o oeste dos Estados Unidos sofreu uma série de incêndios florestais de grande escala que afetaram os Estados da Califórnia, Oregon e Washington. No começo de setembro, esses incêndios foram seguidos por outros com novos focos. Até o dia 15 de setembro, estimava-se que pelo menos 35 pessoas tinham perdido a vida por causa desses sinistros e havia dúzias de desaparecidos. Enquanto o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, atribuiu os incêndios ao manejo florestal, inúmeras opiniões os relacionam às mudanças climáticas. [N. da E.]

é certo que esta possa acabar por fortalecer o modelo capitalista de destruição, de progresso predatório, sobre o qual falava Sonia, também é certo que os estados nacionais são potencialmente capazes de pôr barreiras ao avanço do capital transnacional concentrado, a partir, precisamente, da proteção de sua própria soberania. As esquerdas da região não conseguiram pôr claramente em debate este dilema, que nos é apresentado como uma novidade e que distancia quem tem enfoques diferentes. Enquanto alguns apostam em modelos que põem a ecologia no centro, outros privilegiam problemas como o da soberania nacional ou da industrialização. Trata-se de algo que é importante pensar e trabalhar. Para além deste debate pendente, os povos indígenas vêm dando exemplos de formas de vida distintas e opostas ao progresso destrutivo sobre o qual falava Sonia. Creio que estes modos de vida estão muito mais próximos de novas formas alternativas ao capitalismo sobre as quais falava Silvia, e que temos muito que aprender com elas.

## SONIA GUAJAJARA

Fala-se em novas formas de vida, novas alternativas, mas elas não são novas, na realidade, trata-se de resgatar essas formas de vida. Porque o capitalismo já mostrou que não funciona, que beneficia uma pequena elite centralizando as riquezas em suas mãos, fazendo crescer, cada vez mais, a desigualdade e a expulsão e expropriação dos territórios.

Quando falamos que o percentual de territórios indígenas no Brasil é de 13% do território nacional, muitos tendem a crer que seja uma parcela grande. Entretanto, poucos questionam o fato de 46% da propriedade privada rural estar nas mãos de apenas 1% da população brasileira. Vejam: nós, indígenas, não chegamos a 1% da população brasileira e temos 13% do território nacional; mas essa mesma porcentagem tem 46%. E quando comparamos o que há nos territórios indígenas e o que há nas terras da propriedade privada rural, vemos que nas terras indígenas a água está limpa, a alimentação, sem veneno, a floresta, em pé, os animais, vivos, enquanto nas terras em mãos do agronegócio, das indústrias madeireiras, das mineradoras, vê-se a destruição em forma de monoculturas e veneno. Um agrotóxico que não só contamina a alimentação e quem os ingere, mas também as pessoas no entorno da produção. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, constatou-se que muitas mulheres não têm conseguido parir seus filhos (os mesmos morrem ainda no ventre das mães) devido à contaminação por agrotóxicos colocados nos alimentos. E não é preciso comê-los

para ingerir tais substâncias, o agrotóxico, jogado de avião nas plantações da região, acaba atingindo as aldeias e contaminando as águas que as pessoas bebem. Apesar disso tudo, para muitos, ainda há uma dificuldade em perceber a enorme diferença entre o modo de vida nos territórios indígenas e as explorações comerciais das grandes propriedades privadas.

Por outro lado, o aumento do agronegócio e da monocultura provocaram uma redução de 25 a 30% da diversidade de grãos produzidos. Desse modo, deixamos de produzir os grãos que realmente comemos, para produzir soja, eucalipto, cana de açúcar ou para criar gado. 70% daquilo que efetivamente comemos é produzido pela agricultura familiar, entretanto, essas terras, destinadas aos cultivos para nossa alimentação, estão sendo entregues aos grandes proprietários. Por isso dizemos que é necessário descentralizar e democratizar o uso da terra. Isso significa que os governos devem demarcar os territórios indígenas e quilombolas, e levar adiante uma reforma agrária que favoreça a agricultura familiar e a agroecologia, que são as que realmente sustentam o povo brasileiro e garantem o equilíbrio do clima e do meio ambiente de modo sustentável.

Os modos de produção dos povos indígenas são muitos. Mas tendem a ser invisibilizados enquanto tal porque o grande capital opera exigindo sempre uma produção em grande escala, destinada à exportação. Entretanto, muitos e muitos povos indígenas cultivam suas terras e comercializam suas produções, gerando uma renda significativa em seus municípios, para todo o município - o cultivo do açaí, a coleta da castanha, os artesanatos, praticados majoritariamente pelas mulheres indígenas são alguns exemplos. Mas tudo isso não é visto como um modo de produção e comércio porque o capitalismo exige sempre mais e mais. Possibilitar que todas as pessoas que vivem e dependem da terra, que garantem esse modo sustentável, possam ter acesso a essas terras para trabalhar, viver, produzir e sustentar o mundo, porque é exatamente esse modo de vida que sustenta o mundo: isso é descentralizar.

Para terminar este ponto, trago um dado fantástico, que espero que sirva para que cada um possa entender qual é seu lugar na luta e apoie a causa indígena e a defesa do meio ambiente, que para nós é a mesma luta: nós indígenas somos, hoje, apenas 5% da população mundial. E esses 5% conseguem proteger 82% da biodiversidade que existe no mundo. Se os modos de vida dos povos indígenas estão ameaçados pelos grandes empreendimentos e pelas grandes corporações, a biodiversidade também está ameaçada. E se a biodiversidade ameaçada deixar de existir, a humanidade inteira estará em risco. Por isso é muito importante que as pessoas passem a relacionar suas vidas individuais à nossa existência e modos de vida.

## GRACIELA RODRIGUEZ

Sim, isso é mesmo fundamental.

Tomar consciência, de que a atividade destrutiva das grandes corporações ameaça a vida de todos, de todo o planeta. E que o papel das comunidades na preservação dos territórios é essencial. Assim como também o é pensar e questionar profundamente o modelo agroexportador e essa economia da elite baseada na exportação. É preciso caminhar no sentido de criar alianças norteadas a pôr fim à expansão da fronteira agrícola. Sobretudo quando, agora, processos de Acordos de Livre Comércio (que estão em debate no Brasil e em outros países, sobretudo do Mercosul), como o Acordo União Europeia - Mercosul, mas também com outros que estão em dança pela região, estão sendo promovidos como forma de fortalecer, precisamente, essa expansão da exportação de matéria-prima. E nós sabemos que esta é justamente a base do enfrentamento entre o modo de produção da destruição, e as formas de vida que não destroem, que preservam, sobre as quais Sonia e Silvia disseram tão bem. Temos que encontrar modos de enfrentar, em nossa região, esses processos de negociação de acordos comerciais, de investimentos e megaprojetos, que vão no sentido da ampliação da fronteira agrícola, da mineração e da fronteira extrativista, como falávamos no início.

## SILVIA FEDERICI

A luta contra o capitalismo internacional e os tratados de livre comércio é fundamental. O imperialismo e a colonização nunca acabaram, do mesmo modo que nunca terminou o racismo, um racismo estrutural. Hoje fala-se, por exemplo, em “zonas de sacrifício”, áreas de extração mineral, no Chile, Brasil ou Estados Unidos. Nessas “zonas de sacrifício” vive uma “população de sacrifício” e isto não é outra coisa senão racismo, racismo puro. Há pessoas e populações inteiras que são declaradas privadas de direitos. Se não, não se poderia contaminar voluntária e abertamente seu território, destruir desse modo seus meios de vida.

Um dos movimentos mais importantes que existe hoje nos Estados Unidos é o *Black Lives Matter*, as vidas das populações negras são importantes. Este movimento existe há muito tempo, mas recentemente ganhou nova força e a está transmitindo para muitíssimos movimentos contra o

racismo no sul da África, ou na Europa, por exemplo. Outra luta muito importante é a luta contra os tratados internacionais, que são a ferramenta para redefinir e reconstruir continuamente o imperialismo através da exportação.

A respeito do comentário de Graciela sobre as lutas por soberania, creio que enquanto existir uma lógica capitalista, o racismo, o imperialismo e o colonialismo serão inevitáveis. Porque as classes dominantes dos países da América Latina continuam a destruir os territórios nacionais; contaminando o meio ambiente para produzir para o mercado externo; vendendo suas riquezas; vendendo, inclusive, a sua população aos Estados Unidos. Fazem-no porque não podiam sustentar seu poder de classe sem o apoio dos Estados Unidos. As classes dominantes atuam cada vez mais desse modo, mas as lutas dos povos, das populações indígenas, camponesas, operárias, também continuam crescendo porque está cada vez mais claro que o capitalismo é uma produção de fome, uma produção de morte. Depois de mais de 500 anos de exploração, dizem-nos que o crescimento ainda não é suficiente, é inacreditável. Esses senhores, portanto, são cúmplices na venda de seus países e de seus povos para manter seu poder de classe. É por isso que uma luta que se proponha a mudar verdadeiramente o sistema não pode considerar somente objetivos redistributivos. Eles roubam mil e querem dar ao povo dez. A lógica de “dar mais um pouco” ao povo não é suficiente, é preciso mudar a lógica real do sistema, é preciso criar um sistema em que a produção da vida seja o fim último, a própria finalidade da sociedade. E no qual as decisões sejam tomadas coletivamente, mediante formas de autogoverno. Isso é *reencantar* o mundo, é recuperar a capacidade decisional. Como disse uma companheira mexicana, não nos expropriaram somente a terra, a água, as florestas e bosques, nos expropriaram o poder de decisão: este é, para mim, o centro da luta hoje.

## GRACIELA RODRIGUEZ

Creio que também é preciso pensar que, neste momento, a região da América Latina, apesar de estar ligada através de suas elites ao imperialismo e ao sistema financeiro internacional, está avançando em um profundo processo de militarização dos territórios, e esse processo também desagrega as comunidades.

A propósito disso, gostaria de conhecer a opinião da Sonia sobre o Conselho Nacional da Amazônia Legal<sup>3</sup>, que foi criado e transferido do Ministério do Meio Ambiente para a órbita da Vice-presidência, a cargo de um militar, em um país onde temos, além disso, uma quantidade enorme de militares nos primeiros, segundos e terceiros escalões do Governo Federal. Isso significa que há uma grande militarização do processo de tomada de decisões em nível nacional e, também, dos organismos de fiscalização e de controle ambiental. O Conselho da Amazônia nunca esteve tão militarizado como no presente com essa transferência para a Vice-presidência, e o próprio território da Amazônia – não só no Brasil, mas também em outros países da região nos quais o ecossistema se estende – está cada vez mais controlado por forças militares, fato que tem muita incidência nas lutas das populações indígenas.

## SILVIA FEDERICI

A militarização me parece inevitável. É inevitável. Para poder deslocar milhões de pessoas, e conquistar um território, a militarização é inevitável. Não se pode impor uma forma de vida e uma exploração extrema sem a intervenção militar. Também vivemos isso nos Estados Unidos. Aqui, por exemplo, fala-se também em racismo ambiental, referindo-se a determinadas áreas, onde vivem certas populações em particular, e onde se descarta o lixo e os resíduos poluentes. Tudo isso não pode ser realizado sem a militarização dos territórios e dos países. A polícia de Nova Iorque, que representa o sétimo exército do mundo, tem um orçamento de 6 bilhões de dólares. Há uma matança contínua, há uma militarização da vida. A polícia adota nos bairros e nas ruas de todas as cidades americanas a mesma lógica, mecanismos e armas usados no Afeganistão, na guerra. Não há distinção entre forças militares e polícia. Recentemente, o presidente [Donald] Trump enviou efetivos militares para as cidades, como uma forma de ameaça. Eu creio que também vivemos um golpe não declarado porque continuamente o governo adota medidas que não são legais. Estão militarizando ainda mais um país já muito militarizado. Por outro lado, criaram

<sup>3</sup> Organismo colegiado dependente da Vice-presidência da República Federativa do Brasil, cujas funções básicas (oficialmente) são coordenar e integrar as ações governamentais relacionadas à Amazônia Legal, área que compreende a totalidade do território de nove Estados brasileiros e parte de um décimo, todos pertencentes à Bacia amazônica e à área de vegetação amazônica. [N. da E.]

centenas de prisões em todas as partes do mundo. Há uma conexão direta entre uma forma de acumulação insaciável, existente há mais de 500 anos, que tem forma genocida, e a necessidade de armar, de militarizar e de vigiar. Por isso, creio que é necessário reconstruir um poder de baixo para cima, uma força de baixo para cima.

Hoje, por exemplo, em Nova Iorque, por causa da pandemia, do desemprego e da crise que estamos atravessando, há milhares e milhares de pessoas que não têm um lugar para morar. Está previsto que nos próximos meses cerca de 40 milhões de pessoas serão desalojadas, passarão a viver nas ruas e parques. Quer dizer, estão destruindo os meios fundamentais de nossa reprodução. E uma ferramenta importante para conseguir isso é criar divisões, como o racismo. É o que faz o senhor Trump de todas as formas: coloca os brancos contra as comunidades negras; ataca os que protestam taxando-os de terroristas. Os protestos por justiça social são acusados de terrorismo. E, por outro lado, militarizar. É um momento muito crucial. Há oportunidades, mas também perigos muito grandes.

## SONIA GUAJAJARA

O Conselho da Amazônia Legal não é, nada mais, nada menos, que uma forma de camuflar o arcabouço de destruição que está planejado por esse governo. Criou-se o Conselho para poder dizer que há uma instância que discute os cuidados e a proteção da Amazônia, mas na verdade, ele funciona como um escudo para aparar todas as denúncias que se vêm fazendo. De nada adiantou o Mourão assumir como presidente do Conselho. Por exemplo, somente nas terras indígenas na Amazônia brasileira, este ano, já há 73% a mais de incêndios, comparado ao mesmo período do ano passado. Nos 10 primeiros dias de agosto foram mais de 20 mil focos de incêndio na Amazônia brasileira. Bolsonaro continua dizendo que quer explorar a Amazônia com os Estados Unidos e que não vai abrir mão disso. Recentemente, o Ministro do Meio Ambiente anunciou a retirada de mais de R\$ 60 milhões da pasta de combate a incêndios, e assim acabam com as brigadas, com a compra de equipamentos, todo o necessário para o combate aos incêndios. No intuito de fazer parecer que há um movimento de minimizar o massacre, surge Mourão, informando que esse recurso não será cortado, e isso vira manchete; em seguida, Bolsonaro anuncia um corte de 60% do recurso para o próximo ano e o anúncio passa mais despercebidamente. Quer dizer, a estratégia do atual governo

é precisamente confundir as pessoas, e o Conselho, portanto, é uma ferramenta a mais para camuflar todo esse jogo de negociações, entreguismo e flexibilização da legislação ambiental que está por trás e tramita discretamente no Congresso Nacional.

Na próxima semana, está para ser votado um Projeto de Lei, o PDL 28, que retira território indígena, na cidade de Pacaraima, em Roraima, o que significaria abrir um precedente para outros casos de redução dos territórios indígenas; o desmatamento continua crescendo, os incêndios continuam aumentando, as invasões e grilagem de terras públicas só crescem, o garimpo ilegal também continua e nada se faz para retirar os 20 mil garimpeiros que estão no território Yanomami em Roraima, que tanto degradam o meio ambiente quanto são vetores de contaminação da Covid-19 para os indígenas. O Conselho, portanto, está aí de papel, de fachada, mas na prática, não altera nada; ao contrário, pratica o entreguismo e camufla todos esses acordos. Não precisamos disso.

## GRACIELA RODRIGUEZ

De fato, o plano é de destruição, e o Conselho serve para camuflá-lo, como você diz. E teríamos que conversar muito mais sobre essa política atual para a Amazônia, não só do Brasil como da região toda, além do processo de militarização que se dá nos EUA de que Silvia nos comentava.

## SILVIA FEDERICI

Sinto que hoje é extremamente importante que nossas lutas, sobretudo as lutas das mulheres, partam de suas raízes, dos lugares de onde somos, mas que também tenham uma visão transnacional, porque o capitalismo está operando e construindo seu poder, cada vez mais, sobre a capacidade de nos dividir e de nos explorar de formas diferenciadas. Disto vem esta necessidade de nos conectarmos e de pensar sempre nas consequências do que fazemos, não somente para nosso lugar imediato, em que vivemos, mas também para os que vivem nos países de onde nos chega a comida de todos os dias, de onde nos chegam os minerais que usamos. Esta visão transnacional é fundamental em nossa luta.

## GRACIELA RODRIGUEZ

Penso que as palavras de Silvia são muito norteadoras. Na verdade, mais que um norte, nos dão um sul. Nós agora queremos guiar-nos pelo Sul, e Silvia está completamente comprometida com as lutas das mulheres do sul global. Mulheres africanas, latino-americanas, mulheres que estamos à frente de muitas das resistências a este modelo depredador, militarizado e destrutivo da vida, da natureza e das comunidades. Agradeço-te enormemente pela presença.

## SONIA GUAJAJARA

Agradeço muito por este espaço de construção e por este encontro com Graciela, Silvia e tantas mulheres e pessoas que estão-nos acompanhando nesta construção coletiva. Também reforço o convite para Silvia vir aqui ano que vem, temos que torcer para que esta pandemia já tenha acabado e possamo-nos encontrar para a realização da nossa segunda Marcha das Mulheres Indígenas. Deixo para Silvia o convite, para vir fazer conosco a luta pelo nosso território, que continua sendo nossa bandeira de luta maior. Porque quando nos tentam arrancar o território, seja via despejo e reintegração de posse, seja via mineradoras, garimpos, desmatamento, fogo, para nós, é como perder um filho. E quando perdemos um filho, não machucamos somente o coração, mas também o útero, e por isso, o útero da terra também está machucado. Seguimos aqui lutando, lutando com a nossa maior arma, o nosso corpo. Para honrar a memória de todas aquelas que vieram antes de nós. Estamos na luta pela Mãe Terra, que nos dá nossa medicina tradicional, nosso alimento, nosso sustento e a nossa vida. Lutando contra todas as narrativas de um governo que tenta destruir as nossas cosmologias e soterrar os nossos modos de vida. Seguimos juntas, Silvia, por essa transformação de que o mundo precisa.



## DEBATE 2

# GEPOLÍTICA DO EXTERMÍNIO

DEBATEDORAS | Beatriz Bissio e Graciela Rodríguez

MODERADORA | Tatiana Oliveira

24 DE SETEMBRO DE 2020

TATIANA OLIVEIRA

Boa tarde a todas e todos que nos acompanham. Meu nome é Tatiana Oliveira, sou pesquisadora do Grupo Anti-capitalismo Sociabilidades Emergentes, da Clacso, e hoje conduzirei este debate, o segundo encontro do Ciclo de Debates Feministas, cujo título é *Geopolítica do Extermínio*.

Hoje, para debater esse tema, estão aqui Beatriz Bissio, professora do Departamento de Ciências Políticas e de pós-doutorado em História Comparada da UFRJ, e Graciela Rodriguez, socióloga, ecofeminista e coordenadora do Instituto Equit.

Como mencionei anteriormente, o tema da nossa conversa é a geopolítica. Mas aqui, temos um compromisso de fazer uma análise, de lançar uma perspectiva para a geopolítica, a partir de um compromisso com uma leitura crítica do mundo capitalista, a fim de desvendar a atual geopolítica global neoliberal, patriarcal, racista e neocolonial. Se a Graciela me permite, passo primeiramente a palavra para Beatriz.

## BEATRIZ BISSIO

Em primeiro lugar, que alegria estar participando deste Ciclo tão poderoso e instigante, com mulheres maravilhosas! Muito obrigada pelo convite e pelo privilégio de estar aqui, conversando com todas vocês.

Gostaria de começar falando sobre o cenário político e as perspectivas pós-pandemia. Porque me parece que não podemos deixar de analisar o mundo, hoje, com essa referência obrigatória da pandemia. Qual é este cenário e que perspectivas teremos?

Começo, então, com uma reflexão que me angustia. Não consigo deixar de pensar na lição que estamos tendo com a pandemia, que se soma a todas as advertências que recebemos da crescente degradação ambiental. Dentre elas, citarei somente alguns exemplos que, certamente, tanto os que nos acompanham no Brasil quanto na Argentina e em outros lugares, conhecem: as mudanças climáticas, as queimadas na Amazônia e no Pantanal, dois ecossistemas extremamente importantes para o futuro do nosso planeta; a perda de biodiversidade, a degradação dos oceanos e a crescente escassez de água doce... O caos em que vivemos, de alguma forma, deveria levar-nos a pensar no futuro enquanto espécie. Quer dizer, estamos todos no mesmo planeta e não temos ainda, e quem sabe por quantas gerações não teremos, instrumentos que nos permitam migrar para outros espaços, por mais que a imaginação seja fértil. Penso ser com base nesses parâmetros angustiantes e desafiadores que, hoje, devemos contextualizar qualquer debate. Este contexto nos obriga a pensar como nos deveríamos comportar, e nos leva a perguntar-nos se temos líderes à altura desses desafios. Esse é o cenário de fundo que devemos ter em conta para imaginar a vida pós-pandemia.

Entrando propriamente no tema do nosso debate, a geopolítica, a primeira constatação é que a agenda internacional está dominada, não de modo exclusivo, mas sim, nitidamente, pela rivalidade entre Estados Unidos e China. Alguns meios chamam-na assim, rivalidade; outros, penso que de forma inapropriada, chamam-na “nova Guerra Fria”. Dado que os contextos são totalmente diferentes, não há elementos que permitam falar de uma nova Guerra Fria. O que existe, sem dúvida, é uma espécie de jogo de xadrez, uma expectativa em torno a qual país dará o xeque-mate. Na realidade, não deveria haver um xeque-mate, e sim, em função dos desafios que enfrentamos, Estados Unidos e China deveriam dar-se as mãos, trabalhar em conjunto, para contribuir a viabilizar as saídas às múltiplas crises.

Mas, qual é a origem dessa rivalidade?

Muito rapidamente, recordemos que, depois da desintegração da União Soviética, a finais dos anos 80 do século passado, o cenário bipolar da Guerra Fria havia chegado ao fim. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, haviam-se enfrentado, de um lado a União Soviética e seu modelo socialista, e do outro, os Estados Unidos, como representantes do mundo capitalista. Com o desmantelamento de um desses polos, o mundo parecia caminhar no sentido de um sistema unipolar. Alguns especularam que esse seria o fim da história, que esse cenário, com a vitória do capitalismo sobre o socialismo, tinha vindo para ficar. Entretanto, pouco a pouco, foram aparecendo indícios de mudanças nesse sistema unipolar no qual os EUA eram os grandes vitoriosos. Começou-se a perceber que o cenário unipolar talvez não fosse imutável, nem muito menos, o fim da história. Antes que o restante do mundo, os próprios EUA perceberam essa mudança, dado que, por ser o grande poder imperial, estão muito atentos a todos os acontecimentos internacionais. Mais tarde, o resto do mundo também constatou a novidade: a economia do continente asiático estava crescendo de forma acelerada, e a China era o motor desse processo. Mas não se tratava apenas de avanços no campo econômico, também se observava um forte componente de inovação tecnológica. Em poucos anos, a China estaria disputando com o Ocidente e, em particular, com os EUA, a liderança em vários terrenos.

Durante a recente reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, faz dois dias<sup>12</sup>, o presidente Donald Trump fez um discurso virulento contra a China, apontando todas as suas baterias contra Beijing. Chamou o vírus da Covid-19 de vírus chinês – o que é falso, não há nada que justifique a ideia de que o vírus é uma invenção chinesa – e convocou a ONU a responsabilizar o governo chinês de haver contaminado o resto do mundo por não adotar – sempre na opinião de Trump – as medidas adequadas para evitar que pessoas infectadas viajassem para diferentes lugares do mundo. Foi um discurso muito forte, acusatório, com o objetivo claro de sujar a imagem da China frente à opinião pública mundial. Essa virulência foi criticada por numerosos analistas, apontando-se que não era a mensagem que se esperava do líder da nação mais poderosa do planeta, em meio a uma pandemia, ao falar frente à assembleia mais importante do mundo. Ao

<sup>1</sup> Bissio refere-se à intervenção de Donald Trump, então presidente dos Estados Unidos, na reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas do dia 22 de setembro de 2020. [N. da E.]

<sup>2</sup> Nessa sessão da Assembleia Geral da ONU [ver nota 1], as mensagens de todos os mandatários foram previamente gravadas ao vivo e emitidas em um plenário da ONU com a sala praticamente vazia, dado que, para respeitar as normas de isolamento, cada país teve direito à presença de apenas uma pessoa. [N. da expositora]

contrário, era de se esperar uma mensagem de alento, uma convocatória a unir esforços para superar os dramáticos desafios da pandemia e de suas consequências.

Por outro lado, o discurso de Xi Jinping, presidente da China, na mesma Assembleia Geral da ONU, pouco depois de Trump, mostrou que é verdadeiro o dito popular que diz: quando um não quer, dois não brigam. Eu diria que a China, neste momento, está nessa posição. Ao contrário da atitude assumida por Trump (e eu, pessoalmente, considero que muito mais de acordo ao que o mundo precisa agora), Xi Jinping aproveitou a oportunidade que o palco da ONU lhe brindava para fazer um chamado à consciência mundial para que se trabalhe em conjunto, dado que enfrentamos riscos comuns e não há saídas individuais para os países. Somente de forma conjunta, ele disse, poderemos superar os desafios da pandemia. Definiu, como objetivo de curto prazo, o controle do vírus e, para isso, definiu como urgente o intercâmbio de informação e colaboração científica. A China já havia anunciado, e seu presidente insistiu nisso, que quando desenvolvesse a vacina, procuraria colocá-la a serviço da humanidade, em grandes quantidades, inclusive até de modo gratuito. Afirmou ainda que as barreiras e o isolamento não resolveriam os problemas atuais e que a globalização veio para ficar.

E aqui faço um parêntese sobre o conceito dessa palavra. Globalização não é igual a globalização neoliberal. Xi Jinping chamou justamente a compreendermos que globalização significa intercâmbio e dependências mútuas. Hoje, estamos conectados de tal forma que é impossível pensar em voltar atrás. É nesse sentido que a globalização veio para ficar, mas não necessariamente com o conteúdo neoliberal atual. Isso é o que o presidente da China deixou muito claro, quando falou de fortalecer o multilateralismo. Em sua intervenção, Xi Jinping ressaltou o papel da ONU como uma grande construção e assegurou que não há outro organismo, sequer imaginado, que possa ocupar o espaço de encontro, diálogo e negociação que hoje a ONU representa. Ao defender o multilateralismo, mencionou a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) como importantes exemplos que deviam ser aperfeiçoados e replicados.

Finalmente, fez um anúncio muito importante sobre as metas que a China fixa para si, para os próximos cinco anos, em relação à redução de emissões de gás carbônico, e lançou um alerta ao mundo para que tome consciência dos riscos ambientais. Nesse sentido, também ressaltou a importância de alcançar os *objetivos do milênio*, definidos pela ONU. Em resumo, eu diria que foi o discurso de um estadista que compreendeu sua responsabilidade na conjuntura atual. É muito interessante que Xi Jinping tenha definido a China como um país em desenvolvimento,

“o maior país em desenvolvimento do mundo”, disse. E definiu como um compromisso da China contribuir para que todos os demais países possam fazer uma transição a um “desenvolvimento pacífico, aberto cooperativo e comum”. Do mesmo modo, garantiu que a China continuará trabalhando pela paz. A Assembleia Geral da ONU também foi cenário de outras intervenções interessantes, mas em relação ao tema geopolítico que nos ocupa era importante fazer referência às posições da China e dos EUA.

Há outra questão, a propósito da intervenção do primeiro mandatário chinês da Assembleia da ONU, que desejo ressaltar. Xi Jinping denunciou que politizar o combate ao coronavírus é a pior forma de enfrentar os desafios que a pandemia nos coloca, e defendeu a ideia de que o diálogo deve sempre prevalecer.

Então, qual é a razão desse rancor, dessa atitude tão agressiva com a China, que já existia em governos norte-americanos anteriores, mas que se intensificou com Trump, chegando a limites impensados? É a resposta da administração Trump àquilo que interpreta como uma ameaça à liderança dos EUA. E essa percepção está baseada naquele elemento-chave – que não é novo, mas agora se torna evidente: a transformação da China em uma potência econômica. Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicam que, em 2020, a porcentagem da economia chinesa na economia mundial é de 16%, e a dos EUA, 20%. De modo que, segundo o FMI, até 2020 os EUA ocupavam o primeiro lugar, mas a tendência indica que, em breve, serão superados pela China<sup>3</sup>. Outra forma de medir as economias é por paridade de poder de compra. Segundo esse indicador, *The Economist* já coloca a China em primeiro lugar, com praticamente 30% da participação na economia mundial, e os EUA aparecem em segundo lugar, com 28,8% da participação. Quer dizer, a disputa entre China e EUA se dá em vários níveis, com consequências no plano político, mas a rivalidade encontra-se, sobretudo, na economia.

A virulência na resposta dos EUA também aparece em alguns estudos que vêm sendo feitos no país, como por exemplo, o da *Rand Corporation*<sup>4</sup> de 2016, cujo título é “A guerra com a China.

<sup>3</sup> Outras economias do mundo merecem ser destacadas. A Índia, por exemplo, ocupa, segundo o FMI, o terceiro lugar. Dos países do Ocidente, a economia de Alemanha representa 3% do total. Mas não é o caso, aqui, de fazer uma comparação mais ampla.

<sup>4</sup> RAND Corporation [“Research AND Development”] é um *think tank*, ou grupo de especialistas, estadunidense em política global. Foi criada em 1948 para prover pesquisas e análises das Forças Armadas dos Estados Unidos e é financiada pelo governo do país e por contribuições privadas de corporações, universidades e particulares. [N.da E.]

Pensando o impensável”. Essa corporação é um *think tank* extremamente relevante nos Estados Unidos, com muita influência nos mais altos níveis, que representam um segmento muito significativo do poder desse país, não necessariamente só na Casa Branca, mas também entre os representantes do chamado *Deep State*. Para a *Rand Corporation*, a guerra com a China não pode ser descartada, e no caso de tornar-se concreta, os EUA sairiam muito menos afetados do que a China. Esse cenário indicaria, aparentemente, que essa “solução” estaria entre as opções que a administração norte-americana tem sobre a mesa...

A questão de como compreender o desafio chinês e como os EUA devem-se posicionar também é analisada pelo Congresso. Em julho de 2020, em um documento com informações relevantes para a definição do orçamento nacional dos EUA, os congressistas e assessores se perguntavam se deviam prever o surgimento de um *hegemon* regional, em referência a Rússia e China, mencionando o fato de que ambos os países são potências nucleares. Isso mostra que, embora a administração Trump tenha sido muito enfática sobre a necessidade de prevenir o surgimento de outro *hegemon*, outros elementos do poder nos EUA também discutem o tema, em particular o Congresso. Isso é interessante porque a correlação de forças ali nem sempre está alinhada com o presidente que ocupa a Casa Branca. De fato, com Trump houve alguns embates significativos.

Obama já havia dado sinais de um giro ao deslocar parte da frota norte-americana no Pacífico Sul, aproximando, desse modo, seu poder militar da periferia da China. O que Trump fez foi intensificar, sobretudo verbalmente, essas agressões. É muito importante e significativo para nós, na América Latina, estudar como a China está-se posicionando nesse xadrez, nesse cenário. Voltando às recentes declarações de Xi Jinping na ONU, vimos que ele defende a ideia de que o mundo não voltará a um nível de isolamento como o de antes da globalização; mas ele define a globalização com elementos que permitem compreendê-la de outra maneira.

Vejamos um exemplo: Xi Jinping comprometeu a China em um projeto que a imprensa ocidental chamou “as Novas Rotas da Seda” (há outros nomes, mas fiquemos com este, que é muito bonito). Esse nome nos recorda da antiga rota da seda que, na Idade Média, foi um elemento unificador do Oriente e do Ocidente, através do comércio, desde o longínquo oriente – a China –, passando pela Ásia Central e a África, e chegando até a Europa. O projeto de novas rotas da seda foi inspirado e apropriado dessa história – que começava na China, particularmente na cidade de Xi’na, e conectava todo o mundo conhecido. O projeto atual tem como base uma quantidade muito elevada de recursos financeiros chineses, aos quais se associam

também capitais de alguns outros países, destinados a ambiciosos projetos de infraestrutura: aeroportos, portos, ferrovias de alta velocidade, conexões de fibra ótica etc., quer dizer, projetos de envergadura que estão alterando rapidamente o cenário asiático, africano e inclusive europeu<sup>5</sup>, ao criar vias de interconexão cujas consequências, a médio prazo, dificilmente podemos imaginar. Em suma, trata-se de um megaprojeto de infraestrutura, complementado com projetos em outros terrenos, que consolida a globalização ao ampliar a conexão do mundo para integrá-lo cada vez mais.

Mas esse projeto se inspira não só na história das rotas comerciais entre China e Europa; outros saberes e tradições culturais intervêm, como o confucionismo. Há toda uma tradição na diplomacia chinesa que se inspira na antiga sabedoria de Confúcio e, em menor medida, também na tradição taoísta. Segundo essa concepção, a prosperidade e a estabilidade da China dependem da prosperidade e estabilidade no entorno. Nesse sentido, deve-se interpretar o fato da China se comprometer com a procura de prosperidade e estabilidade no resto do mundo.

Outra questão importante é recordar que, desde princípios do século XXI, existe uma aliança estratégica entre a China e a Rússia. Não casualmente, a primeira visita que Xi Jinping fez no começo de sua presidência, em 2013, imediatamente depois de assumir o cargo, foi precisamente a esse país, onde teve um encontro com Vladimir Putin. A Rússia, por sua vez, com tudo o que havia perdido com a desintegração da União Soviética, quando sua economia ficou totalmente desestruturada, conseguiu ressurgir nos últimos anos e se mantém como potência nuclear e militar de primeira linha. Além do mais, é um fabuloso produtor de gás e de energia. De modo que a China encontra nessa aliança um respaldo para suas necessidades energéticas, além dos aspectos estratégicos e geopolíticos que essa aliança implica. Por outro lado, tanto a Rússia quanto a China ampliam e aprofundam suas alianças com outros países da Ásia, inclusive com ex-repúblicas soviéticas que são hoje Estados independentes. Com vários deles existem importantes acordos econômicos e, em alguns casos, também militares.

Um exemplo desse tipo de acordo é a Organização de Cooperação de Shangai, a OCS. Ela reúne a maior parte dos países asiáticos e, em certo sentido, funciona como uma espécie de guarda-chuva para a integração econômica, social, tecnológica e militar da região. A liderança dessa

<sup>5</sup> Alguns dos projetos de trens de carga de alta velocidade já estão em operação e transportam mercadorias desde a China até Alemanha, Itália e Espanha.

organização está nas mãos da China e da Rússia, de modo que se vem formando um grande conglomerado de prosperidade, através da integração.

Naturalmente, não se pode dizer que tudo é cor de rosa, como se não houvesse problemas, mas eles vão sendo resolvidos. O primeiro deles, que já foi resolvido, é a antiga questão fronteiriça entre Rússia e China. Falta ainda resolver as disputas fronteiriças e rivalidades entre China e Índia, um elemento em que os EUA apostam com muita força, para tratar de romper a aliança asiática.

A última peça desse tabuleiro de xadrez montado pelos chineses é o papel da Europa, que é quase uma península da Ásia. É um pouco artificial entender a Europa e a Ásia como dois continentes distintos. A fronteira é unicamente terrestre, muito arbitrária, na realidade. Na medida em que essa Ásia unida, próspera e cada vez mais rica se consolida, irradia esse bem-estar para a África e para a Europa. A China já vislumbra que chegará um momento em que a Europa terá de pensar o que tem mais sentido para ela, se manter uma aliança com uma potência decadente e beligerante como os Estados Unidos (que inclusive tratou seus aliados europeus com desprezo durante a era Trump), ou selar uma aliança com o continente asiático, que se prepara para ser referência de uma globalização com outros fundamentos.

Creio que, basicamente, este é o cenário em que nós, latino-americanos, devemos pensar nossa inserção. As propostas que a China traz para o mundo, seu novo conceito de globalização com prosperidade compartilhada é algo que deve ser estudado. Mas temos que compreender que, neste contexto, uma América Latina desunida não terá um grande protagonismo, nem resultará muito atraente. A América Latina parece ter perdido a capacidade de definir um projeto de integração. Devemos inspirar-nos no que os asiáticos estão fazendo. Pessoalmente, creio que a questão mais urgente neste momento, para nós, na América Latina, é fortalecer nossa unidade, dar prioridade aos temas em que podemos construir consensos e avançar de todas as formas possíveis em um projeto de integração que nos garanta a soberania e o desenvolvimento com justiça social e sustentabilidade.

TATIANA OLIVEIRA

Obrigada, Beatriz. Antes de passar a palavra para a Graciela, muito rapidamente gostaria de mencionar alguns comentários de ouvintes. Fernanda Carneiro faz uma saudação, dizendo “começamos bem, pela defesa da espécie humana”. Antônia Melo, do Xingu, envia um recado para

dizer que está-nos assistindo; Francy Jr., nossa candidata a vereadora de Manaus, também está aqui nos acompanhando. E a maravilhosa Vilma Reis também nos faz uma saudação e está acompanhando as discussões e o debate. Então vamos lá, Graciela.

## GRACIELA RODRIGUEZ

Boa tarde a todas, a todes. Feliz de estar aqui neste Ciclo, que começou tão bem com as nossas queridíssimas amigas Silvia Federici e Sônia Guajajara, que nesta semana foi muito atacada pelos militares brasileiros, pelo general Mourão, o vice-presidente. Então, a primeira coisa é mandar um beijo de solidariedade e sempre lembrar a importância da luta dos povos indígenas brasileiros, que tem a ver com tudo o que estamos discutindo e que é um pouco o sentido deste Ciclo, de trazer todos esses debates e este especificamente, sobre a geopolítica, porque às vezes parece uma coisa que está longe da gente, mas... Nós temos tido sempre essa preocupação de trazer o debate geopolítico, e nunca mais do que agora, esse debate está presente na situação da América Latina.

Hoje, a situação geopolítica global tem muita importância na América Latina e em particular no Brasil, embora muitas vezes seja visto como um país enorme, continental, com alta capacidade de autodeterminação. A realidade, porém, mostra-nos que esse golpe que sofremos e esse processo que estamos vivendo têm a ver com a disputa geopolítica global. E não se trata apenas do Brasil, mas de todo o continente, de toda a América Latina: do México ao sul e até o Canadá, de certa forma. Estamos vivendo uma situação complexa devido a essa disputa hegemônica entre a China e os Estados Unidos de que falou Beatriz. Uma disputa que é, na verdade, mais propriamente um ataque à China por parte dos Estados Unidos, que sentem sua hegemonia atual ameaçada, à medida que cresce a importância política da China com o aumento incessante do tamanho de sua economia. Como expôs Beatriz, a penetração econômica da China hoje alcança quase todo o continente euro-asiático, incluída a Europa Ocidental; por outro lado, há enormes investimentos chineses na África e na América Latina. Essa disputa, essa ofensiva dos Estados Unidos contra a China é o que determina todo o processo de golpes na América Latina, pois é a forma como os Estados Unidos procuram manter seu controle em nossa região, cujos recursos são-lhes essenciais no contexto desse enfrentamento e do relativo enfraquecimento de sua situação econômica. O que os Estados

Unidos procuram garantir são nossos recursos naturais e energéticos, mas também a mão de obra barata que podem obter em nossos países. É por isso que o controle dos povos e territórios se tornou cada vez mais importante para os Estados Unidos. E é por isso também que nesta década vivemos, em diferentes países da região, um processo permanente de golpes de Estado, que não são mais como antes, golpes militares explícitos, que fecham os Congressos ou ocupam as ruas com tanques e soldados; agora são processos de erosão das democracias.

Esses processos de erosão do tecido democrático, a politóloga estadunidense Wendy Brown<sup>6</sup> denomina processos de *desdemocratização*, e suas contribuições são essenciais para compreender este atual cenário, herdado do século passado. Em muitos países da América Latina, vínhamos no caminho não apenas de ampliação das democracias e direitos, mas também de lenta construção de uma institucionalidade em que esses direitos e vontades das populações pudessem ser expressos, tal qual ter acesso a trabalho decente, moradia, o conjunto de direitos humanos, econômicos e sociais. Esse ciclo de expansão democrática foi, no entanto, revertido, e agora – embora haja diferenças significativas de acordo com os casos nacionais – estamos em um caminho de retrocesso. Com o conceito de *desdemocratização*, Wendy Brown analisa muito bem esse fenômeno dos estados nacionais com democracias já frágeis que, na atualidade, se diluíram ainda mais.

Gostaria de mencionar, muito rapidamente, três estratégias que o imperialismo vem desenvolvendo nesse contexto global de disputa dos Estados Unidos com a China e dessa associação da China com a Rússia, que contribui para o seu fortalecimento. Disse “imperialismo”, um termo que caiu em desuso e foi substituído por outros que disfarçam, de alguma forma, o caráter precisamente imperialista dos Estados Unidos. A verdade é que se trata de um país imperial, no passado e também agora, que através de sua hegemonia determina, impõe as regras internacionais, sejam elas políticas, militares, financeiras, culturais ou diplomáticas. Citarei então, individualmente, três estratégias imperialistas para que possamos entender melhor a situação na América Latina. Esses três elementos que vou expor equivalem às próprias políticas neoliberais, de modo que, em primeiro lugar, devemos mencionar a redução do papel do Estado, a progressiva instalação da noção de que é o mercado quem deve determinar a lógica econômica e social. Mas, ao mesmo tempo, devemos pensar esse fenômeno não só como de cima para baixo, como políticas que se impõem de cima para baixo, mas também como o que se chamou de “neolibe-

<sup>6</sup> Wendy Brown participou deste Ciclo de Debates. Para uma resenha biográfica, ver nesta mesma publicação, p. XX.

ralismo de baixo para cima”. Um neoliberalismo que está corroendo as estruturas sociais; que apela a um suposto espírito empreendedor (o chamado “empreendedorismo”) para naturalizar a precariedade da vida no contexto das várias formas que a economia assume em nossos países, especialmente nas áreas mais pobres, nas periferias urbanas. É aí onde o neoliberalismo se concretiza na própria sociedade, onde reproduz diferentes formas de precariedade. Nesse contexto, o emprego, tal como o conhecíamos no século passado, perde importância e vão ganhando espaço estas novas formas da chamada “informalidade” que, ao mesmo tempo, em algumas ocasiões têm ligações muito fortes com a ilegalidade nos territórios – um fenômeno que está espalhando-se de maneira muito acelerada.

Estamos, então, em uma situação muito complicada também em relação ao devir neoliberal, porque o surgimento de formas de produção como a indústria 4.0, a inteligência artificial ou a economia digital – expressões que, embora usemos, por vezes não sabemos muito bem o que querem dizer –, muito mais rápidas e eficientes que as tecnologias conhecidas até então, fazem com que a América Latina fique cada vez mais atrasada e, inclusive, fora das novas perspectivas de desenvolvimento. Estamos sofrendo um processo de desindustrialização, que vem desde a década de 90 e que, neste momento, tomou, no caso do Brasil, uma virulência enorme porque a política é justamente livrar-se dessas indústrias, inclusive privatizando ou fragmentando e vendendo empresas – como ocorreu com a Embraer, a Petrobras e outras empresas de ponta. Então, nesses processos de desindustrialização, ficamos para trás com relação às mudanças tecnológicas que poderiam ter produzido alternativas de desenvolvimento para nossos países. Isso se explica porque essas alternativas não são o foco de nossos governos e, muito menos, dos planos dos Estados Unidos para a região. Todo o contrário, se Washington busca algo com essa onda *desdemocratizadora*, é justamente criar as condições para deter o desenvolvimento de nossos países. Bolsonaro disse claramente: “Não viemos para construir, viemos para destruir”. O presidente do Brasil, dado que manifesta de modo explícito quais são seus objetivos, é uma boa amostra do que significa um projeto de sujeição imperialista para toda América Latina. Um projeto que consiste em destruir a estrutura produtiva de nossos países e não criar nada em seu lugar, colocando-nos cada vez mais distantes da possibilidade de desenvolvimento dessas indústrias da economia digital. Isto implica uma situação dramática desde o ponto de vista do desemprego, que já vínhamos experimentando, com um mercado de trabalho completamente informal e diversas outras formas de precarização, que comentaremos mais adiante.

A segunda estratégia pensada e desenvolvida pelo império é a ampliação do conservadorismo. Iremos chamá-lo assim, em termos gerais, embora tenha vários aspectos. Por um lado, estão os ataques ao que chamaram “ideologia de gênero”. Mas, sobretudo, essa estratégia aposta na expansão e fortalecimento do poder de algumas recém-criadas igrejas fundamentalistas ou neopentecostais, às quais chamo, mais apropriadamente, “igrejas de mercado”. Em um discurso recente, Bolsonaro fez uma declaração reveladora acerca desse fortalecimento do conservadorismo ao que nos referimos, e disse: “O Brasil é um país cristão e conservador que tem a família como base”. Isso resume um pouco a lógica da segunda estratégia. Essas igrejas vêm crescendo na região nos últimos 20 ou 30 anos e atuando para o controle da subjetividade das pessoas. Esse neoconservadorismo é uma das bases do avanço neoliberal, é funcional ao disciplinamento das populações, das subjetividades e, portanto, à aceitação de lógicas autoritárias. A estrutura hierarquizada dessas igrejas, o lugar dos pastores, a aceitação do desígnio divino são todos análogos ao tipo de controle social mais geral que o conservadorismo persegue, e do qual o controle das mulheres não é, aliás, um elemento menor. O uso da chamada “ideologia de gênero” tem a ver precisamente com essa função de controle das mulheres, e essa problemática compreende também um tema muito caro ao feminismo, que está no coração das agendas de todo o movimento feminista: o dos direitos sexuais e reprodutivos, incluída a questão do aborto.

A terceira estratégia imperialista é a política de combate às drogas, criada no final da década de 70, começo de 80 nos Estados Unidos e fomentada desde então. Os Estados Unidos utilizaram-se dela dentro de seu próprio território e também na América Latina. Ela foi determinando um processo de fragmentação e controle dos territórios e de desintegração do tecido social, como ocorre no México, por exemplo, onde há uma enorme quantidade de pessoas mortas e desaparecidas, resultado das lutas internas entre grupos traficantes rivais. Acerca disso, o primeiro a ser dito é que o combate ao tráfico de drogas não combateu, em absoluto, o tráfico de drogas. E não casualmente, mas porque não foi traçado para combater efetivamente o tráfico de drogas (nem seu uso), e sim para disciplinar as populações. Um disciplinamento que se dá através dos estados nacionais, que põem suas forças armadas, policiais e de segurança em geral a serviço desse objetivo; que militarizam os territórios e que, frente a toda essa presença, conseguem maior controle de suas sociedades. Por isso, não podemos enganar quando vemos alguns setores dessas forças de segurança parecerem estar atuando por conta própria, por fora do dispositivo estatal. O projeto é exatamente este: *desdemocratizar* e limitar a institucionalidade dos estados

para transformá-los, como nos casos do México ou da Colômbia, em narcoestados. Na América Latina caminhamos nesse sentido. Outro exemplo foi visto em setembro de 2020, na Argentina, onde a polícia de Buenos Aires organizou um protesto e rodeou a casa de governo e residência presidencial com efetivos armados, em um exercício mafioso de pressão sobre os poderes institucionais. No caso do Brasil, temos também o poder das milícias, grupos armados que começaram oferecendo uma pretensa proteção aos comerciantes locais, sobretudo frente aos traficantes, e acabaram-se estendendo a todo tipo de negócios mafiosos, em particular, às drogas. O caso mais extremo é o do Rio de Janeiro, mas existem em muitos outros lugares. E podemos traçar um paralelo entre esse modelo das milícias, que atua no tráfico de drogas, e os responsáveis pelos incêndios na Amazônia, um tipo similar de milícias mas para permitir o avanço no desmonte e na ocupação privada de terras públicas. Trata-se de todo um modelo de negócio e de presença na sociedade que amarra o ideal neoliberal do “empreendedorismo” com formas da ilegalidade, e que se constitui em redes mafiosas de organização dentro da sociedade. Nesse sentido, creio que caminhamos rumo a sociedades sem nenhum projeto de desenvolvimento, nas quais os estados nacionais são destruídos, sem que apareçam formas que os substituam. A única proposta é explorar os territórios para a extração e exportação de produtos naturais – agrícolas ou minerais –, parecendo não haver alternativa. Esse cenário, de expansão das fronteiras agrícolas e de orientação exclusiva à produção de bens primários, sejam agrícolas ou minerais, complementa-se sob um mesmo modelo extrativo<sup>7</sup>, com um sistema financeiro local cada vez mais dependente e ligado aos circuitos financeiros internacionais, sem nenhuma proposta produtiva, nacional ou regional, sem nenhum interesse em criar mercados internos nem novas possibilidades produtivas. E, como dizia Beatriz, tampouco há na América Latina um projeto de integração dos mercados e de integração regional, como os movimentos sociais tratamos de construir na década passada.

Em suma, essas três lógicas estiveram muito fortemente presentes na região e são responsáveis pelos processos de esvaziamento das democracias, pela aparição desses narcoestados e pela precarização das sociedades, com populações condenadas a empregos informais, sem direitos nem seguridade social.

Temos que voltar a pensar nos temas geopolíticos e, sobretudo, pensar sobre o que significa viver em um mundo dominado por uma visão patriarcal, racista e colonial, que impõe modelos

<sup>7</sup> Cf. Silvia Federici em “Corpos e territórios: novas fronteiras do capital na América Latina”, nesta mesma publicação, p. xx.

como o que estamos vivendo. Quando falamos de um modelo patriarcal, estamos referindo-nos a uma lógica de dominação, a um sistema que mantém hierarquias de dominação: os homens sobre as mulheres, os homens sobre outros homens e sobre outras populações – negras ou indígenas. Em todos os casos, trata-se de encontrar desigualdade para se aproveitar e dominar. A crítica do feminismo, de todos os feminismos, é a essa lógica de dominação, não só ao patriarcado. É também uma crítica à supremacia branca; ao imperialismo e suas formas de imposição das regras da divisão internacional do trabalho aos países periféricos; aos sistemas belicistas que a sustentam. Há, então, uma conexão entre as questões da geopolítica – a guerra entre países, as guerras contra os povos – e essa lógica de dominação, que serve justamente para justificá-las, e que os feminismos tão fortemente criticaram ao longo de sua história. Este é o drama da civilização, e o feminismo – que tempos atrás, nos anos 80 e 90, ligou-se ao pacifismo e a outras formas de expressão da rejeição ao domínio do mundo pelo poder armamentista – tem de recuperar essa perspectiva. Esta lógica do sistema está fundada no modelo patriarcal e na lógica patriarcal de dominação: se o feminismo e o ecofeminismo não fizerem essa crítica, então, quem a fará?

## TATIANA OLIVEIRA

Obrigada, Graciela. Quero muito agradecer a ambas as convidadas porque temos feito alguns debates, desde o feminismo, que enfatizam muito a questão da transição neoliberal e dos processos de reconfiguração do neoliberalismo, e penso que vocês ajudaram a dar corpo – para usar também uma palavra que nos interessa – a essa reflexão sobre o que significa essa transformação do neoliberalismo e como, justamente, ele se abate sobre os corpos e os territórios, conforme discutimos no primeiro seminário<sup>8</sup>. Nesse sentido, parece-me muito interessante a maneira como ambas trouxeram o tema, porque justamente me provoca a pensar... e por isso, gostaria de devolver uma provocação a vocês diante de todos esses dilemas, diante de todas essas crises que vocês nos apresentaram. Beatriz em sua fala passou um pouco pela crise do multilateralismo, pelo desafio da multipolaridade, dos valores, inclusive da pluralidade dos valores, algo que a

<sup>8</sup> Ver, nesta mesma publicação, “Corpos e territórios: novas fronteiras do capital na América Latina”, p. Xxx.

China traz para o debate da comunidade internacional, a crise do Ocidente e essa disputa no plano econômico entre Estados Unidos e China que, pelo menos por agora, se mantém. Ao mesmo tempo, para pensarmos também esses processos de crise das instituições dentro dos países, é muito interessante o conceito de *desdemocratização*. Ou seja, há uma crise de legitimidade das democracias liberais que também tem a ver com todos esses debates e elementos que vocês trazem para a discussão, mas que se conectam também à perspectiva de uma destruição dos direitos. Não só no sentido do direito interpretado na letra da Lei, mas nas condições de possibilidade de imaginarmos o direito e os direitos sociais.

Essa captura de que fala Graciela, da subjetividade – produzida, fabricada por esses processos do neoliberalismo contemporâneo –, se espraia, espalha, numa espécie de vaivém do dentro e do fora, daquilo que é nacional e internacional. Então, visualizar de que maneira esses processos globais se territorializam, como se vem dando essa transição, e como transformam efetivamente nosso corpo e nossa subjetividade a partir de todos esses elementos que vocês trouxeram. Creio ser muito importante para nós, feministas, pensarmos sobre isto que as falas trouxeram (e que reflete completamente o que nos motivou a pensar e realizar este Ciclo de Debates Feministas): uma proposta de trazer novos elementos, novas perspectivas, visões e abordagens para repensarmos o feminismo contemporâneo à luz dos desafios que se apresentam para o tempo presente.

Então, diante de tudo isso, fico com a preocupação e com certa ansiedade em relação a um novo pacto social que é possível ou não é possível de surgir dessa conjuntura que estamos vivendo. Porque a Beatriz fala de uma direção, um apontamento a partir da perspectiva chinesa com a Prosperidade Compartilhada. Como pensamos a reconfiguração das sociedades a partir desse mundo em destruição, desse mundo a caminho do fim? E nesse sentido, não só pensar o fim do mundo no sentido de seu fim físico, relacionado à crise físico-material-objetiva ou à crise climática, mas também o fim do mundo enquanto ideia, ideia que nós herdamos... enquanto forma, tradição de pensamento político-filosófico ocidental iluminista. Que pacto social é esse que pode ou não surgir desse novo mundo, dessa conjuntura que estamos vivendo? E esse mesmo pacto social, ainda pode ser feminista, antirracista, contracolônia? É uma provocação bem ampla, que faço também, em parte, a partir de algumas perguntas que nos chegam via *chat*.

## BEATRIZ BISSIO

Enquanto você falava, estava lembrando que, em um dos múltiplos webinários deste momento tão difícil da quarentena, participava Boaventura Sousa Santos<sup>9</sup>, e em um determinado momento, também frente a uma pergunta que, como esta, busca olhar para frente, para o futuro, ouvi uma frase dele muito interessante: “O que me espanta neste momento é que estamos muito mais aptos a pensar o fim do mundo que o fim do capitalismo”<sup>10</sup>. Parece-nos muito mais viável que termine o mundo que o capitalismo. Essa frase é chave para pensarmos em muito do que a Tatiana está colocando.

De certa forma, apesar da fragmentação que nossas sociedades sofreram – por tudo o que Graciela nos trouxe tão fundamentadamente e a partir, sem dúvida, da desintegração da União Soviética e de todo um comprometimento com uma visão de mundo alternativa ao capitalismo –, parece-me que somente agora começamos a perceber que o fracasso de um modelo específico, que tentou construir uma alternativa ao capitalismo, não quer dizer que as possibilidades de imaginar formas de construir uma sociedade alternativa ao capitalismo, que podemos ou não chamar de socialista, estejam fechadas. Mas chamemo-la, porque é o nome que temos, que conhecemos e nos é mais familiar. Penso que, pouco a pouco, reaparece a convicção de que essas possibilidades sejam possíveis (e para isso, evidentemente, temos que nos preparar, enquanto sociedade humana e particularmente enquanto forças progressistas).

Não por acaso, vejo que estão tendo lugar múltiplas iniciativas de um diálogo transnacional. Primeiro, porque me parece que partem de uma constatação que creio ser iniludível a esta altura: não temos como fazer uma transformação profunda, visando realmente uma alternativa ao sistema capitalista que está destruindo nosso *habitat* e está destruindo-nos enquanto espécie, pensando essa alternativa a partir dos espaços das fronteiras nacionais dos Estado-nação. Não quer dizer que esteja defendendo o fim do Estado-nação, não defendo. Isso pode ser uma utopia para

<sup>9</sup> Boaventura de Sousa Santos (1940), intelectual, pesquisador e ativista português. Graduado em Direito na Universidade de Coimbra, fundou ali a Escola de Economia, da qual foi professor. Também é doutor em Sociologia da Universidade de Yale, é um dos principais intelectuais das Ciências Sociais, reconhecido internacionalmente. Goza de grande popularidade no Brasil, onde participou das três edições do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. [N. da E.]

<sup>10</sup> A citação – que circulou abundantemente nas últimas décadas – aparece em “Future City”, um artigo de Fredric Jameson publicado no *New Left Review* n. 21, mai.-jun., 2003. Também costuma ser atribuída a Slavoj Žižek, dado que Jameson omite dizer de onde a tirou. [N. da E.]

outras gerações, muito mais adiante no tempo, mas hoje em dia, a soberania ainda é um conceito que considero que deva ser preservado, particularmente nas nossas situações de dependência, de periferia do capitalismo. Mas é necessário pensar duas questões nesse ponto. Uma, é que os problemas de fundo – não digo todos os que enfrentamos, mas os mais de fundo – só poderão ser resolvidos de fato com uma visão e uma perspectiva ao menos regional. E assim, voltamos à questão da integração. Mas, por outro lado, esses problemas exigem planejamento de longo prazo. E essa é uma questão muito complicada em nossas sociedades, na medida em que temos uma espécie de “tradição” em que, ao assumir um governo, este procura distanciar-se de tudo aquilo que herdou do governo anterior, a menos que seja uma continuidade. Por isso penso ser muito importante analisarmos o exemplo que a Ásia deu com respeito à Covid-19. Não podemos mais pensar como muitos de nossos dirigentes políticos: “tenho meu projetinho eleitoreiro e trabalharei com uma visão de curto prazo porque é isso o que me importa”, esse pensamento já não cabe. Dessa forma, nunca teremos condições de resolver os problemas de fundo que afetam nossa sociedade, porque para isso é preciso haver planejamento, inclusive para uma questão epidemiológica como esta que enfrentamos, por exemplo – sobretudo na perspectiva de que os cientistas já nos advertem que estaremos sujeitos a pandemias recorrentes daqui em diante, devido à extrema urbanização, ao extremo contato entre nossas sociedades, ao *habitat*, por N motivos.

Fundamental para pensarmos nosso futuro, enquanto espécie e enquanto latino-americanas em particular, penso ser atentar para o que fez e nos mostrou a Ásia. Os asiáticos têm uma qualidade – que vem de culturas milenares e que, neste momento histórico, com os desafios que enfrentamos, diria ser imprescindível: colocar o interesse coletivo à frente do interesse individual. Enquanto sociedades individualistas, se não compreendermos essa singela lição que vem da Ásia, e o comportamento dessas sociedades frente à pandemia, não entenderemos nada sobre onde estamos. A ideia de “eu me salvo e o outro que se ferre”, usando vocabulário popular, não existe, não nos serve, salvo em um prazo muito, muito curto, mas jamais em médio ou longo prazo.

E talvez por ser uma área que me é diretamente cara, devido à minha inserção na universidade, penso que temos que apostar na educação, pois não há mudança possível sem isso. Mas não qualquer educação. Estou pensando em uma educação no caminho de Paulo Freire, libertadora. Uma, que nos constitua enquanto seres humanos plenos, enquanto cidadãos, com direitos e deveres, e com a qual possamos compreender nosso papel histórico em cada momento.

## TATIANA OLIVEIRA

Graciela, queria adicionar uma pequena questão para você: quais são os sujeitos políticos contemporâneos que podem “forçar a barra” para esse novo pacto?

## GRACIELA RODRIGUEZ

Enquanto a Beatriz falava, pensava sobre isto: a sociedade, na verdade, tem mudado muito as próprias classes sociais, os sujeitos sociais. Temos que começar a pensar nisso de maneira muito mais profunda para entender as consequências e por onde a mudança pode vir.

Esse formato, de elites nacionais que tinham um projeto de desenvolvimento, que tinham interesse em investir no país, que tinham um projeto nacional industrial, por exemplo - um projeto que, no caso do Brasil, mas em toda a América Latina, foi muito apoiado pela Cepal<sup>11</sup> e teve todo um pensamento cepalino desenvolvimentista que veio dos anos 50 e 60 até recentemente -, isso acabou. Acabou essa elite, não existe mais. O que temos agora são elites ligadas ao capital internacional e que querem cada vez mais essa internacionalização. Se há ainda no Brasil algum sistema financeiro (os setores bancários e financeiros somam um fenômeno importante no país) com algum “caráter nacional” que vai paulatinamente se diluindo, não sabemos por quanto tempo o setor poderá permanecer sem se internacionalizar. Só o que temos no momento são ruralistas, agronegócios e banqueiros, mas de modo geral, há uma lógica de internacionalização da elite nacional, cada vez menos ligada a um projeto de soberania nacional. Creio que essa é uma característica das elites da América Latina, e também do próprio capitalismo, dos processos de concentração e financeirização do capital, que vão levando a esta lógica em que o capital determina a inserção e a vida produtiva.

E penso também que, durante os próximos anos, nesse processo de transição, isso terá muita importância para definir como esse capital financeiro, especulativo, se comportará com relação a esta nova etapa, a estas novas tecnologias... Penso ser possível compararmos a situação que

<sup>11</sup> Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, organismo dependente da Organização das Nações Unidas para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região. [N. da E.]

estamos vivendo à da grande revolução tecnológica do século passado e à Revolução Industrial, inclusive: esta é uma mudança que será muito mais rápida. E esse capital financeiro especulativo está, justamente, buscando as condições para essa expansão capitalista na área da economia digital, das novas tecnologias, da inteligência artificial e suas consequências.

Então, parece-me importante termos em conta essa lógica para sabermos que não teremos mais elites nacionais, elites com projetos nacionais, projetos de soberania nacional, isso acabou.

Por outro lado, temos os setores sociais. Setores estes que também se têm desagregado. Enquanto tínhamos operários, trabalhadores em empregos fixos, com carteira assinada etc., ou seja, na lógica do trabalho do século passado, tínhamos também uma forma de organização desses setores (que podiam buscar as transformações nas sociedades injustas) que estavam diretamente ligados a esse sistema de produção, que respondiam a ele, suas lutas e injustiças. Isso também não existe mais. Cada vez temos mais setores de trabalhadores(as) desagregados, fragmentados (embora haja ainda, ao mesmo tempo, trabalhadores formais ou inclusive na produção de ponta ligados às grandes empresas, sobretudo de tecnologia, mas são pequenos setores, com poucos trabalhadores). De todas formas, penso que temos que caminhar no sentido de pensar como serão essas novas formas de inserção no trabalho. Particularmente, e isso também será parte da análise do nosso ciclo de debates, penso que o movimento feminista tem uma grande possibilidade de se tornar (na realidade já é) – e ampliar sua possibilidade de ser – um sujeito social importante para as transformações. E em parte, isso tem a ver com o que dizia Beatriz, ou o que dizia Boaventura sobre a possibilidade de transformação do próprio capitalismo: a única forma de, neste momento, pensar-se a transição é atacando, destruindo as bases da dominação. E uma base da dominação entendo que é o patriarcado. O patriarcado é uma forma muito básica da dominação. Da dominação de homens sobre as mulheres que remete a um processo histórico fundante, e penso que o feminismo tem as condições para questionar profundamente essa dominação; justamente por isso está crescendo tanto nas últimas décadas. Por isso também o ataque à “ideologia de gênero”, a ofensiva contra o feminismo e a lógica de gênero, pode ser lido, em analogia, como uma nova caça às bruxas. Nesse aspecto também, nossa queridíssima Silvia Federici<sup>12</sup> nos contou tão bem como se deu esse processo de dominação/domesticação das mu-

<sup>12</sup> Silvia Federici participou deste ciclo de debates. Para uma resenha biográfica ver, nesta mesma publicação, p. XX. [N. da E.]

lheres na Idade Média<sup>13</sup>. E como estas questões, das religiões, da “ideologia de gênero”, da crítica, da ofensiva contra o feminismo, voltam a ser também, de alguma maneira, um caminho para uma redomesticação.

Creio que o feminismo tem uma grande potencialidade enquanto sujeito de transformação devido a essa força que o empurra contra a lógica de dominação do patriarcado.

## TATIANA OLIVEIRA

Senti-me muito provocada pelas falas de vocês, e deixo apenas uma provocação de volta, a respeito do comentário final da Graciela sobre a potência feminista e esse desejo de mover o mundo. Porque creio que há dois lados em toda essa violência e catástrofe que temos sido obrigadas a testemunhar, viver e experimentar, experienciar. Obviamente, um dos lados é a própria catástrofe, a deterioração dos modos de vida e das próprias condições de manutenção da vida e de sobrevivência em diferentes esferas. Mas por outro lado, insistirei na questão do fim do mundo, não só como objetividade e materialidade, não apenas porque a crise climática põe em questão nossas perspectivas acerca do progresso e das possibilidades deste mundo, em que devemos continuar a existir no futuro. Quero deixar aqui a provocação sobre como pensar esse “fim do mundo” enquanto abismo, mas também pensá-lo enquanto algo que podemos, não só superar, mas subverter; como pensar um outro mundo, efetivamente.

Se essas elites nacionais, que Graciela mencionara, deixaram de existir, particularmente, tenho problemas em julgar isso por uma vertente meramente negativa. Que nacionalismo, que interesse nacional é/era esse que essas elites defendiam? Penso que essa espécie de ruína da elite se dá justamente porque nas últimas décadas passamos por um processo de democratização da política e de vários espaços, como a universidade, como colocou Beatriz, em que finalmente conseguimos tomar um contato com a diferença que nos constitui enquanto nação (uma dimensão da nossa existência como comunidade política que muitas vezes não aparece). E essas elites não foram capazes de pensar uma política antirracista; essas elites não foram capazes de pensar uma

<sup>13</sup> Cf. Federici, Silvia, *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva*, Buenos Aires, Ed. Elefante, 2017. [N. da E.]

política sexuada, ou seja, uma política que levasse em consideração as diferenças e as desigualdades de gênero. Da mesma forma, não foram capazes de pensar modelos de produção e consumo que não exaurissem a natureza e que não produzissem esse tipo de exploração continuada e intensiva da natureza e dos nossos corpos de maneira geral. Essas elites não foram capazes de pensar nos povos indígenas, quer dizer, essas elites deixam muito a desejar. O interessante é que esse mundo em que vivemos hoje não deixa a desejar, no sentido das demandas e cobranças que faz e impõe para o mundo político que nos constituiu histórica, filosófica e subjetivamente. É muito importante encerrarmos este debate reafirmando o desafio de pensarmos uma política e geopolítica que seja sexuada, antirracista e contracolonial como a única solução possível para o horror neoliberal que vivemos atualmente.

### GRACIELA RODRIGUEZ

Seguiremos com estes debates porque é fundamental que continuemos atualizando-os. Poder mudar a matriz do pensamento do século passado para o que está acontecendo agora e o que está por vir é um grande desafio para o feminismo. Ainda estamos com uma matriz de pensamento um pouco antiga sobre os sujeitos sociais, a situação das classes, a própria situação política e acho que precisamos continuar nesse desafio de atualizar nossos debates. Eles são parte desse esforço, inclusive para fazer esse diálogo com a América Latina, não só no Brasil.

### BEATRIZ BISSIO

Penso que temos de travar uma batalha muito importante em termos culturais, no sentido da desconstrução e reconstrução de parâmetros culturais, onde as questões de gênero e raciais realmente entrem (muito do que hoje estamos vivenciando de violência tem um substrato racial, além da questão patriarcal, sem dúvida) para que possa haver a construção de um ser humano novo (antigamente se dizia “de um homem novo”, hoje saiu um pouco de moda porque esse “homem” já carrega esse patriarcado...). Um ser humano com valores outros, que possa realmente ser cidadão deste século 21.



## DEBATE 3

# SISTEMA FINANCEIRO

*Endividamento das mulheres e a financeirização da natureza*

DEBATEDORAS | Luci Cavallero e Marcela Vecchione

MODERADORA | Francy Jr.

### FRANCY JR.

lá a todas e todos, sejam muito bem-vindas a este espaço sagrado de debate feminista. Sou Francy Jr., manauara, falando da periferia de Manaus, AM. Hoje temos conosco Luci Cavallero, pesquisadora pela Universidade de Buenos Aires, membro do GIIF - Grupo de Investigación e Intervención Feminista -, militante feminista e companheira de luta. Recebemos também Marcela Vecchione, que fala conosco desde o Pará, é cientista política, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará, atuando desde 2007 junto ao movimento indígena e a organizações sociais conectadas à luta pelos territórios, buscando trabalhar a metodologia da pesquisa ativista. Começamos.

### LUCI CAVALLERO

Começo esta conversa com o que temos chamado, junto com minha companheira Verónica Gago e outras companheiras de militância na Argentina, de uma leitura feminista da dívida. Ou, mais precisamente, com a pergunta sobre como esta leitura é possível, como foi que se chegou a falar

de endividamento de mulheres, lésbicas, travestis e trans como algo a ser problematizado, como algo a se tornar conflitivo? Porque, ainda que o trabalho acadêmico tenha tido um papel neste desenvolvimento, ele não conseguiu produzir essa teoria, essas chaves de leitura do conflito. Isto me remete diretamente, em primeiro lugar, à organização das paralisações e greves de mulheres na Argentina – que também foram internacionais. Esses processos, além de terem um aspecto propriamente organizativo, foram muito intensos do ponto de vista das ideias. Nesse contexto, pensamos todas as formas em que, cotidianamente, somos exploradas, e como essas formas de exploração se relacionam com nossos lugares de subordinação no âmbito doméstico e no âmbito público. Foi na organização das paralisações, enquanto fazíamos essa vinculação entre as diferentes violências e as diferentes formas de exploração, que surgiu o problema da dívida enquanto problema de primeira ordem na Argentina, sobretudo tendo em conta que o endividamento público é o mais intenso de nossa história – seu ponto mais paradigmático foi o acordo com o Fundo Monetário no ano de 2018. Nesse momento, nós, do movimento feminista, começamos a considerar o problema da dívida desde um ponto de vista inovador. Surgiu, por exemplo, a palavra de ordem “Vivas, livres e desendidadas”, ou seja, fizemos uma conexão entre o que significa estar endidadas e nossa vida cotidiana: como o endividamento implica em uma restrição de nossa autonomia e como se relaciona diretamente com uma economia dependente, no âmbito doméstico ou no âmbito dos bairros. A partir desse novo enfoque, começamos um processo de politização da dívida, inclusive com manifestações nas ruas. Fomos, por exemplo, à porta do Banco Central para denunciar o endividamento enquanto o governo selava o acordo com o Fundo Monetário Internacional. Em suma, começamos a construir uma perspectiva feminista da dívida que se desdobrou em alguns elementos muito pontuais que hoje são chaves de leituras muito importantes para entender o que está acontecendo na pandemia.

Um dos elementos mais importantes na relação com esta perspectiva feminista da dívida é o vínculo entre endividamento e os trabalhos não remunerados. As perguntas que nos fizemos na organização política, mas também como pontos de partida de nossa pesquisa, foram: quem são as pessoas que estão sendo endidadas; em que trabalham as pessoas que estão sendo endidadas; sobre quais corpos concretos esse endividamento cai; a que corpos está dirigido. Quando esses processos econômicos que parecem abstratos ou alheios à vida cotidiana são relacionados a uma perspectiva feminista, perdem essa abstração e se situam em vidas concretas: quem se endivida, de que trabalhos se nutre essa dívida?

Um segundo requisito desta perspectiva feminista da dívida foi a conexão dos processos de endividamento público com os processos de endividamento das economias domésticas. Na Argentina, o endividamento externo se traduz, primeiro, em uma carga maior de trabalho não remunerado das mulheres, lésbicas, travestis e trans, a partir de que o Estado deixa de fornecer certos serviços públicos. Mas, ao mesmo tempo, o que pudemos ver foi que o modo como a dívida externa se traduzia nos lares era através do endividamento para viver, para ter acesso aos bens mais básicos. Começamos a ver que o endividamento das mulheres na Argentina estava funcionando como uma forma de atravessar a crise, ou seja, endividar-se para comprar medicamentos ou alimentos. A dívida se tornou obrigatória porque, em um contexto de inflação e de ajuste, de queda das rendas e do poder aquisitivo dos salários e de eliminação dos subsídios, a dívida se transformou no meio obrigatório de poder comprar os bens mais básicos.

Mas, sempre desde a perspectiva feminista, demos ainda um passo a mais. Começamos a estudar como esse processo de endividamento de mulheres, lésbicas, travestis e trans se relacionava com as violências. A partir de situações concretas, pesquisamos, por exemplo, a realidade de trabalhadoras rurais, ou de trabalhadoras migrantes. O que vimos foi que havia uma relação direta entre o endividamento das mulheres e as situações de violência que não está separada do modo como se organiza uma economia, ali onde está presa ao pagamento de uma dívida. Comprovamos que, se muitas vezes, o endividamento significa um alívio momentâneo, também obriga as mulheres a permanecerem em situações de violência para se assegurar do cumprimento do pagamento, como contrapartida à manutenção da economia doméstica. Aqui há outro elemento importante da perspectiva feminista do endividamento: pensá-lo em corpos e vidas concretas, sair da abstração financeira e pensar em quem se endivida e que tipos de economia da violência implica esse endividamento.

Outra questão que abordamos nesta perspectiva feminista da dívida é a relação entre os estereótipos tradicionais de gênero e a obrigação financeira. O que se verificou nos últimos anos foi uma grande quantidade de oferta de financiamentos dirigidos especialmente às mulheres. O sistema financeiro começou a se aproveitar dos estereótipos tradicionais de gênero que pesam sobre as mulheres, de sustentar a economia doméstica de qualquer maneira. Por um lado, viu-se nas ruas o desejo das mulheres por certa independência e autonomia, e em função dele, ofereceram uma resposta marcadamente neoliberal, uma oferta maior de produtos financeiros. Por outro lado, vemos como se aproveita o mandato que cai sobre as mulheres, as lésbicas, as travestis

e as trans, de fazerem malabarismos no cotidiano para sustentar a economia doméstica. Esse é outro ponto importante para pensar de que forma implantar uma perspectiva feminista da dívida. Como determinados mandatos de gênero são utilizados diretamente pelo sistema financeiro.

Apenas começou a pandemia, também começamos a nos perguntar o que estava acontecendo com os processos de endividamento em relação à necessidade de permanecer em casa. Fizemos uma pesquisa vinculada ao Sindicato de Inquilinos e Inquilinas e à Assembleia Feminista da *Villa 31*<sup>1</sup>. As conclusões foram que esse mandato de permanecer em casa – que serviu como medida sanitária, pelo menos na Argentina, embora saibamos que, no Brasil, não teve tanta força – não deteve o endividamento das mulheres, lésbicas, travestis e trans. Ainda em uma situação de suposta imobilidade, ou de suposta suspensão das atividades, produziam-se novas dívidas e muito claramente ligadas aos espaços de reprodução social. Os novos endividamentos tiveram dois destinos privilegiados. Por um lado, sustentar a casa e os serviços básicos, em um contexto de restrição de rendimentos, demissões e suspensões. Por outro lado, a conectividade. Na Argentina, o acesso à educação pública, durante a situação de isolamento, esteve mediado pelo celular e isso fez com que, em bairros com baixa conectividade à internet, ou em casas onde não há serviços de internet porque não se ganha o suficiente para pagá-lo, se acumulassem dívidas para acessar a educação. Este aparecimento de novas dívidas na pandemia é o que explica, entre outras coisas, a crise habitacional atual da Argentina, onde estão acontecendo despejos, apesar da proibição, por vezes muito violentos, tanto na cidade de Buenos Aires, como em outras cidades do país.

Por outro lado, sempre nesta perspectiva feminista da dívida, é importante pensar que o aparecimento de novas dívidas se dá ao mesmo tempo que ocorre uma intensificação do trabalho não remunerado doméstico e também dos espaços comunitários. Nossa hipótese, que apresentamos para que seja discutida, é de que há mais trabalho doméstico não remunerado, mais endividamento. Trata-se de uma situação específica e muito paradigmática da pandemia que explica em boa medida a situação da crise que existe nos lares. Vimos, também, que todas essas dinâmicas estão combinadas com um aumento da violência doméstica na pandemia. Aparece, outra vez, um cruzamento muito evidente, que faz com que o diagnóstico feminista seja o mais sofisticado

<sup>1</sup> Villa 31, comunidade de assentamento precário localizado entre os bairros de Recoleta e Retiro da Cidade de Buenos Aires. Sua origem remonta a 1932, e desde então não deixou de crescer, concentrando população trabalhadora migrante tanto do interior da Argentina, como de países vizinhos. [N. da E.]

para entender o que está acontecendo na pandemia: o cruzamento entre as violências machistas e todos esses processos de violências econômicas. O aparecimento de novas dívidas, em um contexto de suposta imobilidade do âmbito doméstico, combina-se também com a intensificação do trabalho não remunerado, e o que viemos levantando com Verónica Gago é que se poderia pensar que as relações de classe estão-se reconfigurando no interior do âmbito doméstico. Por isso, é preciso pensar como, nesta situação de pandemia, o ambiente doméstico tornou-se um laboratório de intensificação da exploração capitalista, com o aparecimento de novas dívidas, o aumento da carga dos trabalhos não remunerados e a financeirização da reprodução social, que se resolvem por meio de economias de plataforma.

O terceiro ponto que quero compartilhar é sobre como a perspectiva feminista da dívida também traz uma pergunta a respeito dos modos alternativos de pensar a colonização financeira da reprodução social, a financeirização da vida. Desde a publicação de *Uma Leitura feminista da dívida*<sup>2</sup> até hoje, seguimos atualizando as ideias que discutimos no livro. Sobretudo, temos pensado como seria uma agenda que pudesse disputar com essa financeirização da vida. E, relacionada a essa agenda que queremos construir, como conectar as lutas pela remuneração dos trabalhos não remunerados com a luta por serviços públicos e por políticas concretas de desenvolvimento. Encontrar as vias para essas conexões aparece hoje como um desafio para o movimento feminista.

Outra pergunta que também nos fazemos é quais seriam as formas possíveis de desobediência financeira. É preciso multiplicar as imagens do que achamos que aconteceria se decidíssemos não pagar a dívida. Isso envolve aquele trabalho de conexão das lutas, mas também um trabalho imaginativo: pensar a dívida como muito mais que um problema para os especialistas, ou como meras transferências de dinheiro. Precisamos pensar em todas as dimensões que a perspectiva feminista habilita, todas as relações do endividamento com os estereótipos tradicionais de gênero, com os trabalhos não remunerados, ou com a carga e a sobrecarga de trabalho que aparece a partir da falta de serviços públicos. Daí o desafio de conectar todas essas lutas que muitas vezes são separadas. O feminismo tem essa conexão transversal como horizonte, e sua tarefa imediata é como relançar uma agenda de conexão desses problemas na pandemia. Com o coletivo *Nenhuma a menos*<sup>3</sup>, quando

<sup>2</sup> Gago, Verónica e Cavallero, Luci, *Una lectura feminista de la deuda. Vivas, libres y desendeudadas nos queremos*, Rosa Luxemburg Foundation, 2019.

<sup>3</sup> *Nenhuma a Menos (Ni Una Menos)*, coletivo feminista argentino, cuja principal reivindicação é o fim da violência contra as mulheres e os corpos dissidentes. [N. da E.]

começamos a trabalhar com a hipótese de que havia uma conexão entre a financeirização da moradia e a crise habitacional na pandemia, e de que havia um paralelo com o aumento da violência machista, usamos, em aliança com o Sindicato dos Inquilinos, uma palavra de ordem que dizia “A casa não pode ser um espaço de violência machista, nem de especulação imobiliária”, fazendo um ensaio desta conexão. E estas conexões são possíveis, se nos valermos de uma perspectiva feminista que conteste o avanço da financeirização sobre a reprodução social.

## FRANCY JR.

Muito obrigada, Luci. São várias as interrogações que você nos coloca. Uma delas, certamente é como nos unir para trazermos à tona a discussão sobre os trabalhos invisíveis e não pagos do cuidado, justamente por terem sido considerados como “algo menor”.

Antes de passar para a professora Marcela, gostaria de lembrar que hoje, 15 de outubro, é Dia do Professor e da Professora. daquelas pessoas que estão no cotidiano, dentro das escolas públicas e privadas, levando na firmeza e no punho a missão de partilhar o conhecimento com meninos e meninas. A educação é mais um aspecto do cuidado. Foi uma mulher negra, Antonietta de Barros, quem, eleita em 1934, colocou em pauta o Dia da Professora e do Professor. Comumente, fala-se do professor, masculino, apesar da maioria dos trabalhadores da educação serem mulheres, o que não é de se espantar, visto que somos as responsáveis pelo cuidado em geral, seja dentro ou fora do âmbito doméstico. Então, deixo nossa homenagem para todos os educadores e todas as educadoras.

## MARCELA VECCHIONE

Obrigada pelas falas, sempre aprendo muito. A propósito da saudação da Francy, poderíamos dizer que hoje é o dia do precarizado e da precarizada. Embora seja uma satisfação ser professora, também é muito duro ver acontecer, nos esquemas educacionais, aquilo que Luci dizia sobre a gravidade do endividamento. Seu aumento na pandemia se manifesta principalmente nos corpos das mulheres, dos jovens e estudantes. Quer dizer, toda a dinâmica da pandemia exacerba as

situações de desigualdade e exploração que, antes dela, já se abatiam sobre os corpos. Sobretudo porque muitos das elites de poder, cuja maioria é composta por homens, se aproveitaram dessa situação para impingir ainda mais exploração sobre esses corpos. E isso não foi diferente na educação: quando, por exemplo, precisamos usar nossos dados móveis para dar aula, quando os professores precisamos trocar nossos planos de serviço de internet para dar aula, ou os alunos para assisti-las, sem que isso signifique um aumento nos salários e bolsas para cobrir tais gastos, explicitamos o deterioro a mais que a situação pandêmica trouxe. Por isso falei do dia do precarizado e da precarizada.

No contexto da pandemia, a discussão sobre a dívida e a financeirização é muito importante e afeta muitas pessoas. Para compreender seu alcance, precisamos entender também o movimento de financeirização da natureza, ao qual nos referiremos a seguir. No Brasil, muitas pessoas que estavam fora do sistema bancário entraram nele a partir da pandemia, mesmo não tendo uma renda fixa. Entram no sistema bancário justamente através do mecanismo de dívida, tendo em vista acessar o dinheiro, uma vez que sua oferta aumentou, inclusive devido aos próprios auxílios emergenciais necessários, claro, não estou discutindo isso aqui. Apenas explicito como o sistema financeiro se aproveita desses momentos de crise anunciada e reiterada para se espriar e entrar em muitos espaços e vidas em que antes não penetrava ainda. Quando falamos de financeirização da natureza, é possível ver como esta expansão da fronteira pelo sistema financeiro está muito presente.

Luci também falou uma palavra que me parece chave para entendermos estes processos: a colonização. Em que medida a financeirização não é também um momento e um movimento que reflete um processo de colonização que continua se aprofundando sobre os territórios e sobre os corpos? É importante que compreendamos essa colonização como algo muito central e que se reproduz, de outras formas e por outros esquemas, até os dias de hoje nisso que chamamos de financeirização da natureza: ela é baseada em um processo no qual as vidas, as sociedades, as formas de vida e de viver, as formas de criar, as formas de reprodução social, são separadas daquilo que é o espaço, também chamado de natureza. O movimento inicial do processo colonizatório é esse, separar a natureza das vidas, designando algumas formas de viver como “naturais”, e por isso mesmo, como passíveis de serem dominadas e apropriadas no próprio sistema exploratório.

É o que acontece, por exemplo, com a própria biodiversidade. Ela não é algo que caiu de um meteoro, e sim, resultado de muito trabalho dos povos. Na verdade, é mais interessante chamar-

mos a biodiversidade de sociobiodiversidade, porque ela resulta dessa relação que os povos têm com esse espaço de cultivo, a partir da qual se gera a diversidade de coisas que vão compor isso que simplesmente chamamos de “natureza”. Que dizer, a natureza não existe separadamente dessas vidas e formas de viver e construir o espaço socialmente, mas antes, são precisamente elas quem compõem a natureza. E se tivermos esse olhar, podemos facilmente conectar ao que dizia Luci recentemente. Esses espaços são lugares de viver, são moradia em si também. E na medida em que acontecem apropriações desses espaços, as pessoas que os ocupam e compõem enquanto seus próprios espaços de moradia, embora vistas de fora como natureza, também são desapropriadas de suas casas. Ocorre um movimento de despossessão muito profundo, alienando-as de suas moradias, de suas possibilidades de vida. E claro, isso gera um processo de dívida: social, ecológica, humana sobre essas vidas.

Movimentos mais sofisticados de financeirização da natureza, que vêm acontecendo mais ou menos nos últimos 30 anos, e se aceleram profundamente a partir da crise financeira de 2008, na verdade têm origem nesse movimento muito básico de separar, das vidas das pessoas, o que é a natureza, e do que elas, com suas vidas, seus corpos, trabalhos, com sua cultura contribuem para que essa natureza seja, exista. A esse conjunto, aqui no Brasil, chamamos de território.

Muito mais que uma dimensão puramente material, da terra nua, tal qual o agronegócio o ocupa e explora, o território é um espaço de vida, onde essas formas de vida vão-se reproduzir socialmente e vão produzir tudo aquilo que chamamos de sociobiodiversidade. Na natureza, portanto, há trabalho, há vidas, há uma dimensão criativa e reprodutiva, socialmente falando. E para que o capital, ou os movimentos do sistema financeiro (que são uma boa ilustração desse movimento de alienação do capital), possam habilitar essa apropriação, é muito necessário fazer essa separação, essa quebra.

Depois da crise de 2008, não só Brasil, mas na América Latina como um todo, além do Sudeste Asiático e também a África, principalmente subsaariana, podemos observar que houve um aumento dos investimentos em terras e recursos naturais. Ambos passam a ser vistos como os pontos mais seguros de investimento para o sistema financeiro Internacional, justamente porque é principalmente na terra, e sobretudo na terra sociobiodiversa (com água, solo com qualidade, possibilidade de expansão de cultivo, características existentes justamente devido às formas de vida ali presentes, que contribuíram para a existência dessa qualidade), onde há uma possibilidade de colonização do próprio futuro. O processo de financeirização tem sempre uma

mirada para a frente: se apropria da terra de modo muito violento no aqui e agora, para garantir o controle, cercar e ter propriedade, e criar valor em cima dessa propriedade, um valor que se vai espalhar por toda uma cadeia. Tomemos o caso do Brasil e a cadeia de *commodities* como exemplo, onde os dois principais produtos de exportação são a soja e o minério de ferro. Que essas terras estejam sob o domínio financeiro permite a exploração no presente; mas também garante que essa exploração continue a se dar no futuro. É justamente essa possibilidade de exploração a futuro que atrai os investimentos para essa cadeia global de produção. Mas essa cadeia global de produção, “integrada e sustentável”, como gostam de dizer, desintegra processos e territórios de vida para poder estabelecer-se, e deixa, para esses povos e comunidades, uma dívida no presente, mas também uma dívida que se acumula no futuro, impedindo a possibilidade de reprodução social dessas vidas, ou seja, para que um processo de financeirização da natureza ocorra é necessário impingir pelo próprio corpo, sobre o próprio corpo. Por isso, as alegações acerca de que incluir perspectivas territoriais e práticas comunitárias de valorização da natureza pudessem compensar os processos dessa cadeia, garantindo, assim, essas formas de vida, são muito contraditórias. Na verdade, o que vemos são mecanismos nus e crus de apropriação desses territórios e de despossessão e desapropriação das possibilidades de vida dessas pessoas e grupos. Quando o sistema financeiro separa alguns desses locais para serem preservados, deixando todo o restante à exploração, está justamente gerando o “capital social e natural” de que a própria cadeia precisa para poder justificar-se enquanto sustentável. Trata-se de um projeto mentiroso para angariar ainda mais investimentos para suas projeções de futuro, que acabarão colonizando e deixando dívida social e ecológica para os grupos desses territórios e, dessa forma, acabam colonizando também seus futuros, ao impedirem suas formas de reprodução social, ou deixando-as restritas a pequenos corredores ou bolsões de preservação.

Um exemplo disso, reforçado a partir da pandemia, é a retomada verde da economia: uma entrada muito forte dos artifícios de uma bioeconomia e biotecnologia como uma espécie de Santo Graal que trará a salvação para nosso futuro, tendo em vista o momento pandêmico. Mas se tomamos o caso brasileiro, por exemplo, vemos que essa bioeconomia ou economia da natureza está muito baseada em processos fortíssimos de expropriação e militarização dos territórios. E não à toa, no Brasil, o principal responsável por veicular essa possibilidade de recuperação da bioeconomia é o vice-presidente do país, general Mourão, que estando na presidência do Conselho Nacional da Amazônia Legal (um conselho de governo completamente militarizado), começa

a conectar a preservação e a conservação da natureza à militarização desses territórios, deixando de lado todas as contribuições de conservação milenares existentes, e utilizando as operações militares com a desculpa de combater o fogo ou a grilagem para, na realidade, desapropriar e exercer ainda mais violência sobre os corpos e formas de vida que estão nesses territórios. Em agosto de 2020, por exemplo, a terra indígena Capoto Jarina, território de Raoni, foi alvejada por tiros de grileiros. Duas mulheres indígenas foram fortemente ameaçadas nesse território por grileiros, que se fiam desse processo de autoritarismo e autorização militar, para dar voz à promoção de uma economia supostamente integrada à natureza (certamente, uma muito diferente do nosso entendimento de natureza) que esses grupos estão projetando para o futuro para poder justificar suas violências sobre esses corpos e territórios no presente.

Então, quando falamos de financeirização da natureza, também estão presentes esses mecanismos de financeirização e endividamento das mulheres nas cidades, de que Luci falava. Nos territórios, isso ocorre sob a forma de despojo, de desalojamento, de despossessão inclusive dos corpos, e principalmente das mulheres, responsáveis pela roça, por guardar as sementes, pela criação de seus filhos... Ou seja, estamos falando de uma colonização do futuro muito profunda e muito violenta.

## GRACIELA RODRIGUEZ

Às vezes, sinto que o movimento feminista precisa apropriar-se mais desses temas econômicos, financeiros, ambientais... Ambas as falas deram conta de um esforço dos movimentos feministas de estender pontes entre as lutas específicas das mulheres e as disputas frente às políticas neoliberais. Trata-se de construir um feminismo que abarque transversalmente essas problemáticas, porque somos precisamente nós as que enfrentamos, analisamos e debatemos os problemas cotidianos do mercado de trabalho, da mudança climática, das violências nos territórios frente aos megaprojetos, às diversas violências que trazem a mineração, as privatizações ou as políticas de ajuste fiscal impostas ao país pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e que se traduzem em falta de recursos para os serviços públicos. Isso nos coloca em uma situação privilegiada para compreender em que consiste a luta contra o hiperneoliberalismo atual, que é de uma violência inominável sobre os corpos e territórios. Luci falou sobre o doméstico enquanto um laboratório,

algo que me parece chave para dar lugar a novas formas de pensar o trabalho e, inclusive, as classes, e gostaria que ela desdobrasse um pouco mais esse aspecto. Penso que o feminismo ainda não percebeu a potência desta visão sistêmica, com a qual pode contribuir e muito para as lutas. E também gostaria que Marcela comentasse um pouco mais sobre a situação de hiperbrutalidade que se vive no Brasil, em particular, na Amazônia, mas também nos outros biomas de modo geral. Uma violência sobre os territórios que impacta especialmente as mulheres.

## LUCI CAVALLERO

A questão da transversalidade me parece central como método e como horizonte, para além das dificuldades que se encontram em cada etapa histórica e política para construir esse ponto de vista - dificuldade que temos também na Argentina, neste momento, depois do processo tão forte dos últimos anos de governo neoliberal. É fundamental estabelecer a conexão entre esses problemas, cujos diagnósticos estão muitas vezes compartimentados, o que impede pensar a totalidade da situação. Esta limitação se expressa também em problemas práticos, como criar políticas de desendividamento, ou decidir como nos posicionarmos em relação ao debate sobre o rendimento ou a renda universal. A perspectiva feminista nos dá elementos para intervirnos de maneira mais complexa e fazermos diagnósticos mais precisos. Mas o desafio continua sendo como fazer o trabalho político de conexão, em um momento em que as instituições públicas estão tão limitadas e em que aparecem dificuldades relacionadas com assuntos internos dos partidos ou, até mesmo, questões patriarcais no interior dos próprios movimentos. A tarefa é construir espaços onde se possa botar a transversalidade em ação, porque os diagnósticos sobre os trabalhos não remunerados, os trabalhos de cuidado, as violências contra as mulheres, lésbicas e trans, tudo isso se transformou em uma linguagem que penetrou na agenda pública e que, inclusive, circula em espaços não feministas, mas falta reconstruir as instâncias para transformar os diagnósticos em medidas concretas. Na Argentina, há uma memória muito recente de haver posto isso em ação. Esta conexão transversal nos permitiu, por exemplo, revitalizar o sindicalismo, quando o desafio da organização das paralisações de mulheres obrigou a cruzar as agendas das trabalhadoras formais com as informais. Um caso muito concreto foi a luta contra o acordo de Macri com o Fundo Monetário Internacional para eliminar as pensões [moratórias

previdenciárias] das mulheres que não haviam completado suas contribuições para a aposentadoria. E quando faltam contribuições, em geral se deve, precisamente, aos trabalhos não remunerados – trabalho não reconhecido no lar – ou ao trabalho informal. Foi muito paradigmático que essa agenda, que afetava diretamente as trabalhadoras informais, fosse levada adiante pelo sindicalismo que reúne trabalhadoras formais.

Mas tudo isso exige, hoje, uma reconfiguração também da ação política para recriar instâncias de intervenção concreta na situação da pandemia, ou da pós-pandemia. E isso me leva à segunda pergunta de Graciela, sobre o trabalho doméstico como laboratório. Em certo ponto do trabalho de investigação que levamos adiante com Verónica Gago acerca de como pôr em ação as chaves de leitura do feminismo na situação de pandemia, vimos que era impossível seguir diagnosticando as novidades que apareciam em relação à intensificação dos trabalhos, ou à intensificação da dinâmica extrativista nos territórios, por exemplo. Se nos últimos anos pudemos abordar esses fenômenos a partir de um trabalho no interior das próprias lutas do feminismo, como fazer agora para seguir pensando com estas mesmas chaves, mas na pandemia? Apareceu, então, a ideia de interrogar essa nova situação de “ficar em casa” para ver o que nos devolvia, em termos dessas chaves feministas. E o que vimos foi que essa ideia de “ficar em casa”, efetivamente, podia funcionar como forma de prevenção, ou como política sanitária, mas ao mesmo tempo, podia ser uma maneira de nos manter confinadas e utilizadas pelo capital. Pusemos o foco, então, no impacto deste “ficar em casa” sobre os trabalhos não remunerados, sobre as formas de consumo, sobre as relações sexo-genéricas, ou sobre a geração de novas dívidas. E o que vimos foi que a outra face desse “ficar em casa” foi a transformação do lar em um espaço estratégico de intensificação das dinâmicas extrativas. Isso aconteceu de vários modos, por um lado, em relação à especulação imobiliária, que se traduziu em despejos, em perda da casa e aquisição de novas dívidas; por outro lado, mediante o ingresso das economias de plataforma que, para as classes médias e altas, se transformou em uma maneira de resolver certos aspectos da reprodução social. Mas essa necessidade de ficar em casa também significou a bancarização obrigatória de setores que ainda permaneciam fora desse sistema, como meio, por exemplo, de acesso às receitas de emergência que o Estado implementou: aparece, portanto, uma nova população bancarizada. Outro aspecto que foi atingido é o das dinâmicas de virtualização do trabalho, que também se intensificaram na pandemia, embora esta tendência já fosse visível antes. De modo que a pergunta que nos fazíamos em abril, quando o confinamento estava começando, sobre se esta nova

situação ia ser aproveitada pelas tendências do capital de intensificar certas lógicas, hoje se responde, lamentavelmente, com um sim retumbante. Para nós, um dos aspectos mais significativos deste novo fenômeno é como o espaço doméstico, que havia sido tão fortemente politizado pelo feminismo nos últimos anos, se torna, com a pandemia e os confinamentos, um espaço estratégico para pensar as reconfigurações do trabalho, do capital e da reprodução social na atualidade.

## MARCELA VECCHIONE

Graciela perguntava sobre a hiperbrutalização relacionada a esse momento de reinvenção e de expansão das fronteiras relacionadas à natureza e à questão bioeconomia, de que eu falara. Paralelamente, como Luci apontava, com a pandemia e a tônica do “fique em casa”, no Brasil e nos territórios, também houve um processo de recrudescimento desse movimento de violência voltando-se também para o espaço doméstico. Também aqui, isso significou um aumento do endividamento para poder aceder a direitos sociais, em um processo que chamamos de financeirização dos direitos sociais. Vemos isso acontecendo nos territórios também, embora de uma forma um pouco diferente. Para compreender esses processos de domesticação desses espaços, penso que a trajetória histórica é muito importante. Se pensamos do ponto de vista da militarização, esses lugares são vistos como espaços de intervenção doméstica. E toda a movimentação que estamos vendo do Conselho Nacional da Amazônia é precisamente uma redomesticação muito brutal, inclusive de espaços que já se haviam libertado disso pela própria Constituinte, via direitos territoriais – algo que os povos conseguiram através do movimento da Constituinte em 86, que resultou na nossa Constituição em 1988. E é importante recuperar o caráter regional dessa situação que não acontece só no Brasil. Se pegamos os casos de Colômbia, Peru, Equador e Brasil – já antes da pandemia, mas muito reforçados por ela e os programas de recuperação econômica e financeira dos países –, quatro países que têm porções territoriais amazônicas, além de ampla biodiversidade de cerrados, altiplanos, lagunas, pantanal etc., notamos que todos lançaram programas de recuperação econômica conectados à bioeconomia. E são todos países com processos muito brutais de militarização dos territórios, e que foram acirrados neste momento, o que implica nessa noção militar da domesticação. É possível traçar um paralelo entre isso e a situação das mulheres e o desígnio à casa, através da divisão do espaço entre doméstico e público, destinada

a controlar as vias de reprodução social por meio de dívida que se impinge sobre os corpos, algo que também acontece nos territórios. Quer dizer, essa separação entre o rural e urbano também é uma maneira de exercer dominação. Porque, na realidade, os fluxos dos capitais se conectam: se atentarmos para os fluxos de capital do agronegócio, de investimento, por exemplo, em terra, maquinário ou biotecnologia, muitas vezes, são muito parecidos com os fluxos de investimento em habitação ou infraestrutura nas cidades. São inclusive os mesmos fundos que investem em terra e recursos naturais, e também em prédios gigantescos e em uma infraestrutura nas cidades que tampouco são para servir à ampliação dos direitos sociais das pessoas, tal qual se dão os investimentos nos territórios. Muito pelo contrário, são para cercar, limitar e criar hierarquias entre quem acessa esses direitos ou não, deixando aqueles que não acessam em um mecanismo de vida nua, de muita brutalidade, o que infelizmente, muitas vezes acaba levando ao cansaço da luta, a abrir mão de seus direitos, e a serem apropriados por esse processo.

Penso que o feminismo e sua lente de análise nos ajudam muito a entender essas dinâmicas como coisas que não estão separadas. A compreender a relação entre a dinâmica do rural e do urbano, a dinâmica da infraestrutura e a da produção agrícola, da emissão de títulos de dívida e do endividamento das casas. Essa lente de um feminismo tal qual Luci nos falava, engajado em suas reflexões, que não se restringe à academia, sendo antes uma posição intelectual que deriva do próprio movimento e das próprias necessidades desse movimento, com as perguntas sendo feitas a partir dessas demandas concretas com as quais precisamos lidar. Entender o sistema financeiro é, verdadeiramente, uma dessas demandas, mas é preciso pensá-lo de modo integrado a estes processos sem separações analíticas em “níveis” e divisões artificiais, apesar de muito comuns, inclusive no próprio processo de modernização conservadora, nos processos de modernização ecológica, ou na própria criação e reprodução dos Estados. Então, é muito importante fazermos essas conexões e que, em nossas análises, ao invés de separar, tentemos enxergar analiticamente quais são os pontos de contato.

FRANCY JR.

Marcela falava da retomada verde da economia. Aqui no Amazonas, algum tempo atrás, criou-se um cartão verde, que na minha opinião, não fazia mais que explorar a mão de obra do traba-

lhador e da trabalhadora rural, oferecendo uma quantia pequenina de crédito com a qual se pretendia substituir os direitos e deixar as pessoas, como se diz aqui em Manaus, “ao Deus dará”.

Gostaria de saber, nesse sentido, se Marcela crê que esta “retomada verde” associada ao vice-presidente, Hamilton Mourão, é similar a isso que fora criado no Pará, Roraima e Rondônia?

Através do *chat* desta conversa, também nos perguntam a diferença entre financiamento e financeirização e, por último, pedem-nos que ambas aprofundem sobre as perspectivas para as ações das mulheres no movimento feminista frente a todas essas vulnerabilidades, no contexto de pós-ultraneoliberalismo, de negação dos direitos básicos e em um ambiente cada vez mais judicializado.

## MARCELA VECCHIONE

Discorrer acerca da diferença entre o financiamento e financeirização demandaria um outro encontro, mas vou tratar de fazê-lo de modo suscito<sup>4</sup>. Todo mecanismo de financeirização requer um processo de financiamento, mas nem todo processo de financiamento resultará em um processo de financeirização. O escalonamento da dívida implica dependência, e por isso é tão sério, mas nem todo financiamento implica nesse mecanismo de dependência. Tomemos como caso os fundos rotativos, muito comuns na economia solidária, em que são disponibilizados recursos para as mulheres construírem suas casas, por exemplo, com taxas de juros muito baixas, às vezes nulas. Quando a mulher beneficiada dispuser do dinheiro, tem o compromisso de devolvê-lo ao fundo para que outra mulher, que também o necessite possa acedê-lo, e assim, sucessivamente, por isso é chamado rotativo: todos usam e contribuem para esse fundo que tem um objetivo comunitário e solidário, e dessa forma, não há nenhum ator externo a essa relação que vá controlar essa dívida, mas sim as próprias mulheres que acessam o fundo. Utilizando um termo da antropologia, o que se desenvolve aí é um financiamento baseado na dádiva, na doação, na troca, e não na dívida, e conseqüentemente, assim não gera dependência.

<sup>4</sup> É possível consultar uma série de *webinars* organizados pelo grupo Carta de Belém, com a participação de Marcela Vecchione e disponibilizados no canal de YouTube do grupo. Em particular, há um sobre a diferença entre financiamento e financeirização, além de outros sobre bioeconomia, biotecnologia e outras questões que também foram abordadas nesta conversa.

O que acontece com o processo de financeirização? Nele, a escala dessa dívida toma uma proporção muito distante da pessoa que faz um empréstimo. É o que acontece, por exemplo, quando se recorre ao banco em busca de crédito para construir uma casa: a pessoa adquire uma dívida, com juros, e o banco, por sua vez, vende essa dívida para um fundo de investimento que vai re-financeirizar essa dívida com outra empresa, às vezes até fora do Brasil. Isso significa que quem está pegando o dinheiro emprestado perde completamente o controle sobre quem está controlando a sua dívida, ou seja, não sabe mais quais são os juros, quanto será cobrado, o que pode mudar das condições iniciais ou não. Muitas vezes, isso pode levar a pessoa endividada a perder a própria casa que está construindo com aquele empréstimo. Trata-se, portanto, de uma escala de financiamento muito distinta dos fundos rotativos, e que é parte do processo de alienação da vida e dos espaços sobre os quais estivemos conversando. É um fenômeno brutal, baseado na distância entre os sujeitos que contraem dívida e aqueles que a controlam. A base do processo de financeirização é esse mecanismo baseado em dívida e dependência.

E com relação à “retomada verde”, Francy, penso que sim, ela é muito parecida a outras políticas e mecanismos implementados anteriormente. A diferença, agora, é a escala. Porque essas medidas, agora estão sendo feitas não só como projeto de governo em nível federal, mas também de governança global. Criam-se esquemas, por exemplo, de financiamento do desenvolvimento de países, ou de suas dívidas, com base de garantia na própria natureza, que muitas vezes leva à exploração do trabalho das pessoas no território e à tomada do território das pessoas. Seria muito mais interessante, em vez de dar uma bolsa verde, garantir os direitos territoriais das comunidades, porque é com eles e a garantia do território que as pessoas conseguem ter uma vida melhor, e não com uma bolsa verde.

GRACIELA RODRIGUEZ

Precisamente: o que faremos frente a esta hiperneoliberalização e à situação a que chega o cotidiano das mulheres...

## LUCI CAVALLERO

Quero retornar e conectar duas questões sobre as quais se falou. Por um lado, Marcela chamava a atenção para não serem reproduzidas distinções analíticas artificiais que resultem em uma fragmentação dos diagnósticos; por outro, Graciela falou da necessidade de assumir enfoques transversais, que levem em conta as sobreposições dos distintos desafios que o neoliberalismo levanta, a partir de uma perspectiva feminista. Creio que estes enfoques devem, além disso, traduzir-se em alianças políticas concretas que abram caminho a instâncias de organização que recuperem o conflito nas nossas dinâmicas. Como dizíamos antes, muitos dos diagnósticos que circularam em um nível essencialmente acadêmico passaram a ter uma linguagem mais acessível para setores mais amplos no que se refere às abordagens sobre a pandemia. A partir disso, o endividamento das mulheres, que até certo ponto havia-se naturalizado, pôde ser pensado como conflituoso. Então, à pergunta “o que fazer”, em princípio, responderia, politizar os espaços e as dinâmicas que são propostas como naturais, justamente como não políticas. E, a partir disso, produzir alianças com esse critério de transversalidade, que foi o que nos permitiu expandir o movimento feminista. Existe, tradicionalmente, uma espécie de autorização para decidir quais são as questões, reivindicações e posições que possibilitam o conflito. Em geral, essa autorização é de ordem patriarcal e, portanto, as dinâmicas de politização do cotidiano do feminismo ficam excluídas. É para devolver a politicidade a essas dinâmicas e espaços, aos quais já lhes foi historicamente negada, que precisamos de alianças e perspectivas transversais.

## FRANCY JR.

Obrigada, Luci. Chegaram mais duas perguntas. Uma para Marcela, pedindo que explique o que é economia verde. A segunda diz: “há um ano, o mundo estava em pé de guerra por conta dos incêndios na Amazônia. Hoje, esses incêndios se ampliaram pela região, particularmente na Argentina, e sabe-se que por trás deles há interesses muito grandes. Por que não se fala mais sobre os incêndios, como se falava há um ano? Como fazemos para enfrentá-los?”

## GRACIELA RODRIGUEZ

A partir de todo esse trabalho que Luci comentou, que desenvolvemos juntas há vários anos e que produziram algumas reflexões, fizemos um trabalho sobre o sistema financeiro e o endividamento das mulheres<sup>5</sup>, o qual debatemos com mulheres de várias cidades brasileiras, e que pode ser um interessante material de pesquisa.

Gostaria apenas de acrescentar, a todos esses elementos da financeirização que Marcela colocou, um aspecto que registramos nas pesquisas realizadas nessas cidades brasileiras: cada vez mais, a dívida também está ligada aos fluxos ilegais de dinheiro. Já não são somente os bancos que realizam esses processos de financeirização (que atuam, teoricamente, dentro da legalidade, mesmo que as taxas de juros sejam escorchantes e enlouquecidas). Agora, também estão os fluxos de dinheiro das economias ilegais, com formas de empréstimo localizadas nos territórios e que cada vez se multiplicam mais em nossas cidades e territórios. Penso que esse é outro grave elemento que nos ajuda a entender como a financeirização vai lucrando e, digamos, alargando essas finanças ilegais, a lavagem de dinheiro, os paraísos fiscais (que são antes guaridas fiscais), e vai nutrindo todo um sistema através da financeirização, da dívida enquanto dependência, que tem cada vez menos transparência e mais formas ilícitas que de alguma maneira participam do processo.

## LUCI CAVALLERO

Os incêndios vêm acontecendo há muito tempo, apesar de que não tinham a visibilidade que alcançaram neste último ano. Sem dúvida, durante a pandemia, intensificaram-se de um modo muito impressionante. Quatorze municípios da Argentina chegaram a ter incêndios; foram queimadas por volta de trinta vezes a superfície da Cidade de Buenos Aires. Esses dados contrastam de uma maneira muito forte com a ideia de que durante a pandemia ficamos em casa e tudo está parado. As lógicas extrativistas, a expansão das fronteiras do agronegócio, longe de pararem,

<sup>5</sup> *O sistema financeiro e o endividamento das mulheres*. Instituto EQUIT. 2020. Disponível em: <https://www.equit.org.br/novo/?p=3172>.

intensificaram-se. O feminismo pode ser uma plataforma para lutas que estão invisibilizadas, um espaço que conecte os conflitos nos territórios com os conflitos urbanos. Esse é o desafio, e creio que estão dadas as condições para que aconteça. Na Argentina, como nunca antes, há uma sensibilidade sobre os efeitos de tantos anos de expansão da fronteira do agronegócio, por exemplo. Também, muitos movimentos que lutam por moradia chegaram à conclusão de que os excedentes do agronegócio, que se espalham como especulação imobiliária nas cidades, estão provocando a escassez e a privação de moradia para muitos. Ante o avanço da extração, o aparecimento desses diagnósticos e a possibilidade de fazer conexões se apresentam como algo, sem dúvida, promissor.

## MARCELA VECCHIONE

A questão dos excedentes da produção do agronegócio, do qual falava Luci, e da lógica produtiva do agronegócio, que cada vez mais se conecta a uma lógica financeira também, é um problema central. Analiticamente, é muito importante que não imponhamos uma separação entre a lógica produtiva e a lógica financeira porque ambas caminham lado a lado. O derrame do que aparece como excedente das supersafras e dos super-resultados do agronegócio que recaem sobre as cidades argentinas, como Luci acaba de descrever, também pode ser visto no Brasil e, de fato, é uma lógica global.

Sobre a pergunta da economia verde, também penso ser demasiadamente ampla para abordá-la neste momento. A economia verde não é uma novidade. Talvez uma novidade discursiva, e talvez seja uma novidade seu nível de capciosidade, sutilezas e perigos. Mas a lógica produtiva não muda, continua sendo a mesma lógica de apropriação e expropriação dos territórios e da biodiversidade, de imposição de uma lógica de produção e circulação do valor em cadeia, que é um valor completamente desintegrado da natureza – por mais que se alegue uma integração a ela –, o que acaba por justificar a apropriação sobre essa própria natureza para criar mais valor ainda em cima disso.

Sobre os incêndios no Brasil, é preciso fazer uma conexão com uma história muito antiga: o incêndio é o primeiro movimento ou passo da grilagem. Inicialmente promovido nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do país, nas regiões de caatinga, na própria Mata Atlântica, e que a

partir de meados do século 20 se estende fortemente para áreas de transição para a Amazônia e também para o cerrado, no Brasil Central, onde reside atualmente a potência do agronegócio brasileiro (exportado como forma de produção), o incêndio é o primeiro momento da apropriação indevida de terras, e evidentemente, gera situações muito conflitivas para as áreas, como acontece, por exemplo, no Pará, em Rondônia ou no sul do Amazonas... quer dizer, o aumento de incêndios é sinal de que há um movimento para apropriação de terras. Mas esse movimento de apropriação, muitas vezes, não é imediato. Conectando à nossa discussão anterior, ele tem por objetivo favorecer uma lógica especulativa do movimento de produção mais amplo, conectado ao hidro-agro-minério-negócio. Todos esses setores funcionam de modo coordenado entre si e também, como apontou Graciela, com as economias ilegais. O legal e o ilegal caminham lado a lado. Seja na apropriação de terras, seja em todos esses fluxos dos capitais que estamos citando, não se desconectando jamais. Por exemplo, nas áreas do sul do Amazonas, Humaitá, Lábrea, Apuí, que são atualmente o foco dos incêndios no Amazonas, e, portanto, da apropriação ilegal de terras, facilmente vemos o tráfico de mulheres, de drogas e de minerais crescerem brutalmente. Tudo isso tem, nessas zonas, uma importância enorme na formação de valor e na circulação econômica e, novamente, se traduz em maior exploração e endividamento impingidos sobre os corpos das mulheres e das comunidades. Ao estarem, as atividades ilegais, conectadas à grilagem, estão também conectadas à financeirização das terras, inclusive internacionalmente. De modo que, os circuitos de produção de valor no capital global funcionam de maneira interconectada, e por isso mesmo, é muito importante não os desconectar analiticamente e enxergar como essa produção de legalidade sobre ilegalidades se dá sobre os corpos e sobre os territórios.

O feminismo - ou os feminismos, porque são muitos - não é somente ferramenta intelectual; é antes, um movimento que nos ajuda a entender essas dinâmicas, e com muita sofisticação. E isso é algo importante de destacar, porque há uma tendência de desqualificar a análise feminista como algo do movimento social. Mas é preciso defender que a análise feminista é altamente sofisticada, justamente porque nos permite essa transversalidade entre os vários campos de análise que dizem respeito à vida das pessoas, que na verdade são os vários campos da vida.

## DEBATE 4

# NEOLIBERALISMO, ELEIÇÕES NOS ESTADOS UNIDOS, FORÇAS ANTIDEMOCRÁTICAS E REVOLTAS SOCIAIS

Verónica Gago entrevista Wendy Brown

12 DE NOVEMBRO DE 2020

**Verónica Gago:** Hoje, nós temos a honra de receber a filósofa política Wendy Brown, cujo livro *Nas Ruínas do Neoliberalismo: a Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente* será lançado na Argentina na próxima semana. Os acontecimentos dos últimos meses nos Estados Unidos, desde as revoltas do movimento Black Lives Matter até as eleições presidenciais, pareciam-nos a melhor conjuntura tanto para celebrar o lançamento do livro, como para ouvir a análise de Wendy sobre a situação política estadunidense.

*Você começou a escrever o livro no início do governo de Donald Trump e estamos traduzindo e editando o texto ao final desse ciclo político – ainda que saibamos que não é tão fácil afirmar que ele realmente chegou a seu fim. O que significa a ideia de “ruínas do neoliberalismo”?*

**Wendy Brown:** Antes de tudo, gostaria de agradecer o convite. É um prazer estar aqui com todas e todos vocês e seguir estabelecendo conexões entre o contexto latino-americano e a América do Norte.

Devemos lembrar que “ruínas” se referem a algo passado, que foi esfacelado ou envelhecido, mas que não desapareceu. Eu acredito que o neoliberalismo está em um processo de decadência, em certo sentido, mas também tem tido o efeito de arruinar muitas coisas. No aspecto econômico, o neoliberalismo deslocou e dizimou comunidades e regiões, à medida que o capital foi sendo liberalizado e desregulamentado, o Estado de bem-estar social foi esvaziado, os sindicatos foram esmagados ou enfraquecidos, muitas empresas e indústrias locais foram substituídas por empresas globais e a tributação progressiva foi substituída por impostos regressivos. Tudo isso levou a que milhões de pessoas em todo o mundo testemunhassem uma progressiva piora em suas condições de vida e fossem empurradas para a precariedade, sejam aquelas e aqueles que ocupam as favelas do mundo, sejam a classe trabalhadora e a classe média branca da Europa e América do Norte. Nunca, desde a Grande Depressão de 1929, a classe trabalhadora estadunidense esteve em uma situação de tanta debilidade, com tão sombrias perspectivas para o presente e o futuro. Essas são as ruínas econômicas do neoliberalismo.

Entretanto, venho argumentando há tempos que o neoliberalismo é muito mais do que política econômica. Ele é também uma forma de governar a razão que valoriza o mercado e a moralidade tradicional como as únicas boas formas de organização da sociedade, formas consideradas “livres” e “espontâneas” pelos teóricos liberais. Em contraste, o Estado de bem-estar social, a legislação democrática, a soberania popular, os projetos de justiça social e de igualdade são demonizados pelo neoliberalismo, sob a justificativa de “restringir a liberdade” e “impor um modelo de engenharia social”. Em suma, são iniciativas ditas “totalitárias” pelos neoliberais. Após quarenta anos das políticas econômicas neoliberais e sua racionalidade, não apenas a classe média e a classe trabalhadora de muitas sociedades industrializadas foram arruinadas, mas também a educação e a infraestrutura foram convertidas em escombros.

Ainda outro efeito de arruinamento trazido pelo neoliberalismo é a perda de confiança na democracia. O neoliberalismo promove um ataque à democracia em termos de justiça social, redistribuição, igualdade e, em seu lugar, promove a lógica de mercado e a moralidade tradicional. Ao mesmo tempo, o neoliberalismo gerou novas formas extremadas de desigualdade econômica que os próprios neoliberais não anteciparam. Há muitas maneiras de medir esse fenômeno, mas uma das melhores formas de ilustrá-lo é lembrar que, atualmente, oito homens possuem, sozinhos, mais riqueza do que os quase cinco bilhões de humanos no estrato inferior da escala de riqueza do mundo. Dito de outro modo, vinte e dois homens têm mais riqueza do que todas as

mulheres da África somadas. Isso indica que o que ocorre atualmente é algo distinto daquilo que os liberais tinham em mente originalmente: há um assalto plutocrático a Estados e instituições em curso. Essa classe plutocrática que se apoderou das instituições e da legislação constituiu um poder antagonico à democracia, e o utiliza para garantir sua posição. Utilizam-se da democracia e, ao mesmo tempo, visam suprimi-la, contradizendo, à primeira vista, o que defendiam os fundadores do liberalismo. Nas palavras de Thomas Piketty, o neoliberalismo fez emergir uma economia política rentista e plutocrática. Tudo isso emerge a partir das ruínas do neoliberalismo, em que as formações políticas atuais tomam forma.

Agora, acrescente o evangelismo – muito expressivo no Brasil, em outras partes da América Latina e nos Estados Unidos –, acrescente o niilismo, a desvalorização de valores e o desencadeamento de uma espécie de vontade agressiva de poder, e coloque os plutocratas em coalizão com os evangélicos. Isso é o trumpismo e o bolsonarismo. Juntos, os plutocratas e os evangélicos demonizam a democracia, o Estado de bem-estar social e valorizam uma determinada forma de liberdade, que é agressiva e antissocial. Qual é o resultado? Uma base extraordinária para o autoritarismo, que promete restaurar um mundo estável, seguro, relativamente homogêneo e organizado por valores cristãos patriarcais tradicionais e que fora destruído pelo neoliberalismo. Ele não pode verdadeiramente fazer isso, mas essa é a promessa. Meu argumento é que o neoliberalismo é uma das fontes de surgimento de formações políticas autoritárias e neofascistas hoje.

*Como funciona essa articulação entre neoliberalismo e conservadorismo? Como você disse, não era algo que estava nos planos originais dos chamados pais fundadores do neoliberalismo. Como ocorre essa combinação que vemos desenvolver-se em escala global e que tem seu momento de laboratório político na era Trump? Qual é a particularidade dessa conjunção entre neoliberalismo e conservadorismo? É algo que você começou a pensar principalmente na era Trump?*

O conservadorismo faz parte da arquitetura original do neoliberalismo. Os neoliberais argumentam que a moralidade tradicional deve ser a base da legislação social; que deve ser baseada em valores como família, propriedade privada e autoridade. Se há primazia do indivíduo, é sempre em um quadro hierárquico, não em um modelo de igualitarismo. O que chamamos de conservadorismo esteve presente desde o início. O que os neoliberais não contavam, entretanto, é que ele assumisse uma forma política tão ativa. Era para ser uma ordem silenciosa de organi-

zação das coisas e não uma formação neofascista agressiva, viciosa e demagogicamente liderada. Acredito que isso deva ser explicado, ao menos em parte, pelo fracasso original do neoliberalismo em entender que as populações não seriam pacificadas pelos mercados e pela moralidade, mas poderiam ser agressivamente inflamadas de uma forma dessublimada. A perda de inibições culmina no surgimento de um caráter antissocial e agressivo que se manifesta publicamente em ataques abertos aos outros e às normas vigentes. Isso não fazia parte do esquema neoliberal, os mercados e a moral deveriam nos organizar silenciosamente, não ser ativamente politizados.

Quanto à aliança entre a moral de mercado e o conservadorismo cristão no trumpismo, os evangélicos dos Estados Unidos estão bem cientes de que Trump não é um cristão, não é uma pessoa virtuosa, não é alguém que opta pelos mesmos valores que eles. No entanto, estão convencidos que ele foi enviado por Deus como agente de sua missão na Terra, que é cristianizar a nação, reintroduzir o ensino religioso nas escolas, eliminar o aborto e extirpar o feminismo do país. Os evangélicos acreditam que Trump é o agente de seu projeto, mas que não é um deles e ele, por seu turno, trabalhou isso com muito cuidado. Fingia orar, por exemplo, mas todos sabem que Trump não é devoto. Acho que Bolsonaro também tem muito disso, assim como outras figuras na Europa, como Le Pen na França e outros da extrema direita na Alemanha, Áustria e até mesmo na Hungria, onde o cristianismo faz parte do conservadorismo, mas os líderes da extrema direita não são necessariamente líderes cristãos.

*Levando em conta a caracterização do conservadorismo como uma espécie de ativismo político, como se pode analisar a expansão desse conservadorismo em escala massiva, inclusive em setores populares de nossas sociedades? Como é possível combinar esse conservadorismo com uma afetividade popular e trabalhadora que se encarrega desse ativismo político em termos conservadores?*

Aqui, é possível começar a ver algumas diferenças entre as culturas de nossos países. Um dos efeitos da globalização neoliberal nos Estados Unidos é a profunda divisão cultural entre, por um lado, aqueles que se sentem conectados ao mundo, à cultura global, ao cosmopolitismo, à vida urbana – pessoas que se reconhecem como estadunidenses, mas também se sentem ligadas ao mundo, para além das fronteiras do país, em perspectiva musical, linguística, artística, laboral e econômica. Por outro lado, há aqueles que estão no “meio do país”, grupo ao qual se pode chamar “suburbano”, “exurbano”, mas também “rural”. Esse grupo se sente profundamente

alienado daqueles aspectos da cultura contemporânea, mas também do aspecto trazido pelo neoliberalismo, que é quebrar barreiras nacionais e deslocar pessoas através da migração em todo o mundo, o que nos torna uma nação muito mais diversa. Em poucos anos, os brancos seremos minoria neste país e os Estados Unidos serão o que chamamos de um país de minoria majoritária. E tudo isso é muito ameaçador para aqueles que se sentem abandonados. Eles estão decaindo economicamente, se sentem deixados para trás social e culturalmente ou desprezados e ridicularizados por seu modo de vida, seus *hobbies*, seus interesses, sua falta de acesso ao ensino formal. E, claro, o trumpismo cultivou esse sentimento; aproximou-se desse grupo e tratou como algo bom e valioso sua ignorância e rejeição ao cosmopolitismo, à inteligência, ao intelectualismo e à cultura. O próprio Trump incorporou esses valores. Com isso, ele reforçou aquele conservadorismo refratário a um mundo mais aberto, mais diverso, mais cambiante; fortaleceu a ideia de que é possível se limitar àquelas vidas fechadas dos subúrbios brancos. Deixando de lado o cristianismo por ora, podemos limitar-nos apenas a essa vida fechada, chamar isso de “América” e rejeitar tudo o mais.

Esse sentimento foi muito intensificado pelo conservadorismo, mas também através dos efeitos da desvalorização da educação promovida pelo neoliberalismo. Para o neoliberalismo, a educação é formação para o trabalho e não um esclarecimento sobre a humanidade, o mundo, a natureza ou a cultura. Simplesmente trata a educação como forma de desenvolver capital humano, e essa perspectiva foi posta em prática através do desinvestimento na educação pública, especialmente no ensino superior, mas afetando também as escolas, cuja qualidade caiu muito. Isso agrava o problema de uma população, uma classe trabalhadora e classe média que não vive nos centros urbanos, que não conhece o mundo, não quer conhecer o mundo e se sente muito ameaçada por ele. E agrava também o conservadorismo, o anti-intelectualismo, a xenofobia e tudo o mais.

*Atualmente há uma discussão acerca das expressões “fascismo”, “novos fascismos”, “tendências neofascistas”. Você acha que eles estão corretos, em termos sistemáticos e no uso político, para caracterizar a situação atual, em relação a esse desenvolvimento que você acaba de fazer da relação conservadorismo-neoliberalismo?*

Estou dividida quanto a isso. Em parte, porque o termo “fascismo” é tão carregado de significado em relação à Segunda Guerra Mundial. Acredito, sim, que estamos em uma formação neofascis-

ta, se por isso entendermos a mobilização do poder estatal para definir a nação e o povo de forma homogênea e arregimentá-lo em um projeto que é discriminatório, violento, militarizado. Todos esses elementos estão presentes atualmente. No entanto, ao mesmo tempo, a razão pela qual uso outro termo, “liberalismo autoritário”, é que as liberdades civis nos Estados Unidos estão no centro do projeto neofascista neste momento. É muito importante que percebamos como a ideia de liberdade é mobilizada pela direita contra a esquerda como forma de construir um apoio para este – agora vou chamá-lo assim – movimento neofascista. É complicado porque, se falamos de fascismo, imaginamos um Estado muito forte e uma falta de liberdade individual; no entanto, aqui temos algo diferente.

Por um lado, sim, o trumpismo tem um regime de propaganda e mobiliza o etnonacionalismo branco para a construção de um projeto nacional muito específico. Todavia, por outro lado, a liberdade é o cartão de visitas desse projeto e é usada para constranger a esquerda. Acho que, se não prestarmos atenção a isso, não vamos entender como esse regime é distinto do fascismo e porque é tão bem-sucedido. Especialmente nos Estados Unidos, onde a liberdade individual está há muito tempo na raiz de seu credo, mesmo que não tenha sido realmente estendida às minorias subjugadas do país, mulheres ou pessoas LGBTQI+; mesmo que não tenha sido universalizada, a liberdade está no cerne de nosso credo. Portanto, prefiro o termo “liberalismo autoritário” porque acho que descreve mais precisamente o que ocorre hoje e pelo que temos que lutar. No entanto, não estou dizendo que não haja uma dimensão fascista em tudo isso. Existe e, de fato, estamos vendo isso na recusa de Trump em deixar o poder, em seus esforços de desinformação e propaganda, em seu esforço para incitar a violência, e não está descartado que ele tente usar a força militar para se sustentar no poder um pouco mais. Mas acho que o fascismo é apenas uma dimensão desse fenômeno.

*O segundo conjunto de perguntas que preparamos tem a ver com o resultado das eleições presidenciais nos Estados Unidos. A palavra “derrota”, ainda que expresse os resultados das eleições para Trump, poderia ser usada para se pensar o trumpismo? Ou seja, o trumpismo saiu verdadeiramente derrotado dessas eleições?*

O trumpismo não foi derrotado. Trump foi derrotado e temos que comemorar esse momento. E nós realmente o celebramos. A dança nas ruas foi extraordinária. Nós, estadunidenses, não costumamos sair para dançar assim, mas desta vez sim, fizemos algo que é mais comum para

vocês: dançamos na rua. Celebramos e dançamos porque essa figura específica do neofascismo, do liberalismo autoritário, foi expulsa da presidência. Ele vai tentar de tudo para permanecer, mas terá que deixar seu gabinete presidencial. No entanto, o trumpismo não foi derrotado. Setenta milhões de pessoas ou mais votaram em Trump e muitos deles estão com raiva por não terem vencido. Eles estão com medo, estão convencidos de que o novo regime vai destruir suas vidas, seus valores, suas igrejas, e se apegam ao pouco que têm. Toda a formação antidemocrática, racista e patriarcal que Trump ungiu e mobilizou ainda está bem viva. Ele ainda está politicamente vivo, não apenas graças às suas bases, mas também porque Trump agora tem um enorme controle sobre o partido da direita. Já não é possível chamar o Partido Republicano de “conservador”; é um partido de direita. O próprio partido é antidemocrático: eles estão tentando anular votos, eles estão tentando manipular os distritos eleitorais para manter o controle do país, mesmo com uma minoria dos votos. E eles estão em uma posição muito boa para fazer tudo isso. Então, temos um partido trumpista e bases que não foram derrotadas. E temos Trump, a quem removemos da presidência, com muita satisfação. No entanto, não há muito que o regime de Biden possa fazer, com um Senado e uma Suprema Corte republicanos nas mãos da extrema direita, então este novo mandato não será um teste de alternativa. Além disso, há o problema de que o que Biden representa é um retorno ao centro, não uma saída para o caos do neoliberalismo.

*Que forma de articulação ou organização política você imagina que esse trumpismo social assumirá, já sem a liderança presidencial de Trump?*

Há diferentes dimensões que precisam ser levadas em conta para abordar essa questão. O trumpismo não é uma formação unitária, de um único tipo. Existe a *Alt-right*, que acredito que continuará a agir como tem feito. São neonazistas, fascistas, racistas radicais que, sempre que puderem, tentarão provocar transtornos e ataques. Eles ficaram surpreendentemente quietos nas últimas duas semanas e tenho certeza de que estão se reagrupando e repensando sua estratégia, mas que não deixarão de existir. Para além da *Alt-right*, temos aqueles que Trump mobilizou para afirmar que a eleição foi roubada, mas que não são necessariamente de extrema direita. Fico feliz em ver que esse número está diminuindo. Hoje, provavelmente apenas metade do Partido Republicano acredita que a eleição foi fraudada; mas, mesmo assim, ainda há muitos eleitores. Sem dúvida, eles irão se mobilizar para recuperar a Casa Branca; com certeza, eles já têm vitórias

no Senado e nas legislaturas locais – o escopo de vitórias republicanas nas eleições locais é impressionante –, então eles já têm uma boa base para operar.

Acho que a grande questão é saber se a ala à esquerda e a ala ao centro do Partido Democrata chegarão a um consenso para formar uma coalizão mais poderosa e convincente. Essa é a pedra angular de toda a situação agora. A esquerda não pode rachar, mas o centro também não pode se dar ao luxo de abandonar a esquerda, porque é onde a geração jovem está, é onde estão *Black Lives Matter*, o ativismo LGBTQI+, o *MeToo*; é onde está todo o ativismo. E se não obtiverem nada deste governo, se forem afastados ou negados por essa administração, não voltarão a apoiar um candidato democrata, nem voltarão a participar na política eleitoral. Esta é a primeira vez em décadas que a esquerda participa tão ativamente da política eleitoral. Muita gente da esquerda já havia votado, mas esta é a primeira vez, provavelmente desde os anos 1930, que a esquerda se engaja na política eleitoral, como se o futuro de um projeto de esquerda, social-democrata ou socialista pudesse ser conquistado através da política partidária. Se esses grupos forem simplesmente subtraídos do Partido Democrata, como alguns centristas parecem querer fazer, o Partido Democrata estará acabado.

*Como avaliar o impacto da mobilização mais recente do Black Lives Matter, mas também dos movimentos feministas e LGBTQI+? Vimos que o termo “racismo estrutural” foi incorporado na campanha à presidência. Que consequências isso teve? ¿Cómo se juega de ahora en más su fuerza?*

Esta é a questão do momento. Temos, por um lado, *Black Lives Matter*, feministas e movimentos pelos direitos dos migrantes, mas também as mobilizações por justiça climática, como o *Extinction Rebellion*. Enfim, houve uma grande variedade de movimentos ativistas que se mobilizaram para a eleição, mas que imediatamente compreenderam que devem voltar a seu trabalho de base, pois sabem que não vamos conseguir nada de dentro [do governo], a menos que os movimentos continuem crescendo. Os movimentos sociais de esquerda, os populismos de esquerda não podem permitir que toda a energia dos movimentos sociais seja desviada para a política legislativa e eleitoral, onde seria neutralizada e diluída. Em vez disso, os movimentos têm que voltar às ruas, têm que voltar a se organizar e organizar as pessoas que ainda não estão envolvidas. Um exemplo é a população *Latinx* ao longo da fronteira do Texas, que apoiou fortemente Trump – em parte porque são famílias de segunda e terceira geração que, em muitos casos, trabalham para o ICE, nossa agência de

deportação, ou são empresários, ou têm negócios por conta própria. Seu apoio a Trump foi organizado e mobilizado pelo Partido Republicano, apelando para a ideia de liberdade, valores sociais conservadores e o medo do que os democratas poderiam fazer se ganhassem as eleições. Enquanto isso, os movimentos sociais e o Partido Democrata nem mesmo tentaram uma aproximação a essa população. Os movimentos sociais precisam crescer, precisam sair de suas bolhas e se organizar. Estou falando da organização convencional, o tipo de organização que sai do Facebook e das redes sociais e vai ao encontro do ser humano em seus bairros, em suas casas, em suas comunidades, onde essas pessoas vivem e, mobilizando-as para mundos melhores, torna-se parte dessas comunidades. Se isso não acontecer, os movimentos sociais continuarão sendo um estímulo efetivo para a política eleitoral, mas não terão realmente o poder de fazer cumprir suas reivindicações, nem crescerão além da população basicamente urbana que já alcançam hoje.

*Você diria que o “fantasma do socialismo”, mobilizado durante a campanha eleitoral contra a ideia de liberdade, foi realmente eficaz? É algo com uma capacidade real de interpelação ou, antes, é um espantalho criado pela mídia?*

Acho que o discurso contra o socialismo foi usado de forma muito eficaz pela direita. Um dos dons do neoliberalismo [ao conservadorismo] foi continuar demonizando o socialismo e a social-democracia, muito além do “espectro do comunismo” representado pela União Soviética e mesmo pela China. A própria ideia de, por exemplo, uma política de Estado responsável voltada para a Covid-19 que impusesse o uso de máscaras, o distanciamento social e os fechamentos necessários para conter o vírus foi considerada “socialista” e “totalitária” pela direita. Da mesma forma, os esforços para se estabelecer um plano de saúde com abrangência nacional nos Estados Unidos foram considerados “socialistas” e “totalitários”. Essas reações não vêm de um discurso antigo da Guerra Fria, mas da demonização neoliberal do Estado de bem-estar social e da regulamentação estatal. Eu penso nas comunidades onde o sentimento de precariedade já era muito grande [antes da pandemia], a ideia de que o Estado vai te obrigar a fechar o seu negócio por um mês, ou fechar a escola por três meses para conter o vírus pode parecer catastrófica. A direita chama essas ações estatais de “socialismo” e responde dizendo: “precisamos de liberdade”, “precisamos abrir nossos negócios”, “todos temos o direito de trabalhar”. Acho que tudo isso teve um grande poder de ressonância e mobilizou muito os eleitores de Trump.

*No livro, você fala sobre alimentar, nutrir perspectivas de esquerda. Como poderia ser repensada uma noção de liberdade que não seja ingênua ou rapidamente capturada em termos liberais e que tampouco possa ser facilmente acoplada à noção de segurança, tão propagada pelo neoliberalismo?*

O mais importante para os estadunidenses – e não acho que seja necessariamente o mesmo desafio que brasileiros, argentinos ou chilenos enfrentam, porque vocês têm uma tradição mais robusta de social-democracia e socialismo em âmbito intelectual e popular – é que a esquerda seja capaz de explicar e fazer circular, em termos muito simples, uma noção de liberdade que se conecte com o cerne do socialismo. Uma noção de liberdade que inclua estar livre de privações, estar livre do desespero e da precariedade, estar livre do desamparo da falta de moradia. “Liberdade de”, mas também “liberdade para”: liberdade para realizar nossos sonhos, e não apenas sobreviver; liberdade de escolha, não apenas de fazer um aborto ou com quem dormir – o que é importante –, mas também de construir vidas, construir comunidades e mundos nos quais todos queiramos viver. Se não trabalharmos imediatamente na resignificação da liberdade para torná-la um conceito que afirme as visões de esquerda, para afastá-la desse tipo de iteração libertária, agressiva, antissocial e antiestado, perderemos essa batalha. Porque muitas dessas pessoas de quem falei, que vivem na precariedade, sentem que a liberdade é a única coisa que lhes resta, é a única coisa que pensam que têm. Sentem-se abandonados e descartados; com tantas coisas acontecendo no mundo, se sentem bombardeados por poderes que não entendem. Eles se sentem objeto de desprezo por parte de um mundo mais sofisticado e se apegam ao que chamam de liberdade, mas temos que resignificar essa liberdade. A liberdade deve expressar não apenas a solidariedade social e o bem-estar social, mas também a capacidade de viver em um ambiente sustentável e protegido, o que hoje está em tremendo perigo. É essa liberdade que nos importa. E é inútil dizer que recuperar a liberdade é tirar o coturno de nossos pescoços ou falar de liberdade apenas como abolicionismo, ou liberdade como sinônimo de livrar-se da polícia. Tudo isso pode ser verdade, mas não terá apelo. O que vai atrair as pessoas, eu acho, é a liberdade como algo que você tem para construir uma vida, não apenas para lutar contra aqueles que você acha que não o respeitam.

## PERGUNTAS DO PÚBLICO

*Quais são as opções de Trump para levar sua disputa à justiça e chegar à Suprema Corte?*

Não estou preocupada com isso. Estou preocupada com muitas coisas, mas se o temor é que Trump possa apelar à Suprema Corte contra sua derrota, acho que essa possibilidade se desvaneceu por duas razões. A primeira é que, até o momento, nenhuma de suas ações foi bem-sucedida; elas foram descartadas em questão de horas ou dias. A esta altura, não há qualquer evidência confiável de irregularidades na apuração dos votos, interferência nos resultados ou qualquer outra coisa, exceto em Porto Rico – mas isso é outra história. A segunda, porque a parcela conservadora da Suprema Corte já tem o que queria, eles já têm uma maioria conservadora na casa, e agora precisam se legitimar. Se eles encampassem as demandas de Trump, claramente desprovidas de apoio ou embasamento e motivadas essencialmente pelo desejo de dar um golpe, essa parcela conservadora na Suprema Corte perderia sua credibilidade. O que os juízes vão tentar fazer, ao invés disso, é estabelecer sua dignidade, sua integridade, sua credibilidade – tenho certeza. Nesses quatro anos, Trump encheu o Judiciário com seus indicados, fez duzentas nomeações. Compôs não apenas a Suprema Corte, mas também as cortes federais e outros tribunais, de forma que satisfez os conservadores. Os juízes do Tribunal já conseguiram o que queriam e não têm por que sacrificar sua posição para fazer eco às reivindicações de Trump.

*A esquerda se comprometeu suficientemente nas lutas antirracistas nos Estados Unidos?*

Sim! A esquerda tem mostrado um forte compromisso com as lutas antirracistas! O que devemos entender sobre *Black Lives Matter* é que essas foram as *maiores manifestações da história estadunidense* e que não congregaram apenas negros, mas também latinos, asiático-americanos, brancos e, acima de tudo, estavam cheias de jovens de todas as cores, sexualidades e origens, de cidades pequenas, de grandes cidades, de todo lugar. A mobilização *Black Lives Matter*, em resposta à injustiça racial, foi inicialmente dirigida contra a violência policial, mas depois também contra o encarceramento em massa de negros e o escopo do protesto logo se expandiu para os 150 anos de racismo sistemático no período pós-escravidão. O movimento moveu, mobilizou e despertou a consciência de todo tipo de gente, mas também foi inundado por uma

energia de esquerda e foi reconhecido como o movimento da hora. E eu acho que essa composição é muito forte e poderosa.

*Se estamos frente ao colapso do neoliberalismo, o que vem a seguir?*

Eu gostaria que fosse o fim do neoliberalismo, mas Biden faz parte desses cinquenta anos de neoliberalismo. Ele foi pressionado pela esquerda para superar essa posição – é disso que se tratava o desafio lançado por Bernie Sanders e Elizabeth Warren –, mas Biden afirmou repetidamente que acredita no valor dos mercados para todas as esferas: desde o mundo das finanças até saúde e habitação. Se a esquerda continuar pressionando, certamente veremos algumas modificações em suas posições. Fala-se muito, por exemplo, sobre a possibilidade de Bernie Sanders ser nomeado secretário do Trabalho no gabinete de Biden, o que seria importante não apenas simbolicamente, mas significaria também que um discurso antineoliberal circularia constantemente na esfera pública.

Porém, há uma questão maior sobre se o neoliberalismo, como uma ordem global, está entrando em colapso. Por um lado, vemos que há rejeições nacionalistas à globalização, mas, por outro lado, vemos que os economistas que defendem o neoliberalismo tentam fazer algumas mudanças no modelo, para que as desigualdades sejam ligeiramente reduzidas ou que as finanças sejam ligeiramente controladas. Eles estão tentando calibrar e modificar algumas coisas, mas não acho que isso signifique que o neoliberalismo esteja acabando, ou que esteja dando lugar a algo novo. Esse é o nosso desafio como ativistas, como pessoas que pensam, trabalham e contribuem com a organização de um mundo diferente. Nosso desafio, eu acho, é construir algo diferente depois do neoliberalismo, mas o neoliberalismo, por si só, não vai abrir caminho para nada.

## DEBATE 5

# VIOLÊNCIA PROPRIETÁRIA

*Direito a terra e habitação*

DEBATEDORAS | Ana Falú e Raquel Rolnik  
MODERADORA | Helena Silvestre

19 DE NOVEMBRO DE 2020

HELENA SILVESTRE

Boa tarde a todas, todos e todes que participam aqui de mais uma das Conversas Latino-Americanas, neste Ciclo de Debates Feministas.

Estes debates têm sido um esforço de realizar conversas pensando na realidade latino-americana vista em seu conjunto, para uma troca de experiências e olhares entre países, mas sobretudo oferecendo um intercâmbio entre mulheres, a partir de uma lente feminista, que pretende abarcar com elas uma série de temáticas, partindo do pressuposto de que é necessária essa mirada sistêmica. E de visibilizar que nós, mulheres, temos um olhar sobre todas as questões que atravessam nosso difícil tempo histórico. Estamos vivendo um momento de várias turbulências, mudanças de paradigmas, e por isso é tão importante que possamos realmente ter também um olhar feminista sobre uma série de questões que estes debates vêm abarcando.

Hoje temos duas convidadas especialíssimas para conversar sobre um tema que nos é muito caro: o tema das cidades e do território. Pensando nele desde o olhar de duas mulheres que têm

uma longa trajetória, começaremos apresentando Ana Falú, que é arquiteta e urbanista argentina, feminista e uma das fundadoras da Rede Mulher e Habitat de América Latina, professora da Faculdade de Arquitetura da Universidade Nacional de Córdoba, e que vai hoje compartilhar um pouquinho conosco de suas pesquisas. Também está aqui outra especialista, com uma trajetória importante neste debate, nessa militância, Raquel Rolnik, arquiteta e urbanista brasileira, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, uma das coordenadoras do LAB Cidade, entre tantas outras atividades que realiza, entre tantas publicações e conteúdos com os quais vêm-nos brindando no sentido de enriquecer os debates sobre a questão urbana. Queria agradecer, portanto, às duas por aceitarem o convite.

Traçando um pouco mais as linhas que nos trouxeram a pensar esta conversa, e retrocedendo um pouco nas últimas décadas, em nosso continente, na América Latina, todo o liberalismo e neoliberalismo vem sendo fortemente marcado pela financeirização. Ana Falú tem trabalhado um conceito importante, que é o conceito de *extrativismo urbano*, e Raquel tem também se dedicado a pensar e elaborar sobre a financeirização nas cidades e nos territórios. E essas duas ideias, acredito serem chave para pensarmos o que tem acontecido nas cidades na América Latina, e como isso redesenha a vida de tantas mulheres. Para nós, é muito importante pensar esta questão desde o ponto de vista feminista. Não são apenas as pautas historicamente assumidas pelo movimento de mulheres que nos importam, mas imaginar como todas essas questões econômicas, políticas, urbanísticas também nos afetam de maneira particular. Com vontade de entender um pouco melhor esses dois conceitos centrais, propomos pensar e conhecer como vocês os veem aplicados na América Latina. Como esses conceitos podem ser aplicados à nossa realidade, e como vocês têm visto esse processo nas últimas décadas, sobretudo nas nossas cidades, redesenhando a vida das mulheres, especialmente das mulheres das camadas populares, das periferias urbanas e dos bairros mais distanciados. Passo primeiro a palavra para a Raquel, depois para a Ana, e de novo, muito, muito obrigada por estarem aqui.

## RAQUEL ROLNIK

Olá, boa noite, é um prazer enorme estar aqui, compartilhando esta noite com Helena Silvestre e Ana Falú, companheira querida de tantas batalhas.

Agradeço a possibilidade de estarmos aqui, conversando sobre um tema que me parece fundamental para entendermos, do ponto de vista feminista, com que processo estamos lidando. Quem está lá no fim da linha, na ponta, sofrendo no cotidiano os efeitos do que podemos chamar de violência proprietária, seja sob a forma de despejos e remoções por falta de pagamento do aluguel, seja em função da construção de uma forma hegemônica de relação entre as pessoas e o espaço construído que elas ocupam. E essa única forma aceita, legítima e hegemônica é o paradigma da propriedade privada, registrada; todas as demais formas de uso e compartilhamento do espaço são absolutamente residualizadas diante dela. No entanto, é importante termos em mente que elas são majoritárias e que o paradigma da propriedade privada, individual e registrada, corresponde a uma parcela pequena da totalidade dos vínculos que realmente existem no território. Não me refiro apenas aos vínculos das populações tradicionais e das populações quilombolas e ribeirinhas (no âmbito das agriculturas e formas de subsistência no campo), tampouco apenas às diversas formas de aluguel e compartilhamento de espaços, como as lógicas de famílias extensas, onde filhos e filhas compartilham locais de moradia, não apenas para facilitar a compra de locais próprios; falo também que há uma lógica de organização da vida, de cuidado com os mais velhos, de cuidado com as crianças, de possibilidades de sobrevivência que dependem basicamente desses arranjos. Entretanto, nas políticas habitacionais, todos esses arranjos são denominados como déficit, entendidos enquanto falta de moradia, e não como possibilidade de múltiplas formas de organização da moradia. A primeira violência é justamente essa, a do modelo único, da única forma legítima de organizar o espaço, o território e a vida cotidiana, a partir da ideia estrita de um domicílio familiar com um marido, uma esposa, o filhinho e a filhinha, quando na realidade, nosso espaço e nossas vidas têm múltiplas formas, múltiplos arranjos de vida e de cotidianos. Essa forma de organização, hoje hegemônica, surgiu na Europa há tão somente 250 anos. De maneira revolucionária, é verdade, mas que se impõe desde então enquanto paradigma único de territorialização para além do continente europeu, negando as demais formas. Sua imposição colonialista sobre as formas de ocupação dos territórios foi fundamental na América Latina, precisamente porque negava as formas preexistentes, indígenas e dos povos tradicionais. Tendo sido construída e instituída claramente no nosso continente no século 19 (um pouco antes ou um pouco depois, dependendo da estrutura concreta de cada país), na transição para a implantação do trabalho livre, particularmente nos países que usaram e mobilizaram o trabalho escravo. Essas formas hegemônicas foram mobilizadas para impedir a possibilidade de uma afrodiáspora se constituir no território enquanto capacidade

de sobrevivência e prosperidade, na medida em que bloquearam desse modo o acesso à terra, e consequentemente às possibilidades de reprodução da vida. Essa forma, que se institui no momento de nascimento do capitalismo e indissociável a seu nascimento, é essencial para seu estabelecimento na medida em que consolida, juntamente com a formulação de um Estado liberal, a relação entre propriedade, cidadania e liberdade: esse é o “pacote” nesse momento histórico.

Dando um salto na história para chegar ao final do século 20, início do 21, vemos como essa forma hegemônica se consolida como elemento central da financeirização do processo de produção do território da cidade. Essa propriedade individual, registrada – e não apenas a propriedade da residência, mas a produção de espaço construído em geral – transforma-se em um dos elos centrais para a produção de um circuito de financeirização. Isso significa que o excedente global do capital – das corporações, dos fundos soberanos dos países, dos plutocratas russos, dos petrodólares, dos xeiques –, que flutua sobre o planeta livremente, pode aterrissar no espaço construído, na medida em que esse espaço, para esse circuito financeiro, tem uma função colateral de garantia. Ou seja, através do espaço construído enquanto ativo financeiro, esse capital encontra as condições de se reproduzir, ganhando juros, ao longo do tempo através da expectativa de remuneração futura, que é exatamente em que consiste o jogo especulativo. A liberdade de circulação desses capitais simplesmente expõe o conjunto da cidade e o conjunto do território como uma espécie de *playground*, de parquinho para a aterrissagem e captura da cidade por esses capitais para produzir, não aqueles espaços construídos necessários para a vida das pessoas e sua reprodução econômica, cultural e política, mas sim, para propiciar exclusivamente rentabilidade a esse capital investido. Por isso se produzem torres corporativas, hotéis de bandeira internacional, grandes *shoppings centers*, habitações de luxo, espaços que, absolutamente, não respondem às necessidades da população, disputando e ocupando o espaço das cidades simplesmente excluindo, expulsando e deslocando as pessoas, e sobretudo, os territórios populares.

Sobre a questão da financeirização, é importante colocar que esse processo se faz com a ativa participação e protagonismo dos Estados e das políticas urbanas, inclusive do planejamento urbano. As políticas e o planejamento urbanos têm-se dedicado a promover essas operações de oferecer o território, mobilizando inclusive, muitas vezes, terras públicas. Mas também usando os territórios populares, que não são estruturados sob os vínculos da propriedade individual registrada, como espaços preferenciais para a expansão desse tipo de projetos, na medida em que a inexistência de títulos de propriedade barateia a expulsão das pessoas daqueles espaços.

Essa operação é a face mais violenta e concentradora desse processo, uma das dimensões mais cruas da violência proprietária. Embora a expulsão e a remoção não sejam exatamente o dia a dia nos territórios populares, a cada dia são estabelecidas violências proprietárias na medida em que todas as áreas da cidade, portanto a totalidade dos territórios populares, são regidos na cidade sob uma espécie de ambiguidade: fazem ou não fazem parte da cidade; são para sempre ou são provisórios; ficarão aqui porque receberão investimentos, serviços ou irão embora? Fica colocada uma espécie de transitoriedade permanente, fazendo com que qualquer consolidação, investimento ou inclusão seja transacionada politicamente, não é um direito automático, como é o direito dos proprietários registrados, inseridos no âmbito dos circuitos dos mercados formais. E isso é essencial na economia política da cidade porque abre esses territórios, que ficam completamente à mercê das negociações e transações políticas.

Esse estado permanente de ambiguidade e transitoriedade é uma dimensão fundamental da violência que se manifesta também no estabelecimento de perímetros onde o Estado não atua de acordo com a regra e a legislação que estão inscritas na sua ordem jurídica, e sim de forma discricionária. São áreas delimitadas como perímetro de exceção, como lugar onde não prospera a ordem vigente, mas uma ordem mais ou menos, um “puxadinho” de ordem, uma ordem negociada caso a caso. É o que permite, por exemplo, que a Polícia Militar, no caso do Brasil, entre nas favelas atirando e matando, porque são, exatamente, perímetros de exceção.

Mas, neste cenário tão distópico, é fundamental compreender a ação política daqueles que vivem em seus cotidianos nos territórios populares. Não só as ações de organização e mobilização, essa luta histórica por direitos, por fazer parte da cidade, pela visibilidade da sua presença na cidade e seu direito à consolidação e aos investimentos, mas também as ações pela sua própria e simples existência. Sua luta contra os despejos, sua luta por ficar, por estar, mas também a luta por sua própria existência. Sua própria construção enquanto paisagem de acolhimento à vida é igualmente, penso, uma ação política da maior importância. Porque temos permanentemente a ameaça do deslocamento, a ameaça da invisibilidade, a ameaça da transitoriedade; mas a cada deslocamento, a cada operação de invisibilidade, a cada remoção, um novo território popular se constitui novamente. Então, temos de prestar muita atenção na força e na capacidade de construir cidades com baixíssimos recursos, na precariedade. Na força e na capacidade de permanentemente desenhar outras paisagens que, ao contrário dessas paisagens desenhadas pelas e para as finanças globais, são verdadeiras paisagens para a vida.

Paro por aqui, e estou aqui disponível para discutirmos, levantarmos questões. Muito obrigada.

## ANA FALÚ

Muito obrigada pelo convite. Os temas a que me vou referir concernem à moradia, à cidade e aos territórios. Prefiro falar de territórios porque às vezes trata-se, efetivamente, de cidades, mas em outras, é simplesmente território desprovido de urbanismo. Minha abordagem destes temas será desde o pensamento feminista, plural, diverso, que foi implacável nas demandas e que instalou e sustentou temas inovadores. Podemos falar em um momento particular dos anos 70, quando em 1975 foi celebrado o Ano Internacional da Mulher no México, e logo depois, com a convocação da Primeira Conferência de Habitat, que aconteceu em 1976<sup>1</sup>, onde os debates foram centrados nos temas: direito a moradia e sua caracterização como um problema crítico da humanidade, e os temas dos direitos das mulheres. Ambas as agendas foram sendo construídas simultaneamente.

As Plataformas de Ação das tantas Conferências das Nações Unidas<sup>2</sup>, resultantes dos consensos dos representantes dos Estados membros da ONU, têm sido parte de processos muito ricos que permitiram a distintos atores sociais e institucionais convergir na elaboração de suas demandas e incorporá-las às agendas internacionais. Mas também têm sido, de maneira geral, uma espécie de lista de desejos frente a uma realidade muito preocupante, cujas desigualdades e contradições não param de se aprofundar e os problemas dos assentamentos humanos, dos territórios e de suas populações parecem cada dia enfrentar maiores desigualdades e injustiças territoriais. Esses enunciados das Conferências deveriam ter representado um alerta vermelho; mas pelo contrário, penso que mostram o quanto têm fracassado as políticas dos estados no objetivo de diminuir as desigualdades nos modos de habitar nos territórios da América Latina e do mundo.

<sup>1</sup> Primeira Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (Habitat I), que aconteceu em Vancouver (Canadá), em junho de 1976: <https://unhabitat.org/es/node/2971>. Habitat II em Istambul (Turquia) em 1996 e Habitat III em Quito (Equador) em 2016. Como resultado da Habitat I, a ONU se compromete com os temas dos assentamentos humanos e a moradia em particular, e nasce a ONU Habitat, com sede em Nairobi, Kenya. [N. da E.]

<sup>2</sup> Ver enlace na nota 1. [N. da E.]

Por outro lado, a agenda feminista, diria que desde 1975 – com a qual fomos implacáveis e viemos colocando temas de inovação – foi crescendo e, por sua vez, instalou na agenda pública temas muito caros para a vida das mulheres. Nesse sentido, trabalhar nesse cruzamento de territórios e gêneros, de territórios, mulheres e diversidades, é também nos perguntarmos pelo lugar dos corpos na cidade – e penso naquela fabulosa reflexão de Sennet<sup>3</sup> –, é colocarmos a necessidade de avançar no direito a uma vida sem violência nesses territórios, mas não somente, e sim ao conjunto de violências que sofrem em particular as mulheres por suas condições de vulnerabilidade que não são naturais, e antes de tudo, no direito à vida, ali onde se habita em condições precárias e se organiza a reprodução da vida em si, como disse Raquel.

Temos que pensar de que corpos falamos nesses territórios, porque não é a mesma coisa andar pelas ruas ou viver em uma casa com corpo de mulher ou das dissidências sexuais. Entre os temas que o feminismo construiu, e que me parece necessário imbricar nesta agenda do urbano, do territorial, da moradia, está a relação do público e do privado. Contribuímos muito para iluminar esse vínculo, essa relação entre o público e o privado. Muito também se contribuiu para iluminar essa destinação de uso segundo sexos em que a relação do público e do privado definia, por exemplo, o uso e a apropriação do espaço público pelos e para os homens, espaço restrito, quando não, vedado para as mulheres. Muito dessa concepção patriarcal perdura e as mulheres, quando violentadas no espaço público, são revitimizadas. Outro tema central para entender as diversas formas de habitar tem sido a contribuição sobre a divisão sexual do trabalho, que designa papéis diferenciados a mulheres e homens, estes vistos como os provedores e as mulheres como as cuidadoras por excelência, as responsáveis majoritariamente pela reprodução social da vida. A sobrecarga destes trabalhos desconsiderados e não valorizados são resultado da persistente divisão sexual do trabalho.

Para construir argumentações sobre as injustiças que gera a aceitação destes papéis, desde o feminismo foram impulsados os estudos de uso do tempo, inovação que o feminismo instalou. Assim, aparecem as tarefas de cuidado que realizam as mulheres, invisibilizadas e desvalorizadas, e ao mesmo tempo, desde as economistas e sociólogas feministas, mostra-se o valor dessa contribuição econômica das mulheres, que apesar de não contabilizada, contribui para o desen-

<sup>3</sup> Richard Sennet (1943), sociólogo estadunidense, cujos trabalhos ocupam-se especialmente de temas referidos ao desenvolvimento das cidades, ao trabalho nas sociedades modernas e à cultura material. [N. da E.]

volvimento. O tempo é o bem mais escasso na vida das mulheres, que sofrem dessa pobreza de tempo que afeta suas autonomias e limita suas oportunidades e direitos: de salários, de educação, políticos, sociais e de tempos de ócio pessoal. Na América Latina, as mulheres dedicam mais do triplo de tempo que os homens ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerados (ONU Mulheres e CEPAL, 2020).

As arquitetas, urbanistas, geógrafas, somamos ao estudo sobre o uso do tempo a dimensão do espaço. Interessou-nos interseccionar uso do tempo, mulheres e espaço, ou seja, pensar as desigualdades espaciais, as vulnerabilidades territoriais e as carências das infraestruturas de cuidado, bem como a vida cotidiana das mulheres no papel de cuidadoras e reprodutoras da vida.

Hoje em dia, a propósito das desigualdades urbano-habitacionais, se há algo que a Covid-19 deixa, é a necessidade de ampliar a compreensão acerca da natureza interdependente entre moradia e cidade, frente a esses fenômenos hegemônicos globais que Raquel acaba de sintetizar. Não haverá vida urbana sem moradia, e não haverá cidades sem moradia. São fenômenos de natureza interdependente que a crise da pandemia evidenciou de forma brutal. Porque é nessas moradias e nesses territórios urbanos, nesses bairros da pobreza, onde vivem os e as milhões de latino-americanas, onde a vida das pessoas se dá. Ali se garante a reprodução social; nessas casas, que se transformam em lugar produtivo. Ali se trabalha, e não só enquanto trabalho reprodutivo não assalariado, esse trabalho não reconhecido, que se enuncia como um gesto de amor e ao qual não se coloca valor<sup>4</sup>, como a tudo o que contribui para o desenvolvimento. Hoje em dia, as moradias também são o lugar do trabalho produtivo. Mercantilizou-se a vida, em uma acumulação que parte desse trabalho não assalariado, doméstico, reprodutor, que coloniza e escraviza, em muitos casos, os corpos das mulheres. Mas hoje, não é só o trabalho reprodutivo o que se instala em cada lar; é o teletrabalho, é a maquila. Os lares são, além do mais, lugares onde se educa a infância e a adolescência, e onde as educadoras são as mulheres. Tratam-se, portanto, de moradias mercantilizadas tanto quanto a própria vida, que são o suporte para a reprodução da vida social, cuja base, fundante das desigualdades, é o patriarcado, ao qual se somam outras desigualdades que provêm do colonialismo, do racismo e do neoliberalismo hegemônico.

Para compreender por que o cuidado é assumido majoritariamente pelas mulheres, e de que

<sup>4</sup> FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. 1 ed., São Paulo: Elefante, 2019.

forma, em razão desta condição de cuidadoras, as mulheres usam a casa, o bairro, as cidades de formas diferentes às dos homens e percebem o território de maneira diferente, e uma explicação se encontra nos estudos do feminismo sobre a divisão sexual do trabalho. Esta delega às mulheres a responsabilidade pela vida doméstica, em nome do amor, da entrega das mulheres, negando assim seu valor monetário, sua contribuição econômica e social, não só às famílias, ao mesmo tempo em que rebaixa e invisibiliza esse valor. (Aguirre, Batthyany, Duran Heras e outras). As mulheres queremos ser diferentes, mas não desiguais, afirmam as mulheres dos bairros populares nas comunidades de Córdoba, Argentina, ao debater as prioridades da Agenda dos direitos das mulheres à cidade<sup>5</sup>. Este cuidar dos outros não demanda ser mãe, e está muito longe de qualquer concepção maternalista ou da feminilidade reprodutiva, ou dos biologismos, ou dos corpos gestantes. A negação dos direitos das mulheres está atravessada por papéis e por dependências que se naturalizam nessa divisão sexual do trabalho, que são gerados e reproduzidos no território e se expressam em cada casa e bairro.

Formas de discriminação, de negação de direitos, que subordinam as mulheres e não só, desvalorizam “o outro” diferente. O que foi dito responde à episteme patriarcal, à colonialidade, misógina, racista, homofóbica, xenofóbica. São estereótipos construídos através de longos períodos que definem a cultura, ajustada ao exercício do poder de um sexo sobre os outros.

Esses valores são reproduzidos no território e são expressos em cada escala dele. A convivência de homens e mulheres na cidade, nos bairros, nas casas está ligada às suas vivências nos espaços em que vivem e atuam, e mostram a reprodução das desigualdades de gênero no próprio território, nos seus modos de pensar e concebê-los. Em como pensamos sobre casas e como elas são organizadas a partir da política.

Complementa a abordagem da divisão sexual do trabalho um segundo vetor de análise, também contribuição do feminismo, o uso do tempo, ao qual nós, arquitetas feministas, acrescentamos o uso do espaço. De acordo com as médias dos estudos de uso do tempo, as mulheres trabalham um terço do tempo a mais que os homens neste trabalho invisível e não reconhecido de tarefas reprodutivas, de acordo com os estudos da CEPAL (2016, 2018, 2020). Em tempos de pandemia nas cidades, as mulheres representam mais de 70% do pessoal de saúde. Nos bairros, elas são as gestoras dos restaurantes populares, mesmo com carências de insumos de higiene ou alimen-

<sup>5</sup> Ver em: [www.cisca.org.ar](http://www.cisca.org.ar).

tação. No lar, são as cuidadoras por excelência de crianças, idosos e pessoas com deficiências. Situação que se agrava nas famílias sob responsabilidade exclusiva das mulheres, aquelas que continuam crescendo e que são em média mais de 30% (CEPAL) e a maioria abaixo da linha de pobreza ou indigência. Domicílios com mais de duas vezes mais filhos do que os quintis superiores, nos quais cresce o número de dependentes.

Para essas mulheres, a localização das casas é central, a proximidade dos serviços tem um significado naquele bem que é o mais escasso em suas vidas, o tempo. Então, minha homenagem a Jane Jacobs, que não era arquiteta nem urbanista, e confrontou as propostas da poderosa sociedade nova-iorquina de arquitetos e com toda a utopia da modernidade. Evidentemente, eles (homens do poder) não pensavam em termos das pessoas comuns, menos nas mulheres e no seu dia a dia. Jacobs vai contribuir com sua grande produção reflexiva e, se há um livro que precisa ser lido, é *Morte e vida das grandes cidades americanas*<sup>6</sup>, no qual ela critica a proposta daquelas cidades pensadas em torno do automóvel, dos blocos habitacionais que romperam com a trama do bairro, da periferia. Ela também destaca o conceito de proximidade, atributo central no planejamento feminista. Nas antípodas à cidade planejada, concebida em chave de homem branco, jovem, produtivo, e dentro de um carro. Planejamento que responde a parâmetros androcêntricos e patriarcais. Esta é a pessoa a que responde a planificação urbana estatal, o desenho urbano. Esse é o espaço onde as complexidades de todos os processos que foram produzidos se expressam, particularmente aqueles que são consequência da globalização econômica e financeira ou do auge das políticas neoliberais.

Podemos afirmar que homens e mulheres usam cidades, bairros e casas de maneiras muito diferentes. Então, torna-se necessário saber quem são, onde estão e de que as mulheres precisam. Quantos dependentes estão sob seus cuidados? Quais são suas idades, etnias, raça, identidade sexual, escolaridade, demandas? Entender o direito das mulheres à moradia, aos serviços, como categoria teórica que demanda conhecimento e argumentação para influenciar a política.

Mas, de que maneira as periferias urbanas da América Latina se veem violentadas ou afetadas? Aqui é onde o conceito de financeirização, muito vinculado ao de extrativismo urbano, se conecta com essas vulnerabilidades territoriais que a hegemonia neoliberal impõe. A financeiri-

<sup>6</sup> *Death and Life of Great American Cities*, (1961) New York: Random House. Em espanhol, *Muerte y vida de las grandes ciudades*, (1ª ed. 1967) Madrid: Ediciones Península.

zação do espaço construído é um elemento central deste cenário, como explicava Raquel. O que está acontecendo com as nossas populações e particularmente com nossas mulheres neste circuito global? Na noite mais fria do inverno de 2019, na cidade de Córdoba, onde eu vivo, aconteceu o desalojo de quase 200 famílias assentadas em terrenos da área metropolitana da cidade. A maioria das pessoas desalojadas eram mulheres com crianças, únicas responsáveis desses lares. Há mais de um ano daquele episódio, essa população ainda não encontrou uma solução e acaba por fazer o que explicava Raquel em sua intervenção: se realoca, reinventa a cidade, a moradia e a vida. Esse caso foi denunciado à Justiça porque, além do mais, o despejo foi realizado com uma repressão brutal, houve feridos com balas de borracha e dezenas de pessoas pulverizadas com gás de pimenta. Essas populações majoritárias, com escassez de recursos – estas pessoas – são residuais para a sociedade neoliberal. Outro caso de muita repercussão na Argentina, este ano, foi o da localidade de Guernica, na província de Buenos Aires. Ali, em meio à pandemia, milhares de famílias foram desalojadas e deixadas sem teto, apesar do risco da Covid-19. Faz parecer que as medidas de confinamento foram estabelecidas somente para alguns, porque não alcançam, efetivamente, o conjunto da sociedade. Temos que pensar na escala dos problemas e em como afrontar essas escalas. Às vezes, o bairro ou a favela é o refúgio daqueles que não têm casa ou vivem em condições precarizadas. Um último caso que quero comentar é o da província de Mendoza, também na Argentina, onde acaba de ser aprovada uma lei – a Lei Difonso, assim chamada porque foi impulsionada por um deputado com esse nome – que retira os benefícios sociais daqueles que ocupem terras. O estado, como bem disse Raquel, é o sócio principal do capital especulativo. Aqueles que votam essas leis são sócios do mercado financeiro e responsáveis das políticas neoliberais. As condições estruturais preexistentes a esta pandemia, bem como a desigualdade, foram aprofundadas com ela.

Há um marco de enfraquecimento progressivo das economias, como é o caso do meu país, Argentina. Mas além do mais, há um marco de enfraquecimento do Estado de direito, como é o caso do Brasil. Estamos em uma situação em que – além dos estragos estruturais, dos quais viemos falando e que denunciamos há décadas – há uma agudização de todos esses fenômenos que afetam de maneira majoritária as mulheres, com uma repercussão enorme nas suas vidas cotidianas. Sabemos, pelos dados oficiais e por todos os estudos que temos, que a maior parte das pessoas que vivem na indigência e abaixo da linha de pobreza são mulheres. Em média, na América Latina, mais de um terço dos lares estão sob responsabilidade exclusiva de uma mulher;

em alguns lugares, essa cifra é ainda maior. Além do mais, cresceu o número de pessoas dependentes dessas mulheres responsáveis por lares abaixo das linhas de pobreza e indigência. Estamos frente a tramas urbanas de desigualdades muito obscenas. Essa é a lógica de uma sociedade que aceita a cidade fragmentada e desigual, no seio de sociedades riquíssimas. Os nossos não são países pobres, muito pelo contrário, são riquíssimos, e essa riqueza está altamente concentrada. A contrapartida dessa concentração é a extensão de territórios de pobreza com condições de habitat deterioradas e que negam outras formas de organização que não sejam a do estado, que tem contribuído para essa extensão da cidade. O México é um exemplo extraordinário nesse sentido: milhares de casas abandonadas, porque estão nas longínquas periferias da cidade, são reocupadas com esse caráter transitório do qual falou Raquel. A vida sempre em situação de transitoriedade e de ambiguidade, empurrada pelas mesmas políticas que, além do mais, negam a comunidade, negam o coletivo. As únicas soluções consideradas são as individuais, como a solução da moradia privada.

Rita Segato<sup>7</sup> disse que o termo “desigualdade” já não é suficiente e, efetivamente, é a apropriação sobre os bens e os corpos, sobre as edificações, a natureza e as pessoas. Outro conceito vinculado a esta reflexão sobre a desigualdade é o de extrativismo urbano, da terra, dos bens comuns urbanos, das moradias financeirizadas que servem como garantia. Constroem-se grandes infraestruturas só para uns poucos, não pensadas para a maioria da população; grandes corredores para servir aos bairros de perímetro controlado da riqueza, para que aqueles que ali residem possam chegar rápido aos aeroportos, porque estão mais em contato com outras cidades do mundo global do que com a sua própria cidade ou com o interior de seus países.

Para nós, não basta reconhecer e localizar as desigualdades; qualquer estratégia ou resposta para enfrentar a crise exige incluir e considerar as mulheres e as diversidades. Há evidências de que as cidades não são iguais para mulheres, diversidades sexuais e homens; e que o grupo de mulheres e corpos dissidentes é diverso, cruzado por etnia, classe, idade, identidades sexuais etc. É necessário questionar as ações e políticas de emergência em uma chave feminista, para que esta reconheça que as mulheres e as diversidades são omitidas, ou têm pouca escuta nas tomadas de decisão relacionadas às cidades, habitação e planejamento em geral. A omissão de

<sup>7</sup> Refere-se à antropóloga argentina, autora de inúmeras publicações e reconhecida por seus trabalhos sobre as violências contra as mulheres. [N. da E.]

gênero refere-se à desvalorização das mulheres e é um viés androcêntrico generalizado que se expressa em ações políticas e técnicas, governamentais e não governamentais, o que contribui para a carência de informações estatísticas que tornem visíveis essas diferenças na desigualdade.

Uma das grandes contribuições que o feminismo trouxe para compreender essas desigualdades e os fenômenos sociais em geral, é a interseccionalidade, a análise que intersecciona temas: mulheres e raça, mulheres e identidades sexuais autopercebidas e tantos outros cruzamentos que, ao serem feitos nos territórios, nos permitem iluminar essas bases estruturantes das injustiças; permite-nos o conhecimento teórico para argumentar sobre essas relações de poder que o patriarcado e o neoliberalismo estabelecem. Quando essas situações que acabamos de descrever se interseccionam com as mulheres – especialmente mulheres negras, migrantes, refugiadas, com população em trânsito, ou que vive em situação de rua, todas as condições se acirram e as práticas da expulsão aparecem. Saskia Sassen nos fala das expulsões e nos diz que o extrativismo das matérias-primas, da mineração em particular, é um de seus maiores responsáveis – como tão bem o expressa Francia Márquez<sup>8</sup>, no Vale do Cauca, na Colômbia, defendendo a água para a comunidade que leva ali centenas de anos assentada e com carências, porém com água, que agora se extrai para a exploração mineira. Essas expulsões fazem crescer ainda mais as bordas de nossas extensas e ambíguas cidades e engrossam a informalidade urbana.

Mas o extrativismo não é responsável somente por isso. Além do mais, sua atividade consome os bens primários como a água e, uma vez esvaziado o território, as empresas se retiram, sem arcar com nenhuma responsabilidade. Nossa preocupação aqui centra-se nos modos em que esse comportamento do capital se expressa também nas cidades mediante um extrativismo que transforma o solo urbanizado – as edificações, os bens urbanos, a moradia – em *commodities*. O conceito de financeirização está estreitamente vinculado a esse fenômeno. A financeirização, ou esse extrativismo urbano, preserva, em metros quadrados da cidade altamente desenvolvida, as suas acumulações de capital financeiro. O fenômeno do extrativismo, que também é um produto financeiro do mercado globalizado, também expulsa populações. Não apenas as mineradoras ou a extração primária o fazem; esse extrativismo urbano, quando despeja moradores e se apropria das suas casas ou dos terrenos que ocupavam, também está expulsando a população. Na cidade

<sup>8</sup> Francia Elena Márquez Mina, dirigente social afrodescendente e ativista meio ambiental e pelos direitos humanos, colombiana, reconhecida por sua luta contra a mineração ilegal. [N. da E.]

de Buenos Aires, na Argentina, há uma resistência enorme diante das constantes tentativas das grandes empresas de construção imobiliária de se apropriarem, por exemplo, das terras que a Villa 31<sup>9</sup> ocupa, colada aos bairros com mais alto valor de solo urbano da rica cidade de Buenos Aires. Tem sido graças a essa resistência dos vizinhos organizados que não o conseguiram. Essas pressões do mercado financeiro, do abusivo mercado do solo e dos bens urbanos que expulsam as pessoas, afetam especialmente as populações carentes que estão majoritariamente compostas por mulheres, que vivem na pobreza e na indigência, em pensões e inquilinatos, e que são empurradas para as periferias da cidade. Este é um diagnóstico evidente; entretanto, precisamos de conceitos para poder evidenciá-lo melhor.

É nessas cidades onde também se modelam condutas a partir das resistências. É no espaço urbano onde se produzem todos os feitos de resistência; onde estão as vozes dos que reclamam seus direitos; onde o Movimento por moradia no Brasil, por exemplo, tem a sua expressão; onde os movimentos como *Barrios de Pie*, na Argentina, tomam as ruas; onde as mulheres construímos nossa agenda e lutamos pelas identidades. Nas cidades, as mulheres não só desenvolvemos nossas agendas, também ganhamos nossos direitos. E acudo novamente a Saskia Sassen<sup>10</sup> e sua ideia de que a cidade tem um discurso, que gosto de traduzir ou derivar para a ideia de que as cidades falam, as cidades dizem “aqui você pode estar, e aqui, não”. As cidades limitam cidadania, mas também potenciam espaços públicos para a resistência. Nas cidades, as mulheres sofremos o discurso patriarcal e colonial que definiu essas fronteiras interiores urbanas; mas elas também são os espaços daqueles que não têm poder, espaços onde a resistência ao extrativismo e ao avasalar dos direitos são geradas. As feministas ganhamos nossos direitos e temos exercido nossas resistências à sociedade patriarcal e colonial nesses espaços. Ali se expressaram o 8M<sup>11</sup>, a *Marea*

<sup>9</sup> Ver nota 1 na conversa 03. “Sistema financeiro: Endividamento das mulheres e financeirização da natureza”. [N. da E.]

<sup>10</sup> Ver nota 5 nesta mesma conversa. [N. da E.]

<sup>11</sup> 8M, designação com a qual se identifica o *Paro Internacional de Mujeres* ou Greve Internacional Feminista do 8M, uma mobilização que aconteceu pela primeira vez no dia 8 de março de 2018, no Dia Internacional da Mulher Trabalhadora / Dia Internacional da Mulher, convocada por organizações feministas, pelos direitos das mulheres em todo o mundo. [N. da E.]

*Verde*<sup>12</sup>, a maré feminista; ali, instalamos o *Ni Una Menos*<sup>13</sup>. É nas cidades, também, onde estamos junto aos movimentos urbanos, aos movimentos sociais, reclamando por terra e moradia. E temos que debater sobre a propriedade privada, temos de questionar a visão de que a solução para o problema da moradia só pode surgir da propriedade privada – uma visão patriarcal e neoliberal, que se impõe como única solução aos problemas de moradia e terra. Precisamos, na realidade, colocar a vida cotidiana no centro da agenda. Se há algo que as feministas dizemos é isto: que a agenda urbana, o urbanismo feminista, para construir cidades em chave feminista – que não significa sem homens, mas sim, interpelando o patriarcado e as desigualdades – deve pôr no centro: a inclusão social; a inclusão de gênero; dos sujeitos invisibilizados, que não são só as mulheres; cuidar do conceito de proximidade, que nas moradias é a localização; a proximidade ao transporte; o olhar focado em recuperar ou dar qualidade ao cotidiano; cuidar da natureza e fortalecer os vínculos e as participações nas decisões. As mulheres com direitos, “empoderadas”, com mais autonomia e liberdades e sem violências. A cidade feminista tem de colocar no centro da planificação e da política a vida cotidiana, essa vida que é responsável pela reprodução social e pela reprodução da espécie.

## HELENA SILVESTRE

Não me apresentei no início porque queria aproveitar minha apresentação para fazer alguns *links* com as falas de ambas. Sou Helena Silvestre, nascida e criada em uma favela da região metropolitana de São Paulo, na cidade de Mauá. Uma cidade bastante favelizada do ABC paulista (um conjunto de sete cidades que compõem a Região Metropolitana daqui). Tornei-me militante primeiramente no território, no movimento de bairro, muito jovem, em 1997, com 13 anos. Em 2003, comecei uma militância, ainda no ABC, no movimento de moradia, mais precisamente numa ocupação construída na cidade de São Bernardo do Campo chamada Santos Dias. Milito

<sup>12</sup> Maré Verde (*Marea Verde*), denominação com a que se conhece, sobretudo na Argentina, o movimento feminista, particularmente em sua mobilização para conseguir a legalização do aborto no país, objetivo que foi alcançado dia 30 de dezembro de 2020, com a aprovação do Congresso Nacional da Lei Interrupção Voluntária da Gravidez. [N. da E.]

<sup>13</sup> Ver nota 3, na Conversa 03 desta publicação. “Sistema financeiro. Endividamento das mulheres e financeirização da natureza”. [N. da E.]

ainda hoje no movimento de moradia. Milito também no movimento de cultura periférica, sou parte do Sarau do Binho, sou escritora na periferia. Também nos últimos anos tenho-me dedicado a construir o movimento de mulheres na revista Amazonas, uma articulação latino-americana de mulheres, e na escola feminista Abya Yala, um espaço de formação e organização de mulheres faveladas e periféricas para a intervenção política nos nossos territórios aqui da Zona Sul, falo com vocês de Campo Limpo, onde eu moro, mas são mulheres também do Capão Redondo e de outros bairros da periferia sul da cidade de São Paulo, que concentram não só favelas e precariedades, mas também exatamente tudo aquilo que se opõe a essa brutalidade do poder e que é a visceralidade da luta política em defesa da vida.

E gostaria de falar sobre isso rapidamente porque, como militante do Movimento Popular, durante muitos anos vivi uma briga ferrenha com setores importantes da esquerda para que o nosso trabalho nos territórios fosse reconhecido como um trabalho político extremamente fundamental e estratégico para a mudança da sociedade. Por muito tempo, esse foi um debate difícil de se fazer, devido à centralidade das lutas no trabalho fabril e à importância quase exclusiva que outorgava à organização operária nas fábricas. O lugar das lutas nos territórios era visto como secundário quanto à capacidade de produzir transformações na sociedade. E não só eram secundarizados os conflitos produzidos no território em defesa da vida, como também o eram, e ainda o são, os sujeitos que realizam essas lutas, ousou dizer, as sujeitas, porque são as mulheres quem estão nos territórios desenvolvendo cotidianamente lutas políticas de toda sorte no Brasil: desde o movimento contra o aumento do custo de vida, o controle do preço dos alimentos, que agora voltou a ser tão importante, até a luta por saúde pública ou o movimento por moradia, também construído majoritariamente por mulheres nas ocupações. Não apenas do ponto de vista numérico, de presença nas ocupações, mas também no engajamento político, nas tarefas que produzem novos cotidianos.

Aqui, temos vivido muitos despejos, mesmo em meio à pandemia, e as mais atingidas são as mulheres empobrecidas. Os despejos são uma dentre as tantas formas de violência proprietária que não cessa – a propriedade privada já é uma violência em si –, mas a luta pelo desenho que terá esta cidade também segue; esta e todas. Porque a cidade é um pouco o desenho das lutas, daquilo que conseguimos, quase que em um cabo de guerra, na tentativa de reconquistar um pouco daquilo que nos vai sendo expropriado, para trazer novamente ao campo do comum, do comunitário, daquilo que é constituído e defendido coletivamente em uma disputa permanente.

Os movimentos de mulheres têm avançado nos últimos anos e precisam continuar, no sentido de dialogar cada vez mais com as questões, sobretudo das mulheres mais empobrecidas e das camadas populares. Compreender esse alcance do feminismo é uma tarefa crucial, e digo isso também a partir da minha própria experiência, porque por muito tempo eu não me reconhecia como feminista, pensava que o feminismo não falava comigo. O feminismo deve vincular-se a todas essas mulheres que estão nos bairros, periferias, favelas, que têm um lugar na cidade, um CEP, e que têm questões muito importantes a contribuir, inclusive para esse outro desenho da cidade. O avanço dos movimentos das mulheres vem-se expressando há muitos anos; na Argentina, por exemplo, com a Maré Verde e as mobilizações nas ruas; assim como também há aqui no Brasil um movimento de mulheres que vai tentando resolver silêncios que já duraram demais, como o das mulheres negras, o das mulheres indígenas, o das mulheres faveladas. O crescimento do movimento de mulheres vai, com isso, enraizando-se em outras partes da cidade e trazendo consigo visibilidade para a ação dessas lutas cotidianas, dessa gramática organizativa da base enraizada nos territórios em luta.

Para fechar, gostaria que ambas comentassem se acreditam que esse avanço de popularização das lutas feministas também colabora na disputa por um modelo de cidade, e se essas lutas vão-se imprimindo na cidade. Acho, inclusive, que nos processos das eleições municipais pelas quais acabamos de passar no Brasil é possível perceber essa marca, o quanto as mulheres querem debater as cidades, o quanto também querem redesenhar, a partir de sua experiência, de sua gramática cotidiana de lutas, esse projeto de cidade que está em disputa.

## RAQUEL ROLNIK

É muito bom ouvir você, Helena, obrigada.

Fez-me pensar sobre os mapas dos resultados eleitorais por local de votação, aqui na cidade de São Paulo<sup>14</sup>. Nestas eleições a esquerda conseguiu reorganizar-se e levar seu candidato (a chapa Boulos/Erundina) para o segundo turno, mas se olharmos para o mapa das votações, en-

<sup>14</sup> Rolnik refere-se às eleições municipais do ano 2020, cujo primeiro turno ocorreu dia 15 de novembro. O segundo turno seria celebrado no dia 29 do mesmo mês. [N. da E.]

contraremos o principal fenômeno destas eleições: os lugares onde se conseguiram esses avanços coincidem com os territórios onde emergiu uma nova geração de lideranças políticas, e que são negras e feministas. São mulheres negras que constituíram esse novo, e algumas das candidatas conseguiram chegar à Câmara Municipal, outras não, mas sem dúvida, tiveram uma votação muito expressiva, mostrando-nos que há uma onda nova que, a meu ver, veio para ficar.

Esta nova onda tem continuidades, mas também uma diferença básica com as lutas que fazemos desde os anos 70 – desde o período da redemocratização pelo direito à cidade, em torno da luta da reforma urbana, e que teve um protagonismo muito importante dos movimentos sociais em geral, mas dos movimentos de moradia em particular. É lindo ver Luísa Erundina, uma liderança que representa aquele momento, ser vice-candidata de Guilherme Boulos, que é uma jovem liderança deste momento, mostrando essa continuidade. Mas há também uma diferença muito importante que, exatamente, são as pautas feministas, da diversidade e da luta antirracista. Enquanto testemunha que sou daquelas lutas, porque participei muito intensamente daquele movimento, posso assegurar que essas pautas estavam completamente ausentes. Essas novas lideranças de mulheres estão discutindo, com êxito, o ponto de vista arraigado na esquerda de que essas reivindicações são secundárias porque pertencem ao âmbito do identitário, que não é central. O assunto principal estaria na economia, na distribuição de renda, na luta de classes, e o resto seria uma espécie de “azeitona na empada”, “cereja do bolo”. Essas novas candidaturas e essa nova onda de lideranças, esse novo movimento social, estão conseguindo exatamente o que Helena levantou (e que Ana também trouxe em sua fala): colocar tudo isso sobre o tapete. E essa é a maneira de conseguir mudar o modelo de cidade, porque esse modelo, marcado pela colonialidade e voltado para os interesses do capital, é absolutamente racializado e patriarcal. Isso que se chama de interseccionalidade é um combo, uma coisa só, indissociável. Fingir que esses elementos não existem não nos levarão a parte alguma, porque eles são estruturadores deste modelo de cidade que temos. Não queremos que esse modelo de cidade seja estendido para a totalidade das cidades. Essa também é uma diferença, creio, em relação ao ciclo de lutas do final dos anos 70, 80 e 90, que girava muito em torno à ideia de inclusão socioterritorial, de colocar para dentro. Agora, é outra a cidade que queremos, e é a partir da luta nos territórios, das novas configurações e desses novos agenciamentos políticos, que vêm dessa gramática cotidiana, como a Helena colocou, que virá o conteúdo e o repertório para esse novo modelo de cidade.

Apesar de ter havido nas eleições um triunfo enorme do conservadorismo que não mudou, das Câmaras continuarem dominadas pelos mesmos de sempre – as máquinas partidárias e as máquinas dos mandatos foram os que mandaram, houve uma vitória muito grande do bolsonarismo nos pequenos municípios do interior (apesar da derrota do bolsonarismo nas grandes cidades), os velhos de sempre, alguns nomes inacreditáveis que ganharam, enfim –, nestas eleições, algo novo emergiu e se constituiu, e está-se consolidando na política (inclusive com possibilidades eleitorais para um cargo majoritário na Prefeitura de São Paulo). Trata-se de uma novidade muito potente, boa e que traz esperanças de uma possível mudança, que não será amanhã, mas que certamente virá, porque é uma mudança de paradigma, de um modelo que – como escancara a pandemia – está levando-nos à morte. Desculpem, mas não queremos. Podemos começar a pensar a partir de outras bases, e entender que a luta feminista e a luta antirracista não são outras lutas, separadas, fragmentadas. Elas estão no coração, no centro das lutas dos movimentos, são a mesma luta.

## ANA FALÚ

A nós, custou muito chegar a este ponto, e é muito interessante escutar Helena contar que, enquanto mulher da favela, há dez anos se interrogava sobre o lugar do feminismo. Mas também é muito emocionante perceber que isso já não é mais assim, e que hoje estamos em um momento muito potente de interpelação ao modelo patriarcal, base fundante das desigualdades, do capitalismo, do colonialismo, do racismo, da homofobia. A grande diferença é a interpelação massiva das mulheres na rua. Já não se trata daquele feminismo que podia ser classificado como elitista: hoje, o feminismo é um movimento popular crescente na América Latina e que interpela o Estado e o patriarcado. É tão grande, que cresceu na região a “ideologia de gênero” como esse parapeito dos tradicionalismos, dos conservadorismos para questionar os avanços do feminismo na região. Isso começou na IV Conferência Mundial Beijing sobre a Mulher<sup>15</sup>, no ano 1995, quando o Vaticano viu o avanço da força feminista da região, com 30 mil mulheres levantando uma agenda de direitos. Então, começou a conformar-se e a gerir-se o que hoje é a

<sup>15</sup> Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, Beijing, 4 a 15 de setembro de 1995. [N. da E.]

“ideologia de gênero” como uma ameaça para o feminismo, mas que, frente à força tão contundente com que está crescendo, não creio que consigam fazer voltar atrás. O Chile é um exemplo da resistência das pessoas na rua e de uso dos espaços públicos das cidades como espaços de resistência. As pessoas na rua, no Chile, conseguiram que um Congresso fosse convocado para modificar a Constituição, com participação da cidadania. Em todos esses movimentos é possível ver o crescimento dos coletivos feministas, não há marcha em que não haja centenas de milhares de mulheres dos bairros, também na Argentina, reclamando o direito a moradia e terra. Os novos coletivos nos distintos países questionam que o problema da moradia deve ser abordado desde o ponto de vista da propriedade privada, traço fundante do modelo capitalista e da centralidade do patrimônio. Nos países nórdicos – que alguns na América Latina tanto gostam de tomar como referência –, a maior parte das moradias é estatal ou gerida pelo Estado. Ninguém tem de se preocupar por ter uma moradia em propriedade individual porque há um estado de bem-estar e uma legislação, conseguida pelos movimentos sociais e os sindicatos, que a garantem. O que está em discussão é por que instalar a propriedade da casa, a propriedade do solo, a propriedade dos corpos... Quando os homens não têm o que possuir, possuem os corpos femininos, essa posseção à qual podem acessar – e daí os feminicídios. Essa ideia da propriedade gera um alto nível de desigualdade, então, por que não pensar em chave de coletivo? O Estado não é a solução para todos os problemas; necessitamos de um Estado potente, que fiscalize, que possa gerir os bens públicos; mas as comunidades, os bairros estão com suas vozes, demandas e necessidades. Por que deveria resolver os problemas em chave individual e não em chave coletiva? Problemas como, por exemplo, os cuidados, que esta pandemia colocou ao mundo com mais força do que nunca. Por que não resolver os cuidados de maneira coletiva? Essa responsabilidade, que se resolve na casa, entre quatro paredes, não deveria ser uma responsabilidade individual, nem da família, nem muito menos das mulheres. Deveria ser uma responsabilidade social coletiva, que pode ser resolvida em termos coletivos.

Estas são questões que podem mudar muito e sobre as quais podemos pensar, porque até agora, fomos muito coloniais em nosso conceito de cidade, tanto que, frente a temas como a mudança climática, por exemplo, ainda dependemos de modelos europeus, que não têm nada a ver com a América Latina, como o da cidade compacta<sup>16</sup>. Temos que buscar novos marcos conceituais que nos

<sup>16</sup> Entende-se por cidade compacta aquela cidade “densa, com mescla de usos que promovem a atividade econômica

permitam abordar os problemas de nossas cidades extensas, de baixa densidade e fragmentos de desigualdade. O que temos que ter claro, primeiramente, é que é preciso romper com a neutralidade das políticas, com a política pensada de maneira androcêntrica e patriarcal; que temos de pensar na diversidade; temos de “enegrecer e indigenizar” nossas políticas e olhares. A omissão das mulheres se reproduz no caleidoscópio dos territórios e dos espaços como resultado deste modelo. É certo que nos anos 70, 80 e 90 avançamos no reconhecimento, com políticas como as dirigidas às chefas de lar e outras que levam em conta os filhos com deficiência ou o número de filhos; mas essas políticas ainda estão pensadas em chave maternal, como se as mulheres, para cuidar, precisássemos ter filhos. Isso, absolutamente, não é assim. As mulheres somos cuidadoras com ou sem filhos, somos cuidadoras por excelência, da comunidade, da sociedade, da família. É preciso repensar isso rompendo essas epistemes patriarcais, temos que pensar a partir daquilo que produzimos e categorizamos desde o feminismo porque há ali uma série de pontas que nos permitem olhar os territórios, o cuidado, o trabalho e a vida nas moradias com novas chaves, vinculadas não só a essa desigualdade de unidade, mas também à diversidade, a essa subordinação de gênero que é a omissão das mulheres e das diversidades. Há vários temas que surgem, então, e que é necessário discutir em relação aos conceitos sobre como pensamos a cidade. Ana Hidalgo, a prefeita de Paris, fala da “cidade de 15 minutos”. Talvez, isso seja possível para Paris, mas não é possível para São Paulo, Buenos Aires ou Córdoba. Temos que pensar em outras chaves para suturar as desigualdades dos territórios urbanos que nos bofeteiam dia a dia. É preciso pensar nos conceitos de proximidade a partir de outros lugares. Pensar nesse atributo, mas desde outros olhares e perspectivas, a partir das realidades dos nossos territórios, das nossas cidades latino-americanas.

## HELENA SILVESTRE

Chega-nos uma pergunta sobre se vocês, Ana e Raquel, conhecem exemplos de incorporação da ótica do cuidado na política urbana e na política habitacional, em práticas concretas, em algum lugar da América Latina.

e incentivam trajetos curtos para o desenvolvimento dos trabalhos cotidianos dos cidadãos, com alta dependência do transporte público”. (Patricia Torres, *As cidades compactas*, em BID, *Cidades Sustentáveis*).

## RAQUEL ROLNIK

Não tenho uma boa notícia para responder a essa pergunta. Evidentemente, deve haver experiências pontuais, específicas em alguns lugares, mas a política habitacional, em geral, nos países da América Latina não tem nada a ver com as necessidades habitacionais das pessoas. Basicamente, foram trabalhadas até o momento para responder às necessidades da indústria da construção civil e da indústria financeira, e por isso se produz nas cidades. Por isso nunca logra nada no que diz respeito a como as pessoas organizam suas vidas; por isso, sequer pensam a questão do cuidado; por isso, temos essas plantações de casas no meio do nada. Não porque os arquitetos não tenham imaginação, mas porque a planificação não passa por aí. Essa é a transformação que teremos que fazer em relação à política habitacional; esse é o processo radical, não só de descolonização e de colocar o foco no cuidado, que é absolutamente essencial, mas também na ruptura da hegemonia da indústria da construção e das finanças, que são a mesma coisa. Agradeço essa pergunta porque acredito que é um dos elementos centrais para repensar, juntos, a política urbana e habitacional. E um dos conceitos básicos dessas políticas é justamente o conceito de déficit. Mas o que é esse déficit? Nada mais que o número de moradias que a indústria civil tem que construir. O déficit não tem quase nada a ver com as necessidades habitacionais. Necessária e importante, é essa cultura paradigmática [dos territórios] porque traz, com essa gramática cotidiana, o tema do cuidado, que é capaz de inverter a equação atual.

Quero agradecer-lhes demais porque aprendi muito com vocês hoje aqui, especialmente porque não venho do pensamento feminista, minha trajetória e reflexões foram outras. Entretanto, senti-me completamente em casa. Muito obrigada.

## ANA FALÚ

Agradeço a todas por este convite, foi um prazer estar aqui. Farei um último comentário bem pequeno sobre as lutas. As lutas contra a privatização e todas as lutas de resistência são realmente o exercício da agenda dos direitos das mulheres à cidade. Junto às mulheres populares de sete cidades da América Latina, confeccionamos uma agenda, trabalhada a partir de distintos enfoques. Essa agenda contém as prioridades dessas mulheres, não aquelas que os arquitetos

ou arquitetas colocam, tampouco os técnicos ou técnicas, nem os políticos ou as políticas: são as próprias mulheres quem a construíram. Aqui, elas levantam o tema do cuidado como central; manifestam sua rejeição à cultura patriarcal e afirmam todos os seus direitos. São as próprias mulheres quem buscam reconstruir esses vínculos em seus bairros e tratam de criar cidades mais visíveis. E não haverá cidades mais visíveis se elas não forem pensadas em chave de cuidados. Concordo com Raquel quanto às políticas habitacionais, que não têm nada a ver com a demanda e a necessidade das pessoas, e muito menos com as necessidades e as demandas das mulheres, que foram invisibilizadas e omitidas durante centenas de anos – esses duzentos e cinquenta anos dos quais falou Raquel. Entretanto, temos que dizer que há algumas pequenas luzes, algumas portinholas que se abrem, e que teremos que abrir mais delas para sair, para brincar e dançar. Por exemplo, a nova prefeita de Bogotá é uma feminista que está reunindo as organizações sociais, o movimento feminista, técnicos e técnicas para desenhar um sistema integral de cuidados. O sistema de cuidados é algo complexo e podemos visibilizar essa complexidade quando trabalhamos em projetos concretos, como fizemos recentemente, para garantir os cuidados das crianças de 0 a 5 anos, de modo a permitir que as mulheres pudessem ser autônomas e sair para trabalhar, fazer vida política ou para desfrutar a vida simplesmente. Vemos, então, que é necessário dispor de espaço para os e as deficientes; lugares diurnos públicos – locais, espaços municipais – para os idosos e as idosas dependentes, que necessitam de alguém que os cuide. Esses cuidados têm complexidades e escalas. Uma coisa é o cuidado no plano da cidade, que nesta pandemia expressou-se com absoluta clareza: 70% do pessoal da saúde está constituído por mulheres; algo similar ocorre com os supermercados e com as farmácias. A maior parte das pessoas dedicadas à atenção e ao cuidado durante a pandemia nas cidades são mulheres. Nos bairros, são majoritariamente as mulheres quem atendem nos restaurantes populares e quem cuidam da infância, fazendo milagres com o pouco que têm para garantir a higiene e a alimentação. Nos lares, as mulheres são as cuidadoras por excelência. A isso me refiro quando falo da escala dos cuidados, os territórios que temos que analisar vão desde o território do corpo ao território da casa, ao do bairro, ao da cidade – cada um, complexo em si mesmo. Mas também está a complexidade dos cuidados, que não é somente atender à infância, aos velhos e aos doentes; também é cuidado ter acessibilidade, poder trasladar-se com segurança, sem ser manuseadas nem violadas no trajeto do ponto de ônibus até sua casa. Cuidado, então, é um termo complexo: o cuidado da vida é cuidado; o cuidado do planeta, do meio ambiente é cuidado; existem muitos

cuidados a que temos que atender. A política dos cuidados tem de estar na agenda urbana, não podemos falar de uma agenda urbana que atenda as desigualdades, que trate de suturar as feridas do território, as feridas sociais, se não pensarmos em chave de mulheres, de diversidade, de cuidados; em chave, também, de economia informal, porque o mercado informal está constituído majoritariamente por mulheres. Todos esses são temas da agenda feminista, da agenda urbana e da agenda habitacional com que temos que cruzar e que temos que trabalhar entre todes.

## HELENA SILVESTRE

Terminamos então mais uma das lindas Conversas Latino-Americanas deste Ciclo de Debates Feministas, que tenta ampliar um pouco o olhar que se tem sobre as pautas feministas e, na verdade, conseguir olhar tudo através de lentes feministas também, buscando o nosso lugar em cada uma dessas discussões.

Muitíssimo obrigada às duas, também a Graciela Rodriguez, foi um prazer enorme, e nos encontramos por aí, nas ocupações, nas lutas, nos debates. Pois é assim que vamos produzindo a cidade: na marra, mas com um sonho na frente.

## DEBATE 6

# DEBATES CONTEMPORÂNEOS DA ECONOMIA FEMINISTA

DEBATEDORAS | Cristina Carrasco, Mônica Francisco

MODERADORA | Norma Sanchís

26 DE NOVEMBRO DE 2020

## NORMA SANCHÍS

Neste encontro, estabeleceremos um diálogo entre a economia feminista e a economia social ou economia solidária, com enfoque feminista. A economia feminista não é uma invenção recente. Ainda que algumas de nós tenhamo-nos aproximado dela nos últimos anos, na realidade, é uma área que se vem desenvolvendo há bastante tempo. É uma construção que teve seu grande momento nos anos 70 do século passado, na chamada terceira onda do feminismo, e que levanta críticas às tradições econômicas existentes, com uma importante elaboração teórica e com análises empíricas. É impressionante a produção, os espaços de encontro, os debates que ocorreram sobre este tema. Mas é necessário reconhecer que a economia dominante, hegemônica, a economia capitalista, não foi muito receptiva aos questionamentos da economia feminista. De

alguma maneira, mantêm-se por vias paralelas, sem que a economia feminista tenha tido maior influência ou provocado mudanças neste grande bloco da economia hegemônica.

Outras áreas, como a Sociologia ou a Antropologia, que também tiveram seu auge nos anos 70, foram talvez um pouco mais permeáveis e os enfoques feministas tiveram impacto em suas principais correntes de pensamento. Parece, sem dúvida, que o pensamento econômico é especialmente duro, sobretudo na etapa atual do capitalismo, com um paradigma neoliberal que supõe que só exista o que passa pelo mercado, o que se compra e se vende, e tudo que fica fora – justamente aquilo de que se ocupa a economia feminista – não entra em seu campo, ainda que tenha valor, ainda que tenha valor econômico, ainda que seja imprescindível para a vida. E aquilo de que se ocupa a economia feminista é imprescindível porque sem esse trabalho não remunerado que fazem as mulheres não é possível a criação da força de trabalho, a criação de consumidores, nem mesmo a criação de seres humanos, sequer a vida mesma. É importante, então, ir abrindo brechas, aproveitar as fissuras e, seguramente, é disso que se trata o que irão apresentar as expositoras.

Além disso, está a economia social ou a economia solidária. Alguns a chamam também de economia popular, que faz parte da economia capitalista dominante, mas de forma subordinada. A corrente original remonta a pelo menos dois séculos atrás, com o cooperativismo e o mutualismo que algumas correntes socialistas propuseram como alternativa ao capitalismo dominante. As experiências mais recentes incluem uma diversidade de opções, desde o trabalho individual ou por conta própria, ao trabalho familiar no domicílio, à agricultura familiar, ou unidades autogeridas mais ou menos horizontais. Também uma variedade enorme de atividades produtivas, como a produção domiciliar ou caseira de alimentos ou roupas que são comercializadas ou trocadas nas feiras populares, nos mercados ou no comércio ambulante. Algumas dessas formas autogeridas, mais horizontais, mais democráticas, mais equitativas, tendem a se formalizar em cooperativas ou redes de empreendimentos que podem, inclusive, ter acesso a licitações, a concursos, a compras do Estado. Todas estas questões, vamos tratar de aprofundar neste Encontro.

## CRISTINA CARRASCO

Pegando o fio do que dizia Norma, a economia feminista, com efeito, não somente não é de on-

tem, ainda que muita gente a conheça somente do passado, senão que tem, inclusive, antecedentes anteriores aos que vou citar. É uma corrente cujas raízes vêm do século XIX, quando aparece o que depois foi chamada de primeira onda do feminismo, representada por várias mulheres que participaram dos debates e discussões com aqueles considerados os grandes clássicos da economia. Isto aconteceu no período dominado pelo pensamento econômico clássico, que se inicia com Adam Smith e termina com Karl Marx, entre finais do século XVIII e do XIX. Antes, em qualquer faculdade de Ciências Econômicas, havia uma disciplina de História do Pensamento Econômico; agora, como ganharam terreno o pensamento matemático e a corrente neoliberal, esses cursos foram acabando. As disciplinas dedicadas a dar conta do pensamento clássico nunca consideravam, sem dúvida, as contribuições das mulheres que haviam intervindo naqueles debates. Não obstante, houve mulheres que deram contribuições significativas a discussões que seguem atualmente, como por exemplo, a desigualdade salarial entre homens e mulheres – que naquele tempo era de 80% e agora é menor, mas sem que a lacuna desapareça. Ou, por exemplo, a questão da resistência a que as mulheres do que hoje chamaríamos de classe média entrassem no mercado de trabalho, questão em que havia uma dupla moral porque as mulheres mais pobres trabalhavam nas fábricas desde o século XVIII, e antes inclusive. As mulheres sempre trabalharam muitíssimo, então por que havia essa oposição ao emprego? Algumas mulheres deram respostas fantásticas a essa pergunta. Elas descobriram e explicaram que os homens não se opunham a que as mulheres trabalhassem, mas que ganhassem um salário por esse trabalho, porque queriam manter o monopólio do aporte financeiro à casa. Em uma sociedade capitalista, dinheiro é poder, e isso se verifica tanto nos níveis macro, onde os grandes poderes econômicos manejam tudo, inclusive a política e os Estados, como nos níveis micro: a pessoa que traz dinheiro para casa para seu sustento tem o poder na casa. A estes primeiros debates seguem outros, sobre igualdade salarial ou o salário social, no começo do século XX e, nos anos 20 e 30, os debates sobre a valorização do trabalho doméstico – ou seja, os debates foram contínuos.

Na primeira metade do século XX, houve uma série de conflitos – duas guerras mundiais, a Revolução Russa – que desativou muitos debates. Mas, como disse Norma, a partir dos anos 60, esses debates foram reativados, tanto pela teoria feminista – muito autônoma –, como pela teoria marxista – que também foi reativada durante esses anos. Dá-se, então, um debate sobre o trabalho doméstico (que levou este nome: “debate sobre o trabalho doméstico”) que durou uns 10 anos e marcou o início do que será depois a economia feminista. Desse debate participaram

sobretudo marxistas feministas e feministas marxistas, e se discutiu, basicamente, em termos marxistas. A partir daí, abriram-se muitos caminhos a serem seguidos e, já nos anos 70, assume-se a denominação de economia feminista.

A economia feminista começa como uma crítica profunda da economia dominante, neoclássica, que é a economia teórica que sustenta o sistema que temos hoje. Trata-se de uma crítica tanto teórica quanto metodológica e que – como acontece sempre que não gostamos do funcionamento de algo – tinha que ser superada para, não somente apontar o que estava mal, mas também alcançar um nível propositivo. A economia feminista, então, faz uma crítica demolidora e muito precisa da economia neoclássica – e, portanto, do sistema em que vivemos – e, a partir dos anos 80 e começo dos 90, começa a elaborar propostas. Aqui retomo a pergunta que fez Norma sobre as razões de a economia dominante nunca ter levado em conta a economia feminista, quando sim, por exemplo, teve em conta (não incorporado, porque incorporar seria uma contradição) a economia ecológica, que começou mais tarde. Creio que isso responde à potência do pensamento da economia feminista. Quando há um pensamento potente, em vez de enfrentá-lo, é preferível desviar-se dessas linhas de reflexão e seguir outras, paralelas. Por exemplo, o pensamento marxista de finais do século XIX foi muito potente; sem dúvida, ou precisamente por isso, a nova economia que nasce nessa época não discute com o pensamento marxista. O que faz – em vez de trabalhar com a produção de mercado, com a organização da produção ou com as classes sociais – é desviar-se e falar de mercado, oferta e demanda, sem entrar no debate, construindo uma linha paralela. Com o pensamento feminista, em geral, e com a economia feminista, em particular, acontece o mesmo. É um pensamento potente e, portanto, nunca o enfrentaram diretamente. Desprestigiam-no, zombam, riem de nós porque é um pensamento que dá medo ao patriarcado e ao capitalismo; por isso, não o enfrentam diretamente.

Hoje, não é preciso ser muito inteligente para saber que temos um sistema capitalista, heteropatriarcal que, além disso, é racista, classista e neocolonialista, como vemos em tudo o que está fazendo na América Latina, e que também é depredador da natureza. Por isso, dizemos que é um sistema biocida, que ataca a vida, a quem a vida não importa – nem a vida humana, nem a não humana. Por conseguinte, ao não considerar a vida, tampouco dá valor aos trabalhos diretamente relacionados com ela. Em troca, valoriza os trabalhos relacionados com o processo de acumulação do capital, porque o objetivo deste sistema centra-se nos mercados. O que lhe interessa é o crescimento, a produtividade – como a chamam, ainda que se possa discutir – para acumular

capital nas mãos de uns poucos. Assim, estamos continuamente nesta espiral de aumento do crescimento para aumentar o capital, e os trabalhos valorizados são aqueles que contribuem para esse objetivo – diariamente, vemos como as multinacionais, ou as multilatinas usurpam os territórios, acumulam poder e têm os Estados cada vez mais prisioneiros. No entanto, a humanidade, ao longo de toda sua história, tem necessidade do trabalho diretamente relacionado com a vida, o que hoje chamamos trabalho doméstico e de cuidados, ou, às vezes, trabalho de reprodução – ainda que não goste muito dessa denominação. Esse trabalho doméstico se deu, em cada momento histórico, no âmbito de distintas relações, mas, geralmente, quem os realizava eram as mulheres (em algum grupo originário, pelo que podemos saber, talvez não tenha sido assim, mas em geral é) e sem remuneração. Aqui, quero citar um economista ecologista, muito sensato, muito inteligente, que viveu no século XX e que é autor de um artigo que se chama “O trabalho doméstico como calcanhar de Aquiles”<sup>1</sup>. Este artigo diz que “a sobrevivência da raça humana dependeu, primeiro, da exploração das mulheres, sem a qual teria desaparecido há muito tempo”<sup>2</sup>. Nessa citação, o autor está valorizando exatamente o que significa o trabalho que realizamos, fundamentalmente, as mulheres. A diferença entre as distintas sociedades, nesse aspecto, reside, sobretudo, na valorização que cada uma deu ao trabalho doméstico. Em muitos povos originários, esse foi um trabalho valorizado por seu funcionamento através das comunidades, e não um funcionamento individualista como é hoje. E para a comunidade, a vida era importante e também o era a natureza porque se sabia parte dela. Portanto, o trabalho que se ocupava diretamente da vida era muito valorizado pela comunidade. Por outro lado, em nosso sistema não se valoriza do mesmo modo. Esse trabalho está diretamente relacionado com a vida e, por meio dele, reproduzimos também a força de trabalho. Quer dizer que parte da vida é parte da reprodução da força de trabalho que irá para o mercado no dia seguinte, ou na geração seguinte. E isso explica por que este sistema se recusa a valorizá-lo. Ao não valorizar a quantidade de trabalho doméstico que a força de trabalho empregada no mercado leva incorporada, o capital se exige também

<sup>1</sup> Kenneth E. Boulding (1910 – 1993), economista americano nascido na Inglaterra, educador, ativista pela paz e filósofo que trabalhou em múltiplas áreas. É autor dos influentes livros *The Image: knowledge in life and society* [A Imagem: o conhecimento na vida e na sociedade] (1956) e *Conflict and defense: a general theory* [Conflito e defesa: uma teoria geral] (1962). [N. da E.]

<sup>2</sup> Boulding, Kenneth E., *The household as Achille’s Heel*, *The Journal of Consumer Affairs*, v. 6, n. 2 (Winter 1972), p. 110-119 (10 p.). [N. da E.]

de remunerar esse trabalho. O salário, naturalmente, também contribui para a reprodução da força de trabalho e, às vezes, conforme os governos, também o fazem alguns serviços públicos; no entanto a reprodução repousa, fundamentalmente, sobre o trabalho de apoio e de cuidados. Portanto, ele será valorizado no momento em que essa força de trabalho, que chega ao mercado tenha que ser remunerada pelo valor total que leva incorporado. Mas, em vez disso, ao não considerar o trabalho doméstico e de cuidado como trabalho, pode remunerá-lo muito abaixo de seu valor, e esta tem sido uma das maiores fontes de benefícios de nosso sistema.

Além disso, ainda que não vá tratar deste tema, o sistema também explora a natureza, e essa exploração representa outra parte importante dos benefícios. Temos, então, dois pilares que estão sustentando o sistema econômico capitalista, sem os quais ele deixaria de existir. Estas duas economias – a economia da natureza e a economia do cuidado – não são contabilizadas, portanto é fácil transferir os custos para essas despesas, uma vez que permanecem invisíveis. E não têm contabilidade – não queremos que a tenham – porque não tem sentido nenhum. Por exemplo, na natureza, que preço tem a fotossíntese? Que preço colocaríamos ao ciclo da água que, além disso, não depende de nós? São processos que a natureza faz por sua conta, mas que nós necessitamos para viver, sem os quais não viveríamos. Ou que preço damos ao petróleo, que custou milhões de anos para se formar? Ou aos recursos esgotáveis em geral? Por outro lado, nos trabalhos de cuidados, que preço podemos dar à vida de uma criança? Não há sentido em atribuir-lhe um preço no mercado e, além disso, não o queremos, porque nem tudo deve passar pelo mercado. Não queremos lhes dar um preço porque têm outro tipo de valor, porque nem tudo é valor monetário.

O que faz, então, a economia feminista quando elabora uma proposta alternativa, ou seja, quando coloca que esse paradigma contra a vida não lhe interessa é, portanto, deslocar o objetivo da acumulação do capital para o objetivo do cuidado da vida. Isto é o que se conhece como contradição capital-vida. Aqui, criamos o termo “sustentabilidade da vida”, a partir do qual abre-se um debate que está, e deve estar, em contínuo processo de desenvolvimento: o que significa sustentar a vida. Que vida queremos sustentar, o que chamamos vida boa, um bom viver, ou boas condições de vida para toda a população mundial, não só para um setor. Seguramente, não há definições claras para estas noções, há que elaborá-las e aprofundá-las, de modo contínuo; senão, as palavras se convertem em *slogans* vazios de conteúdo, e o sistema rapidamente as utiliza, como vemos nas publicidades de bancos, oferecendo-nos “produtos sustentáveis para a vida”. A economia feminista inclui os processos de reprodução na sustentabilidade da vida e os proces-

sos de reprodução têm como eixo os cuidados, de modo que há aqui toda uma gama de conceitos que é preciso continuar debatendo. Quando dizemos que esses trabalhos são realizados, fundamentalmente, por mulheres, gostaria de fazer uma observação. É verdade que, em um sistema patriarcal, esse trabalho é realizado pelas mulheres, mas se esse sistema é também classista, então, é realizado pelas mulheres mais pobres. E se é racista, o realizarão as mulheres não brancas. De modo que vemos que esse trabalho não valorizado é deixado nas mãos das camadas da população que a sociedade tampouco valoriza. Martha Nussbaum<sup>3</sup> dizia há algum tempo em um artigo que enquanto uma sociedade deixar os trabalhos de cuidados nas mãos de um setor da população identificado por classe, raça, gênero, ou qualquer outra categoria social de desigualdade, essa sociedade nunca poderá falar de igualdade ou justiça social. Esta me parece uma chave muito importante: nunca poderemos falar de justiça social enquanto esses trabalhos caírem nas mãos de determinados grupos da população que a sociedade considera inferiores.

Apesar de o processo ter começado antes, aproximadamente a partir do ano 2000 (o momento varia segundo os distintos países), aparece o que se chama de crise dos cuidados. As mulheres cada vez mais saem para estudar; saímos para o mercado de trabalho; fizemos cair a fecundidade; vamo-nos empoderando. Com tudo isso, simultaneamente, ocorre um envelhecimento demográfico de onde vem a crise dos cuidados. Nela, as mulheres começam a ser vistas como malabaristas do tempo, tentando conciliar tudo – fenômeno que a grande maioria de nós experimentou em seu próprio corpo. Parecia que a oferta de trabalho para as mulheres ia ser infinita, mas não foi, também temos limitações. Embora as mulheres víssemos, vivêssemos, experimentássemos e continuássemos a experimentar isso, dentro das instituições, na estrutura social e no setor masculino da população, creio que muito poucos o veem ou simplesmente não querem vê-lo: a famosa cegueira patriarcal histórica. Agora temos à frente os efeitos desta crise dos cuidados, e gostaria, então, de falar de suas causas. É uma crise que estamos vivendo com distintas características, segundo os territórios – no Norte global, com umas; no Sul global, com outras –, mas qual é a raiz dessa crise? Creio que aqui se revela a essência do problema com o sistema capitalista, um sistema que se orienta, como dizíamos, pela acumulação. No capitalismo, sempre,

<sup>3</sup> Martha Craven Nussbaum (1947). Filósofa americana, professora da Universidade de Chicago na Escola de Direito e no Departamento de Filosofia. Interessa-se particularmente por filosofia grega e romana, filosofia política, existencialismo, feminismo e ética, incluindo os direitos dos animais.

quanto mais, melhor. É um sistema avarento, que usa a avareza para seguir crescendo e acumulando – Karl Marx, referindo-se aos capitalistas de sua época, dizia: “Acumular, acumular, malditos!”. O objetivo é seguir crescendo, seguir acumulando e, com isso – que é a definição do próprio sistema – por um lado está-se destruindo sua base natural, a natureza mesma, e, por outro, está-se desestabilizando todos os processos de reprodução. Essa destruição de suas bases ainda pode levar muito tempo e ainda pode custar muitas mais vidas no caminho, mas a auto-destruição está na própria definição do sistema, é um elemento constitutivo dele. Se quiser se manter, tem de continuar esse processo e, portanto, sua dinâmica expansiva é absolutamente incompatível com a vida, humana e não humana, pela própria definição do sistema.

Atualmente, a pandemia que estamos vivendo nos permitiu ver com bastante clareza como funciona o sistema capitalista e quais são os debates atuais, dos quais falarei na segunda parte. Até aqui, referi-me ao centro da economia feminista atual. A partir desse marco, teremos de perguntar-nos como analisamos toda a problemática que estamos vivendo.

## NORMA SANCHÍS

Isso que a Cristina falou por último me faz recordar algumas posições que dizem que, ainda que a pandemia seja produto da voracidade do capitalismo atual, também é profundamente democrática porque pode afetar igualmente a todos – ainda que saibamos que as condições não são as mesmas para todos. Creio que é possível que esta voracidade do capital – com o que tem de contraditório – se volte contra, inclusive, os setores ultraconcentrados, que encontrem seu limite nos impactos na natureza, ou na contradição dos mercados.

## MÔNICA FRANCISCO

Boa tarde a todas, todos e todes que nos assistem. Ouvir a professora Cristina é realmente muito inspirador.

Ao apresentar esse encontro, Norma referiu-se ao feminismo como, entre outras coisas, espaços de debate e encontro. E, de fato, os espaços feministas e de mulheres são espaços em que o

manejo do tempo, do cuidado, da paciência e da empatia são cada vez mais evidentes e explicitam, por sua vez, uma existência totalmente automatizada e desumanizada, dissociada de uma lógica mais solidária, mais cuidadosa, mais afetiva, no sentido de afetar as pessoas a partir de uma relação dialógica. Vivemos em uma sociedade extremamente tecnológica, veloz, em que tudo é muito rápido, tudo é muito fluido, então temos que cuidar do manejo do tempo. O tempo neste encontro, por exemplo, não é infinito, mas é um momento para a elaboração de diálogo, de conversa, é um momento para compartilhar. E quantos espaços feministas produzem entre nós essa possibilidade de compartilhar, de usar o tempo de outro modo? Quando falamos de uma relação de afeto, é preciso estarmos presentes com essa outra forma de gestão do tempo, mesmo em situações como esta, em que falamos de questões muito pragmáticas, muito duras, como aquela conformação ortodoxa da economia que coloca corpos, especialmente os corpos das mulheres e mulheres não brancas e negras, em um lugar de extrema subalternidade.

Então eu começaria fazendo uma pergunta muito básica e muito importante: quem está pensando na economia, quem está produzindo conhecimento, quem produz e reproduz a ciência econômica, quem constrói a ortodoxia econômica? Essas pessoas são, em sua maioria, homens brancos, representantes das elites das camadas altas e médias das sociedades ocidentais. A economia deveria estar firmemente moldada nos modos de vida dos grupos sociais, em suas formas de reprodução da vida, suas vivências, seus saberes e suas realidades. Mas em vez disso, é produzida a partir de uma lógica patriarcal, machista, extremamente sexista e misógina, e isso é o que lhe dá o tom. A economia feminista e o pensamento com perspectiva feminista, em geral, se constituem, desde o momento histórico de sua ascensão, em confronto e tensão com essa lógica de produção e reprodução do pensamento hegemônico a partir de uma ortodoxia masculina e masculinista, violenta, cuja ideia de força – como a da própria sociedade capitalista – é a dominação. Uma dominação exercida a partir da acumulação e da hierarquização dos corpos. Primeiro, os corpos das mulheres e, entre os corpos das mulheres, os de mulheres não brancas e negras, que ocuparão um espaço hierárquico de valorização diferenciada. Temos, então, uma hierarquização do valor das vidas, vidas altamente militarizadas, controladas e dissociadas dos processos oficiais. Então, insisto, é necessário pensar sobre quem está produzindo pensamento.

Pensar quem e onde estão construindo o pensamento, também nos dá pistas para pensar sobre as formas em que a organização dos estados-nação, as lógicas de gestão, a economia política dos corpos das mulheres, nestas sociedades, estão atravessadas por uma série de questões vin-

culadas ao processo de dominação. Todos esses aspectos são aliados do processo de acumulação, acumula-se para dominar e manda quem provê. Todos eles também contribuem para a produção de espaços altamente estressados dentro de nossas sociedades e, portanto, para o aumento da violência. No marco de um capitalismo cada vez mais expropriador, depredador, com escassez de emprego e de possibilidades de inserção no mercado de trabalho, com um número crescente de homens fora desse mercado – homens pobres e desempregados, em uma sociedade classista – a violência contra as mulheres está aumentando.

Por isso, é necessário mudar o próprio modelo econômico. O modelo em que vivemos invisibiliza [as mulheres], o valor do que produzimos não aparece em nenhum dos lados, não é visto, por exemplo, nos PIBs. Isso gera uma tensão, uma dicotomia entre o processo de produção e o de reprodução, também hierarquizada. A produção terá um valor muito maior do que a reprodução, pois a reprodução é invisível, é responsabilidade das mulheres, cujas existências já estão altamente precarizadas. Essa precarização ocorre não só no mundo do trabalho formal, mas também em todas as relações de trabalho na sociedade. A precarização e a invisibilização, por sua vez, contribuem para a diminuição do valor [do trabalho das mulheres] e de suas possibilidades. Imersas nessas relações de dominação – capitalistas e racistas – as mulheres negras estão submetidas a uma violação sistemática, a uma diminuição do valor de sua produção e reprodução. No Brasil e em toda a América Latina, as mulheres não brancas e negras estão na base da pirâmide, tanto em termos de serviços ou trabalhos que desempenham, quanto em termos de remuneração, quando são remuneradas. No Brasil, particularmente no Norte e Nordeste, mas também no estado do Rio de Janeiro, nos municípios mais pobres, há uma apropriação do trabalho feminino negro sem retorno monetário. O acesso desigual ao dinheiro, isso é algo que durante a pandemia ficou muito exposto, por exemplo, em relação ao auxílio emergencial concedido pelo Estado. Mais de 40 milhões de pessoas nunca passaram pelo sistema financeiro, nunca haviam sido bancarizadas, ou seja, nunca haviam passado por um posto de trabalho formal que lhes desse acesso a uma simples conta salário. A maioria desses 40 milhões é composta por mulheres, mulheres negras e não brancas. A invisibilização e o não reconhecimento do trabalho reprodutivo das mulheres são extremos, nem sequer são medidos. Você é sempre produtivo, não aparece no PIB de nenhum país, é visto como algo idílico, como um ato de entrega, de amor, como uma dádiva para o outro – para a família, os filhos, marido, companheiros e companheiras. Trata-se de uma lógica completamente desumanizada e hierarquizada que, em uma sociedade onde

a acumulação fortalece o processo de dominação, distingue entre grupos sociais e invisibiliza o trabalho reprodutivo das mulheres. Ela também cria hierarquias entre as mulheres; mulheres negras e não brancas são expropriadas de valor, valem menos por serem negras e não brancas, sua posição é de extrema vulnerabilidade, em contextos de racismo e em regiões altamente militarizadas. Seus corpos são controlados, a circulação dessas mulheres é controlada, são corpos perigosos.

Mas, a partir de todas essas iniquidades e vicissitudes, as mulheres produzem respostas de auto-organização, autogestão, cooperação; respostas respeitadas da escala humana e da estreita relação e de cuidado com o meio ambiente. Na lógica da economia solidária, a pessoa é o centro dos processos de produção, reprodução e intercâmbio. Eles surgem da relação com o ambiente, com o território. Acompanhei muitos grupos de mulheres – como a Rede de Mulheres Empreendedoras da região metropolitana do Rio de Janeiro – e sempre observei que, quando as mulheres se organizam em seus coletivos (ou coletivas) fazem-no em uma relação dialógica com o território. Eles conseguem afetar não só seus grupos específicos, mas toda uma localidade, um território. Trata-se de outro modelo de economia, um modelo que deve ser pensado a partir da lógica da reprodução da vida dos grupos sociais, suas vivências e realidades, no marco de um diálogo ampliado com todas as forças envolvidas no processo de produção e reprodução. Nesse modelo há visibilidade, há diálogo, há empatia; sua lógica olha para o mundo, para o território. E esse modelo é viável, é possível, como demonstrado pelos três mapeamentos da economia solidária que fizemos no Brasil, que revelaram uma força e uma potência extraordinárias. Essa força expressou-se claramente durante esses meses de pandemia em muitos espaços, municípios e regiões onde a economia é gerida pelas mulheres organizadas em seus territórios. Essas mulheres também organizam múltiplas resistências, como as de assentamentos agroecológicos e da agricultura familiar, que nada mais são do que isto: processos de resistência à fome. Tais iniciativas chegam com suas ações de ajuda humanitária inclusiva aos centros urbanos, onde os alimentos produzidos por essas cooperativas organizadas e gerenciadas por mulheres, a partir da lógica feminista, são consumidos. São verdadeiras experiências de resistência ao processo de expropriação, de recorte da vida, de morte, que parece ser o único norte das ações cada vez mais violentas que o Estado está produzindo. Porque estamos diante de um Estado que aprofunda sua opressão e seu avanço sobre os bens comuns de forma acelerada, o que nos leva à precarização extrema da vida. E a precarização da vida dos homens – seja pela violência das forças de segurança, dos

grupos armados; seja por outras violências a que os homens das camadas populares estão submetidos, seja pelo abuso de drogas ou pela incapacidade de trabalhar – sempre traz juntamente o mesmo resultado, com as mulheres assumindo cada vez mais responsabilidades. Mas não só isso, também aumentam a violência sobre os corpos das mulheres e as violações. Então, é preciso ver o laço que há entre o avanço de lógicas econômicas depredadoras e o aumento da violência contra as mulheres, e lembrar que na origem desta violência está o Estado. A sinalização das mulheres como um grupo perigoso também ocorre no marco dessas iniciativas econômicas das mulheres. Se já eram historicamente perigosas, quando organizadas para a gestão da produção e reprodução comunitária e para a articulação em rede de resistências territoriais, seus corpos se tornam ainda mais perigosos.

## NORMA SANCHÍS

É muito importante esta valorização do lugar das mulheres nos espaços de resistência nos territórios e, também, a leitura da economia solidária como uma lógica absolutamente diferente da lógica da economia dominante. Há muitas posições teóricas em relação à economia solidária, mas, sem ser especialista no tema, entendo que, em geral, não houve uma grande incorporação do enfoque de gênero dentro da economia social ou solidária. Creio que é um *deficit* muito sério, por isso valorizo tanto esta contribuição de Mônica, que põe no centro o eixo de gênero e o papel das mulheres como as mais exploradas em um sistema de acumulação tão perverso.

Por outro lado, ainda que saiba que há exceções, a economia feminista questiona bastante a economia dominante sem ter muito em conta a economia social, as tentativas locais de resistência, como estas das quais falava Mônica. Creio que o debate poderia continuar sobre esses temas que estou levantando e também sobre outro que quero levantar, em relação aos cuidados e o conceito tão enriquecedor de manutenção da vida. É muito significativo – há muita informação e evidência empírica que o sugere – que nos momentos de crise social e econômica, como este da pandemia, pelo menos em nossa região latino-americana, emergem, como cogumelos depois de uma chuva, as mulheres sustentando a vida comunitária e na linha de frente do fogo para conter e sustentar a vida, ainda que com risco e ao custo de suas próprias vidas. Isso está acontecendo agora em muitos restaurantes e “paneladas” populares das favelas da Argentina: mulheres

que sustentam esses espaços, como podem, inclusive levando os alimentos às casas das pessoas doentes e contagiando a elas mesmas. Poderíamos pensar também esta situação de emergência na crise – não só econômica, mas também social e sanitária – que vivem a região e o mundo por causa da pandemia, e que novas configurações aparecem no seu contexto.

## CRISTINA CARRASCO

A situação que estamos vivendo nos obriga a várias reflexões. Por um lado, o vírus, além de criar uma série de problemas para uma parte importante da população, também permitiu visibilizar o sistema em toda a sua crueldade. Vimos que sua prioridade não é a vida, vemos isso em praticamente todos os países da América Latina, onde ficou evidente quais sistemas de saúde tínhamos, quais elementos e estrutura social, para ajudar a sustentar a vida e os cuidados. Nada disso era prioritário, em quase nenhum país lhe davam a importância que merece; mas, agora pelo menos, podemos refletir sobre o que está acontecendo.

Também acredito que a Covid-19 não criou uma grande crise; o que ela fez foi agravar as que já existiam: a crise alimentar, a crise dos cuidados, a crise ecológica, a crise financeira etc. Além disso, todas estas crises se aguçam e se superpõem em um cenário de fortes desigualdades. Tudo isso me leva à conclusão de que “a culpa” não é do vírus, mas de uma organização neoliberal que mantém essas desigualdades e que não tem como objetivo cuidar das pessoas. É verdade que o vírus não discrimina, pode atingir a todas e a todos; mas também é certo que os efeitos – como dizia Norma – são muito desiguais, justamente por causa desta organização social. É diferente, para enfrentar o vírus, estar bem alimentado ou estar mal alimentado; viver em um lugar com superpopulação, em casas pequenas, ou morar em casas grandes e bem ventiladas; ter acesso a um bom sistema sanitário e de saúde ou não ter acesso a quase nenhum. Os efeitos e os resultados são totalmente distintos. Mas chega esse vírus e revela até que ponto todos somos interdependentes. Portanto, neste cenário, a perspectiva feminista, que vem sendo elaborada faz muito tempo, deixou às claras sua sensatez.

Além disso, a ordem de ficar em casa foi absolutamente discriminatória. Os governos não levaram em conta que nem todas as famílias são compostas por pai, mãe e filhos: que há famílias monoparentais, há famílias de idosos e outras. Não levaram em conta também as desigualdades

que existem entre os bairros e entre habitações e outras, como se não soubessem em que países vivemos. Então, nesta situação de desaceleração dos mercados, em que muitos trabalhos foram interrompidos ou diminuíram de volume, os trabalhos de cuidados foram os únicos que aumentaram. Não estou falando dos trabalhos relacionados à saúde, mas dos trabalhos nos lares ou em locais de residência, como o cuidado das crianças que, por causa da ordem de ficarem em casa, não vão à escola; ou dos idosos que tiveram que deixar as casas de repouso. Também me refiro a todos os trabalhos de cuidado remunerados, como os trabalhos nessas mesmas residências, o emprego doméstico, as cuidadoras em domicílio, ou todos os cuidados mais básicos quanto à alimentação. Neste contexto, deixamos de consumir muitas coisas, muitas não são mais produzidas e, sem dúvida, da maioria delas não sentimos falta. Isso nos tem de fazer pensar sobre nosso sistema de produção e de consumo, centralizado na acumulação de capital. É preciso mudar esse enfoque para orientá-lo aos trabalhos e com vista na produção necessária para manter a vida das pessoas. Isto é algo de uma sensatez incontestável, mas sem dúvida, a avareza parece impor-se. O decrescimento econômico do qual se fala, além disso, é algo que já está aqui, já começou. O problema é que, se não o gerimos democraticamente, os efeitos podem ser absolutamente adversos, não os que gostaríamos que fossem, mas os que poderiam afetar, de novo, a população mais vulnerável. O que vai decrescer e o que tem de crescer é algo que é preciso decidir e gerir; do contrário, as desigualdades podem continuar aumentando significativamente.

A economia feminista, a economia social e solidária e a economia ecológica são economias críticas, alternativas ao capitalismo. Existem muitos nexos entre elas, nos quais temos que seguir-nos aprofundando, se queremos construir uma economia distinta da neoclássica, uma, que seja para as pessoas. Esta é uma tarefa para ser levada adiante pelas distintas economias e entre diversas experiências. É necessário, além disso, ter em conta o que Sousa Santos<sup>4</sup> chama “ecologia dos saberes”, a recuperação dos saberes tradicionais. Às vezes, cremos que inventamos muitas coisas, mas não, quase tudo já tinha sido inventado; o que fazemos é introduzir mais tecnologia, mas muitos saberes basicamente já existiam. Na alimentação, por exemplo, no Brasil e em outros países, existem muitas formas cooperativas de organização para a produção agrícola

<sup>4</sup> Boaventura de Sousa Santos (1940), intelectual, pesquisador e ativista português. Graduado em Direito na Universidade de Coimbra, fundou ali a Escola de Economia, da qual foi professor. Também é Doutor em Sociologia pela Universidade de Yale, reconhecido internacionalmente. Goza de grande popularidade no Brasil, onde participou em edições do Fórum Social Mundial de Porto Alegre.

de mulheres. Essas cooperativas e essas mulheres já estão fomentando e praticando os chamados circuitos curtos da alimentação, que permitem que dentro de seus territórios se possa consumir o que se está produzindo. Desse modo, favorece-se a cooperativa de mulheres e economiza-se uma grande quantidade de energia. Em muitos países da América Latina, deixamos de produzir os alimentos tradicionais de nossos povos para produzir soja, por exemplo, e compramos alimentos que vêm da Ásia, que percorrem milhares de quilômetros para chegar. O exemplo dessas cooperativas agrícolas de mulheres nos ensina como produzir e usar a energia dos circuitos curtos. Podemos nos desacoplar dos grandes monopólios, se desenvolvermos em cada território o tipo de energia alternativa mais conveniente segundo suas características – conforme sejam territórios com muito sol, zonas de vento etc.

Creio que a economia feminista elaborou mais teorias, mais reflexões, enquanto a economia social e solidária fez mais experiências, e isto é bom porque, assim, podemos aprender umas com as outras. Temos discutido e trocado com muitas cooperativas, e vemos que elas procuram romper as relações capitalistas na produção que levam adiante. Isso é muito louvável, incrustar-se no sistema capitalista com outra forma de produção e com outras relações não é fácil, sobretudo porque é preciso sair para vender no mesmo mercado. Às vezes, esses circuitos curtos sobre os quais falamos se encontram, mas nem sempre é fácil. Outro problema é, precisamente, o do tempo para os cuidados: as cooperativas organizam a produção de maneira alternativa, muito mais humana, mas é muito complicado fazê-lo em lugares onde se encontram com relações capitalistas. Aqui há um debate que é preciso continuar fazendo, acerca da organização dos tempos e dos trabalhos em uma sociedade. O tempo de trabalho capitalista, de trabalho de mercado é um tempo imperialista, um tempo que, por poder, se impõe. Desde os dois anos, a pré-escola; depois, a escola e os estudos nos impõem um cronograma. E, mais tarde, o trabalho nos marca os horários, as jornadas, as férias, pelo resto da vida. O que sobrar de tempo pode ser dedicado aos cuidados, ao ócio, ao descanso, à leitura, mas o que sobra normalmente é muito pouco, e a pergunta é: por que se organiza o tempo desta maneira? Creio que teremos que mudar o olhar sobre isto. Quando falamos sobre colocar o eixo nos cuidados, não nos referimos só ao trabalho de cuidar das crianças e dos idosos – que, sem dúvida, é muito importante e pesado –, mas a olhar o mundo com uma visão de que o importante é a vida das pessoas. E, se olharmos o uso dos tempos por essa visão, veremos que a maioria das pessoas que tem um emprego tem também responsabilidades de cuidado, quer as tenham assumido ou não. Por que, então, a sociedade não

avalia esses tempos de cuidados necessários e organiza, a partir deles, a produção de mercado? Parece muito mais sensato, mais razoável e mais humano. Esse é o enfoque que queremos dar a todos os debates, um enfoque que parta dessa visão.

Por último, a pandemia revelou a falta de recursos e a deterioração dos serviços públicos e, portanto, a necessidade de recuperá-los. Esta é uma boa oportunidade e, para isso, são necessárias profundas reformas fiscais – pelo menos no meu país, no Chile, mas acredito que na maioria dos países. Em relação a tudo isso, não somos tolas nem ingênuas; sabemos como é difícil mudar um paradigma, e que isso não se faz em dois dias, nem em dois anos. Compreendemos, portanto, que enquanto tivermos este paradigma e estes estados, é urgente fazer políticas para amenizar ou resolver os problemas da população que está passando muito mal, especialmente, nesta situação de pandemia. Mas existem também períodos de transição, que às vezes são longos, e é justamente nessas transições quando é possível agir, tendo como farol os cuidados, como uma luz que nos guia na escuridão. O importante é mudar o olhar, que reconheçamos o caminho. Os cuidados podem-nos servir de alavanca para produzir pequenas mudanças, enquanto vamos mudando a visão geral. O que não podemos aceitar é que os cuidados sejam mais um ponto na agenda política. Neste momento, em que o Chile está em processo de elaborar uma nova Constituição, temos que saber claramente que não se trata de incorporar um artigo que fale das mulheres e dos cuidados. Não somos um ponto a mais na agenda política, trata-se de outro olhar.

## MÔNICA FRANCISCO

Cristina levantou algo muito importante: como podemos romper com o olhar dominante. E disse algo que sempre dizemos também, estamos produzindo pequenas revoluções até chegarmos a uma grande revolução que mude o padrão civilizatório para uma quebra do paradigma. É um paradigma muito consolidado, muito bem estabelecido, muito entrelaçado com outros elementos que fazem parte desse pilar que é a dominação, a exploração, a expropriação e a predação próprias do modelo colonialista de relações na América Latina. Não tenho dúvidas de que o processo de mudança de paradigma está sendo produzido e levado adiante com uma lógica feminista.

Quis comentar os avanços teórico-metodológicos da economia feminista no encontro com as outras economias alternativas mencionadas por Cristina. Minha visão, a partir da economia

solidária, está intimamente ligada à prática concreta, aos dados da vida real e da reprodução da existência, aos modos de ser e estar das mulheres organizadas nessas outras economias. A economia feminista, por sua vez, internaliza essas experiências dentro de uma estrutura marxista que coloca no centro a questão do valor e do intercâmbio e, a partir daí, elabora, organiza e constrói seu quadro de referência teórico-metodológica, em contraponto à economia capitalista. Mas essa economia capitalista é responsável por toda a violência e desigualdades que já falamos e que golpeiam, mais que ninguém, as mulheres, particularmente as mulheres pobres, as mulheres que se encarregam dos cuidados, as mulheres negras e não brancas. Por isso, me parece importante destacar a importância deste diálogo, que mencionou Cristina, entre a economia feminista e a economia social. Também, a importância da internalização da lógica marxista e da capacidade de produzir teórica e metodologicamente, de construir pensamento. Esta é uma contribuição muito valiosa para as outras economias e para as mulheres que as estão construindo e que partem da premissa de olhar a partir de seus corpos e de suas formas de produção. Uma contribuição que permite pensar sobre o valor do trabalho e o valor de troca de seu trabalho, seja na agroecologia, artesanato ou em outras áreas da produção.

Precisamos expandir esses elos, e não tenho dúvidas de que a pressão do feminismo e nossa força dialógica, especialmente na América Latina, produzirão transformações importantes. Novos corpos que aparecem na política. No Brasil, tivemos eleições muito recentemente, e novos corpos diversos e de mulheres diversas ocuparam o espaço da política. Elas pensarão sobre os orçamentos, as lógicas dos planos de Estado e, ali onde estão inseridas, disputarão dentro das instituições.

Estamos no meio de uma crise muito profunda, mas que não foi iniciada pela pandemia. É uma crise que a pandemia amplia e que escancara outras crises que já estavam-se sobrepondo. No Brasil, por exemplo, tivemos uma reforma da legislação trabalhista que precarizou o mundo do trabalho; o sistema da previdência também foi reformado, prejudicando os idosos; os orçamentos de educação e saúde foram congelados. Vivemos sob um modelo que não prioriza o trabalho formal, que desmantela as políticas para as mulheres, estamos em um momento extremo. Mas, em contraponto, estamos produzindo saídas práticas muito concretas, pequenas revoluções, pequenas ações que produzem algo muito forte, muito potente. Não podemos perder de vista as respostas que produzimos durante este período, o grande número de experiências das mulheres da América Latina. Conseguimos não só passar por esse período, mas também mostrar cami-

nhos, saídas, às vezes sob a forma de ações dentro das instituições; outras, nos territórios. Temos muitos desafios; nossos lares, nossas casas são hoje verdadeiros espaços de produção e reprodução, tanto do trabalho do cuidado quanto do trabalho remunerado. Ainda assim, o desemprego está-se tornando cada dia mais comum entre as mulheres e seus rendimentos diminuem pela reorganização sob a lógica do trabalho remoto. Uma série de desafios frente aos quais não ficamos esperando a grande mudança, e sim, temos respondido com pequenas experiências que não devemos perder de vista nem subestimar. Este mesmo espaço, por exemplo, no qual compartilhamos experiências, ampliamos conhecimentos e nos conectamos para produzir ações em rede é de enorme valor porque aumenta nossa capacidade de afrontar os desafios e transitar neste tempo até a ruptura deste sistema predatório, que se apropria dos bens comuns, esgota suas possibilidades e mata a vida.

## NORMA SANCHÍS

Agradecemos à Mônica por aproximar-nos da realidade do Brasil hoje e permitir-nos pôr em perspectiva estas pequenas ações de transição. Para ir finalizando o encontro, queria fazer uma última pergunta. Sabemos e reconhecemos que nossa região, além de sofrer esta convergência de crises – históricas ou mais recentes – está muito mobilizada, mas no conjunto da mobilização social na região, a do Chile foi emblemática. Enfrentaram com muita decisão a agenda neoliberal e esta é uma situação que nos comoveu e que temos seguido palmo a palmo, inclusive toda a terrível repressão com que o governo respondeu. Gostaríamos que Cristina nos contasse, para encerrar, o que foi essa mobilização, porque parece que esta pandemia caiu de presente nas mãos dos que queriam a paralisação. Gostaríamos de saber o que acha que vai acontecer daqui para a frente.

## CRISTINA CARRASCO

Estas mobilizações começaram há dez anos e, desde então, tivemos manifestações dos estudantes secundaristas, estudantes universitários, ou do movimento contra as pensões privadas, entre ou-

tros setores. Nessas mobilizações, a raiva de 30 anos<sup>5</sup> foi-se acumulando e, quando em outubro de 2019 o preço do metrô de Santiago aumentou, apesar do valor do aumento não ser verdadeiramente significativo, os estudantes secundários tomaram o metrô e se manifestaram nas ruas, em um processo que foi-se expandindo e se radicalizando com o passar dos dias e dos meses. O lema dessas mobilizações era “Não são 30 pesos<sup>6</sup>, são 30 anos” – referindo-se aos 30 anos transcorridos desde que o ditador Augusto Pinochet deixou o poder, aos quais devem ser somados os 17 anos de ditadura – ou seja, 30 anos de um neoliberalismo selvagem que é a herança da ditadura. Até hoje continua vigente a Constituição elaborada por Pinochet e alguns mais, em 1980. Nenhum governo dos ditos democráticos fez uma convocação para alterá-la, exceto por pequenas modificações, apesar de ter havido movimentos para impulsionar o chamado a uma Convenção que elaborasse uma nova Constituição. Em 30 anos, no entanto, não se tomou nenhuma decisão e mantivemos as bases de um neoliberalismo selvagem que se expressa em privatizações violentas, na eliminação de todos os serviços públicos – até da água, o direito à água é privado no Chile.<sup>7</sup> Neste contexto, as desigualdades aumentaram de forma atroz e, quando os estudantes acenderam a faísca, as ruas se encheram.

Nestes dez anos, por outro lado, o movimento feminista tem sido muito importante, de modo que esses movimentos coincidiram e criou-se uma grande mobilização que foi objeto de uma violência estatal brutal exercida contra os corpos e contra todo o movimento. Com todos esses fatos, o governo sentiu as consequências e, em meados de novembro, fez um pacto com diversas forças políticas.<sup>8</sup> Esse pacto foi firmado pelos dirigentes dos partidos, em uma reunião que terminou às três da madrugada. A maioria dos partidos que integram a Frente Ampla, que achávamos que podia representar o germe de uma alternativa, também firmaram esse pacto, o que

<sup>5</sup> Com o número redondo de 30 anos, Carrasco se refere ao período percorrido no Chile a partir da transição democrática, o retorno à democracia, que aconteceu em 1990, com a chegada de Patricio Aylwin à presidência do país. Há controvérsias sobre a duração desse período (é normalmente considerado que começa já em 1988, com o Plebiscito Nacional que determinou que o ditador Augusto Pinochet não continuasse no poder). A Transição, entendida de modo amplo, não só se refere à conjuntura de transferência do governo, mas também ao conjunto de acordos, muito condicionados, que deram o seu caráter às políticas dos anos seguintes e que contribuíram para consolidar um modelo chileno fortemente conservador e com uma democracia limitada. [N. da E.]

<sup>6</sup> O aumento da passagem do metrô foi de 30 pesos.

<sup>7</sup> Na zona central do Chile, há cidades que ficaram sem água porque a zona foi coberta por plantações de abacates e os donos dos direitos da água destinaram toda a água das vertentes e dos poços para regar essas plantações. Não mais que três países no mundo, entre eles o Chile, têm direitos privados deste tipo sobre a água. [N. da A.]

<sup>8</sup> Este pacto é conhecido como Acordo pela Paz Social e pela Nova Constituição. [N. da E.]

criou conflitos em muitas cidades, onde seus militantes renunciaram no dia seguinte. Só não firmaram o Partido Comunista e o Partido Humanista. O efeito desse pacto é terrível porque nos marca o campo, limita até onde é possível avançar. Aí se acordou como íamos votar no plebiscito, como íamos eleger os candidatos à Convenção Constitucional etc. Também foram acordadas as formas, a técnica que ia assumir o processo, o que nos dificulta absolutamente tudo.

Em janeiro e fevereiro, ainda que um pouco menos intensas porque era verão, as mobilizações continuaram, e no final de fevereiro, começaram a chegar mensagens convocando a retomada de mobilizações mais intensas em março. Nesse mês, com efeito, as manifestações retornaram e no 8 de março, duas milhões de mulheres foram para as ruas em todas as cidades chilenas. Mas em 18 de março foi declarado pelo presidente Piñera o estado de exceção constitucional. Como dizia Norma, isso foi um presente para o governo, embora, apesar de tudo, as mobilizações tenham continuado.

A forma de eleger os membros da futura Convenção Constitucional é muito discriminatória. Podem ser apresentadas as listas dos partidos e candidatos independentes, mas não será fácil os independentes conseguirem organizar uma lista, há toda uma série de condições técnicas que desvirtuam muito o processo. Por outro lado, tudo que for aprovado terá que contar com dois terços dos constituintes, um número muito difícil de alcançar. Diante disso, pode chegar a ser uma Constituição submetida a certas condições. Até agora há, por um lado, quem discuta os temas de uma nova Constituição e, por outro, quem procure elaborar uma Constituição alternativa. Creio, contudo, que é preciso fazer as duas coisas, seguir construindo e também participar desse processo constituinte com suas limitações. E, enquanto os temas da nova Convenção Constitucional vão sendo discutidos, mantemo-nos nas ruas pressionando. É preciso transitar nas duas vias, é preciso participar das elaborações para a Constituição porque essa elaboração é também debate público, faz-se em assembleias por cidades. Cada semana se debate localmente, em bairros e cidades, junto a especialistas ou pessoas com maior conhecimento dos temas específicos – como a água – que participam dos grupos de discussão ou se aproximam para explicar ou para debater os temas. Tudo isso é autoeducação e educação popular, é importante sustentar os debates, como é importante sustentar todas as mobilizações e participar do processo tal como ele é, ainda que saibamos que nele há muitas limitações.

É certo que o governo tem pouca credibilidade, dizem todas as pesquisas de opinião, mas também é verdade que os poderes são fortes, a direita política e a direita econômica são potentes

em todos os países da América Latina (e também no resto do mundo), têm muita força e muito poder. Aqui no Chile, sabemos por que em 1970 elegemos um governo muito diferente e avançamos cada vez mais, até que a direita, depois de tentar por vários mecanismos parar o processo, apelou para o mais brutal deles e veio o golpe de Estado de 1973. O processo atual é muito interessante e é preciso continuar com a mobilização, tanto no nível dos debates, como da mobilização das ruas, cada vez que se possa sair. A situação hoje é complicada pelo enquadramento que nos impuseram, no entanto ganhamos o plebiscito por uma diferença muito maior do que esperávamos - antecipamos uns 60 ou 65% e ganhamos com 80% dos votos, o que é muito. Mas isso a direita não quer ver ou não quer reconhecer, porque foi o povo quem o conseguiu, foi a cidadania nas ruas; foi ela quem conseguiu que se discuta uma nova Constituição, depois de 30 anos de governos que não foram capazes de fazê-lo. A essa cidadania, agora novamente tiraram-lhe a possibilidade de eleger livremente seus representantes, mediante a imposição de uns requisitos muito discriminatórios que impedem que todos se apresentem nas mesmas condições. No entanto, aqui estamos, e não renunciamos a nada.

## NORMA SANCHÍS

Tínhamos muito interesse em ouvir sobre a experiência chilena em primeira mão. O diálogo foi muito frutífero, agradecemos a ambas pelas reflexões e a todes que participaram. Mônica, se puder encerrar, tem a palavra.

## MÔNICA FRANCISCO

Agradeço a oportunidade de ouvir Norma e Cristina, e de percebermos em que ponto a unidade da teoria e da prática é necessária e produtiva. As mulheres vêm produzindo respostas muito eficazes em lugares e de maneiras que nem imaginamos. Quero me juntar ao que Cristina disse sobre a necessidade, também, de intensificar a mobilização, a articulação em redes solidárias entre as mulheres, das quais vamos precisar e muito, neste processo de enfrentamento com a extrema direita. Uma direita - não me cansarei de dizê-lo - fundamentalista, odiosa, perversa,

exploradora, extremamente predatória e altamente militarizada, que tem poder, que tem armas, que mata, que executa e golpeia institucionalmente. Frente a todos esses poderes, frente ao patriarcado, precisamos estar muito juntas e fortes, dialogando, compartilhando, trocando, conspirando, ocupando e ampliando nossos espaços nas instituições, e fazendo nossas pequenas revoluções para construir uma sociedade 100% feminista. Não é suficiente para nós sermos 99%, a sociedade tem de ser 100% feminista.

## DEBATE 7

# TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO E DO EMPREGO

*Covid-19 e depois...*

DEBATEDORAS | Sofia Scasserra e Estela Diaz  
MODERADORA | Alma Espino

2 DE DEZEMBRO DE 2020

## ALMA ESPINO

Este é último debate deste Ciclo. Ao longo dos sete encontros, tivemos a possibilidade de compartilhar produções, ideias, dúvidas, interrogações, e de nos valermos da tecnologia para estarmos juntas, a partir de distintas regiões e países, em espanhol e português.

A temática deste encontro está relacionada às mudanças no trabalho e no emprego provocadas pelos avanços científicos e tecnológicos, e que a crise que estamos atravessando – originada pela pandemia, mas que se converteu em, além de uma crise sanitária, numa crise econômica e social – acelerou muitíssimo. As tendências que até pouco tempo visualizávamos como algo que apenas se iniciava, que nos preocupava em uma perspectiva de médio a longo prazo, passaram a ser cada dia mais atuais, desde março de 2020. No que diz respeito ao trabalho *online*, teletrabalho, ou trabalho remoto, por exemplo, trata-se de uma modalidade que afeta tanto a

setores profissionais e de classes médias, como aos e às trabalhadoras da chamada economia de plataformas, em suas diferentes versões e tipos de serviços. Nossos debates se dão neste contexto condicionado pela pandemia, quer dizer, no marco da agudização das desigualdades já existentes e das deficiências que nossos países apresentam em termos de sistema social, político e econômico. Principalmente, com relação ao acesso aos serviços de saúde e à proteção social. As mulheres estiveram correndo grandes riscos, e continuam correndo, frente à possibilidade de ver cerceado seu acesso a processos de empoderamento econômico que lhes permita tomar decisões sobre suas vidas e traçar estratégias. Sabemos ademais – e devemos tê-lo em conta enquanto outro elemento que ataca a autonomia das mulheres, e seu empoderamento – já que desde que a crise começou houve um aumento notável da violência de gênero no âmbito dos lares e no âmbito mais estreito das relações pessoais e de casal. Tudo isso se soma às questões já existentes em torno ao lugar das mulheres nos mercados de trabalho, à sua sobre-representação nos empregos informais e precários, ou à importância dos empregos informais em nossos países. A alta proporção de pobreza que Argentina ou Brasil e outros países da região apresentam obriga-nos a repensarmos os temas tradicionais relacionados com o trabalho e o emprego, mas também, e sobretudo, a perguntar-nos por estas novas modalidades que vão-se impondo e que podem, não somente reforçar as desigualdades existentes, senão que, além do mais, criar novas desigualdades. Embora viéssemos conversando, estudando e pesquisando sobre os impactos dos avanços na robótica e na inteligência artificial no mundo do trabalho e no teletrabalho, durante estes oito meses, assistimos a uma mudança repentina e massiva. As mudanças aceleraram não apenas na forma de trabalhar, como em nossas ideias e formas de organizar o trabalho. Faz já um par de anos que começamos a discutir acerca desses temas – em particular, junto a Sofía Scasserra, uma das expositoras neste debate –, mas não se havia avançado muito em termos de uma análise de gênero; no começo da pandemia, ainda sabíamos muito pouco sobre esses assuntos. Durante o inverno deste ano, fizemos um webinário, organizado no marco da Rede de Gênero e Comércio, que abordava esta temática, no qual foram apresentadas algumas estimativas sobre os prováveis impactos desta aceleração das transformações que conduzem ao chamado futuro do trabalho<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Desafios do futuro do trabalho para a igualdade de gênero no marco da pandemia, 26 de maio de 2020. [N. da E.]

Neste encontro, Estela Díaz e Sofía Scasserra contribuirão para as análises que contemplem as desigualdades de gênero e interseccionalidades, brindando respostas na medida de seus avanços e possibilidades, mas também – o que não é menos importante –, colocando novas interrogações. No marco das mudanças que a revolução científico-tecnológica traz, e de seu impacto no trabalho e no emprego, as perguntas são muitas. Interessa-nos pensar, por exemplo, quais são os temas prioritários, hoje e para o futuro, desde uma perspectiva de gênero e um enfoque interseccional; ou qual será o esquema de proteção e seguridade social que se adeque às novas modalidades de emprego e aos desafios que isso coloca, principalmente para as mulheres. Nessas análises é necessário levar em conta, além do mais, o contexto atual que, por si, apresenta insuficiências enormes em termos do exercício de direitos e dos benefícios dos e das trabalhadoras em nossos países. Por outro lado, temos as sequelas da crise que estamos vivendo. Estima-se hoje que poderíamos chegar a perder até 17 milhões de empregos formais, e que o nível de informalidade poderia chegar a 62% na região da América Latina e do Caribe, o que significaria perder todos os avanços que logramos na primeira parte dos anos 2000, entre 2000 e 2003, aproximadamente. Encontrar respostas adequadas implica outras perguntas interessantes: se temos que nos “pausar”, como fazemos com os aparelhos eletrônicos, para voltar ao status anterior, ou resetar completamente, para poder enfrentar os desafios e capitalizar as oportunidades. Ou como fazemos para superar as fossas digitais entre países e dentro dos países. Que reformas estão pendentes para caminhar rumo a um futuro digital em nossos países que não impeçam e, ao contrário, contribuam para processos de empoderamento e autonomia econômica nas mulheres?

## ESTELA DIAZ

Tal como dizia Alma, o tema que nos reúne hoje foi minha ocupação militante na Central de Trabalhadores da Argentina, na Coordenadoria de Centrais Sindicais do Cone Sul, no Comitê das Mulheres da Confederação Sindical das Américas e na Internacional, dos quais participei. Hoje, cabe-me pensar e trabalhar esta agenda e estes desafios desde a gestão do novo governo da Província de Buenos Aires, na Argentina, que assumimos em dezembro de 2019, com o governador Axel Kicillof e a vice-governadora Verónica Magario à frente. Somos parte, além do mais, do mesmo projeto político que, na Nação, o presidente Alberto Fernández encabeça, com Cristina

Fernández de Kirchner como vice-presidenta. Nesta nova etapa, cria-se, pela primeira vez, o *Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad*, que coloca o mecanismo para as políticas de gênero no nível principal da gestão de governo nacional que, apesar de sua longa tradição institucional na Argentina, nunca tinha alcançado nível ministerial. Outro tanto ocorre na Província de Buenos Aires, com a criação do Ministério das Mulheres, Políticas de Gênero e Diversidade Sexual. Para situarmos, a província de Buenos Aires é a maior da Argentina, tem 17 milhões de habitantes, em 135 municípios, o que representa cerca de 40% da população do país. Isso supõe uma enorme heterogeneidade geográfica, de riquezas, de produção e humana. Temos desde zonas rurais às maiores zonas urbanas do nosso país. Sabíamos que seria uma gestão difícil, vínhamos de quatro anos de políticas neoliberais que deterioraram as condições da produção e do emprego e endividaram a província, provocando um enorme crescimento da pobreza. Fizeram um ciclo exponencial de endividamento que levou a dívida, em muito pouco tempo, a níveis sem antecedentes na Argentina – um país que teve, historicamente, fases muito duras com relação aos processos de dívida.

Mas veio a pandemia, algo que o mundo não via há mais de cem anos, e nos colocou o desafio de governar e gerir em um contexto absolutamente extraordinário. A pandemia, entre outras muitas coisas, acelerou a discussão sobre o trabalho do futuro, ou o futuro do trabalho – o que acontece com os algoritmos; o que acontece com o 4.0 – e nos colocou se estaríamos frente a uma oportunidade. Houve muitos debates sobre se a pandemia representava uma oportunidade para a igualdade ou para o trabalho das mulheres. Alguns diziam que os algoritmos não tinham gênero, por exemplo; entretanto, demonstrou-se que, definitivamente, não é assim. Além do mais, a ideia de que a volta ao trabalho doméstico, ou ao teletrabalho, ou ao trabalho realizado no interior das casas representavam uma oportunidade para as mulheres, que sempre tiveram que resolver as questões da conciliação entre o trabalho remunerado e o trabalho do cuidado doméstico ou familiar, ganhou certa força. O que não mudou – mais além dos desafios que tivemos em distintos momentos de grandes transformações industriais e tecnológicas, como o atual – é a base estrutural das condições em que as mulheres nos encontramos no mercado de trabalho, que é a divisão sexual do trabalho. O feminismo definiu claramente o tema do cuidado, e hoje ele aparece com mais força na agenda pública, mas nós gostamos de pensá-lo sempre a partir da ideia da divisão sexual do trabalho. Uma ideia que se cristaliza de modo a estruturar formas de desigualdade gigantescas para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo a

partir da primeira revolução industrial e da constituição dos estados modernos, com esta forte divisão entre o público e o privado, o produtivo e a reprodução da vida. Se, em tempos anteriores, as tarefas de produção e reprodução estavam mais integradas ao interior das unidades domésticas que eram o centro das atividades produtivas quando o principal destas ainda tinha lugar no campo, a partir da revolução industrial e do crescimento das cidades, a divisão entre os tipos de trabalho redundou em jornadas duplas e triplas, com 75% das tarefas de cuidado a cargo das mulheres. e não somente o doméstico familiar, também o social e comunitário, que são âmbitos absolutamente feminizados, a cargo das mulheres. Enquanto isso acontece, como contrapartida, no mercado de trabalho estamos absolutamente sub-representadas nos setores considerados de alta produtividade e há distâncias enormes e barreiras muito fortes nas condições em que ali nos encontramos. Neste contexto, sabemos, as desigualdades de gênero se aprofundaram e continuam aprofundando-se.

Quando surge a pandemia de uma doença sem tratamento e ainda sem vacina distribuída globalmente, a única forma de afrontá-la é com políticas de isolamento, fechamento de fronteiras e permanência nas casas. A primeira coisa que identificamos na pandemia foi o mandato de ficar em casa. Pois bem, nós sempre pensamos o trabalho como um contínuo; a mirada feminista, quando pensa a produção e a reprodução da vida nos coloca para pensar em ambos os âmbitos em correlação e em um contínuo. Mas, o que aconteceu com o trabalho neste contexto? Algumas teóricas, como Nora Goren<sup>2</sup>, dizem que isso não é teletrabalho, é oficina doméstica. Não só a situação nos forçou a levar os trabalhos para casa, mas também a escola, porque estas fecharam e os meninos e meninas tiveram que estudar nas casas. Tudo isso nos expôs, como em uma espécie de *Big Brother*, os lares começaram a ser um pouco mais transparentes e as enormes desigualdades sociais ficaram mais expostas. Ficar em casa não significa o mesmo para todos. Não temos o mesmo espaço, todos as mesmas comodidades, os mesmos equipamentos, os mesmos serviços. Nem todos têm casa, inclusive. Por outro lado, muita gente teve que deixar de pagar os aluguéis de suas moradias, expondo uma crise habitacional que afeta especialmente as mulheres. Nos setores da informalidade, sem rendas fixas, também as mulheres foram as mais afetadas. Outro aspecto em que as desigualdades ficaram flagrantes é o da conectividade, um

<sup>2</sup> Docente e pesquisadora argentina, diretora do *Instituto de Estudios Sociales en Contextos de Desigualdades* – UNPAZ. É especializada em políticas públicas, trabalho, pobreza e gênero.

dos grandes temas da inserção no futuro do trabalho. Há uma desigualdade social enorme no acesso à conectividade que impactou as condições em que tivemos que trabalhar neste contexto, mas que também determinou as possibilidades dos meninos, meninas e jovens de seguir no sistema educativo ou de ficar de fora e praticamente perder um ano de estudos ou mais. Também ficou exposta a violência de gênero. Sabíamos que em 30% dos lares existe violência baseada em relações de gênero e que a brutalidade cresce, mas com a necessidade de ficar em casa, isso se evidenciou ainda mais. A sobrecarga da tarefa de cuidados – o tempo do cuidado que recai quase exclusivamente sobre as mulheres e que não é visto como trabalho – é outra das desigualdades que se tornaram mais visíveis, e que também foram reforçadas. Se não há intervenções, decisão política e presença do estado, o trabalho nos lares – com essa indiferenciação aparente entre o que é trabalho e o que não é –, não só não representa uma oportunidade para as mulheres, senão que implica um mundo com maior desigualdade, com maiores violências e maiores iniquidades sociais e também de gênero.

Isso coloca a necessidade de regulação. Na Argentina, afortunadamente, este contexto nos encontrou com uma mudança de governo. Um novo governo com um olhar popular, inclusivo, que coloca o trabalho como um organizador da vida. Apesar de que, devido à pandemia, não se pôde começar a gerar políticas ativas de impulso do emprego, de dinamização do mercado interno e contracíclicas, é um governo que tem um programa absolutamente distinto do neoliberal, com suas políticas de austeridade e de ajustes. Esse programa neoliberal está sendo substituído, hoje, por uma forte intervenção do Estado e, para isso, precisamos de um modelo de Estado de acordo com a distribuição social da riqueza e dos recursos a que aspiramos. Essa distribuição hoje está inegavelmente ligada a discutir, não a agenda mais tradicional sindical – que considerada somente a distribuição de riqueza e recursos –, mas uma agenda que leve em conta as políticas de reconhecimento e identitárias que focam nos modos em que as mulheres trabalhamos na sociedade. É importante prestar atenção a como estamos inseridas na sociedade do trabalho e a como essas desigualdades históricas são reprodutoras de desigualdade social e de pobreza, se não as encaramos com políticas ativas. De modo que, o que colocamos é a necessidade de um Estado presente, dinamizador e que intervenha na lógica do mercado, porque se segue essa lógica – nesta fase, além do mais, de financeirização neoliberal – o resultado será mais exclusão das grandes maiorias, mais concentração da riqueza e fugas de capitais. Na Argentina, vimos nos anos recentes um endividamento exponencial que quase totalmente serviu à fuga. Praticamente todo o

empréstimo do Fundo Monetário Internacional acordado em 2018, e que se fez efetivo entre esse ano e o seguinte, mais de 50 mil milhões de dólares, fugiram em questão de meses. Então, temos que ter um Estado presente com políticas que dinamizem e intervenham para promover os investimentos, a produção e o trabalho e para garantir a proteção ao trabalho. É preciso discutir, como se discutiu na Primeira Revolução Industrial, quais são as condições, hoje, de garantia da proteção trabalhista sob estas novas dinâmicas do trabalho.

Na Argentina foi aprovada em 2020 uma lei de teletrabalho que regularizou a atividade do setor. Muitos temiam que essa regularização significasse perder o trabalho frente àqueles que oferecessem flexibilidade e condições para o multiemprego; entretanto, a experiência demonstra que as consequências da não regulação, em termos de abusos e de aprofundamento das desigualdades, são desastrosas. É necessário regular e estabelecer limites ao teletrabalho, e essa lei, embora ainda tenhamos alguns elementos pendentes, pela primeira vez, trata de fazê-lo. Ainda mais, em um de seus artigos, considera de modo expresso as tarefas de cuidado, o tempo dedicado ao cuidado pelo trabalhador ou trabalhadora que tem essa responsabilidade. O problema com isso é o mesmo que historicamente conhecemos, em relação às trabalhadoras em casas particulares: quem regula, quem controla, quem faz a inspeção do trabalho, quais são os mecanismos para que esses direitos sejam respeitados, para que esse trabalho seja um trabalho com direitos, de qualidade, o que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) define como “trabalho decente”. Para avançar nesse terreno, precisamos olhar muitos dos processos de debate do movimento sindical e das mulheres do mundo sindical nos últimos anos e como, a partir deles, logrou-se – depois de 20 anos durante os quais a OIT não aprovou convênios – aprovar o Convênio nº 189, para o trabalho em casas particulares – uma normativa com uma longa dívida porque se tratava de um trabalho que, em nossos países, era realizado sem nenhuma garantia aos direitos, sem licença maternidade, sem férias, quase em condições de escravidão. Aprovou-se, além do mais, o Convênio nº 190, o último a ser sancionado, que já foi ratificado por Uruguai e Argentina – esta última foi o terceiro país em ratificá-lo – para a erradicação do assédio e a violência no mundo do trabalho.

Para seguir avançando nesses aspectos, na Argentina, temos a experiência do feminismo, que na última década, colocou sobre a mesa uma agenda que chamou para mobilizar-se, primeiro, contra a violência de gênero, mas que rapidamente ampliou seu alcance ao questionamento de

todas as desigualdades, com ações como a Greve das Mulheres<sup>3</sup>, e começou a falar das desigualdades estruturais, a discutir o trabalho na sociedade. Nessa experiência, tanto do movimento feminista em geral, como do feminismo sindical, há um mapa de rota que pode-nos ajudar, que pode ajudar a toda a sociedade em nosso trabalho para combater as desigualdades. Os homens logo enfrentarão, ou já enfrentam, desafios com relação a condições de trabalho muito similares aos que historicamente as mulheres enfrentamos. A precariedade, a informalidade, ou o trabalho em tempo parcial começarão a ser problemas do trabalho em geral, que alcançarão quase todos os trabalhadores e trabalhadoras, para além de seu gênero, se não conseguirmos regular o mercado e as condições de trabalho. Nesse sentido, temos que ser criativos, e para isso, necessitamos das organizações sociais e sindicais fortes e da presença de mulheres com poder e com liderança. O sindicalismo está conosco, dizemos na Argentina, e hoje também o dizem as centrais sindicais internacionais.

Mas, além do mais, temos que discutir a corresponsabilidade trabalho-família e temos que colocar, outra vez, como seguimos olhando a divisão sexual do trabalho e de que maneira promovemos iniciativas que impactem no conjunto das fossas de desigualdade. Apesar de as cifras de pobreza e desigualdade serem enormes e terem crescido muito, não se pode cair na armadilha de pensar a pobreza sem pensar o conjunto da sociedade, sem pensar as desigualdades no trabalho e outras que as mulheres de todos os setores sociais continuam sofrendo. Se temos uma oportunidade, é esta, porque a agenda do cuidado – algo tão caro às histórias de vida e à sociabilidade femininas –, seu valor para a vida e seu valor econômico, hoje visibilizaram-se e adquiriram importância para toda a sociedade. De modo que este contexto, embora coberto de dificuldades, é também um contexto de oportunidades neste sentido.

Todos esses desafios, para nós, são linhas de trabalho que estamos impulsando desde a gestão, muitas delas, em um forte diálogo social com as câmaras empresariais e com as líderes mulheres dessas câmaras – que não existiam até poucos anos atrás, e que hoje estão tomando força. A chave, como dissemos, está em trabalhar desde um Estado presente, com políticas muito ativas que intervenham na economia e, também, com muito diálogo com a organização sindical potenciada e com o movimento social organizado. Esta é a alternativa ao “salve-se quem puder”, à meritocracia e aos modelos que só sabem de exclusão e de desigualdade.

<sup>3</sup> Ver nota 11 em *Violência proprietária, direito a terra e moradia*, p. xx, nesta mesma publicação.

## SOFÍA SCASSERRA

Boa tarde a todas e todos. Gostaria de aprofundar algumas questões das quais falou Estela e que me parecem sumamente importantes. Quando falamos de tecnologia e das mudanças nos fatores produtivos, nas matrizes produtivas que vemos hoje, se queremos entender o que é que necessitamos, temos de pensar sobre o que constitui esta nova revolução industrial. Estela dizia que cada revolução industrial nos impõe novos desafios em torno a como regulamos as atividades e o trabalho para seguir avançando na conquista de direitos, e não no sentido de perdê-los. O que temos que tratar de entender, portanto, é o fator constitutivo desta nova revolução industrial, para ver quais são os elementos novos que aparecem com ela. É verdade que existem velhos debates não resolvidos, e que é preciso seguir trabalhando-os, mas também existem debates novos que entram na agenda, e me parece que é para isso que devemos apontar para seguir somando à agenda feminista.

O fator constitutivo que muda esta revolução industrial, esta revolução 4.0, não são os robôs, não são as telecomunicações, não é nada disso, mas sim o fato de que aparece uma nova matéria-prima na economia, uma matéria-prima sumamente abundante que revolucionou todas as maneiras de produção que existem na economia, que são os dados. Os dados que geramos a partir das tecnologias da informação e da comunicação, e que são processados através dos algoritmos, dos quais sabemos que são enviesados em favor dos homens e de maiorias raciais, religiosas, étnicas etc. Isso sucede simplesmente porque os algoritmos são programados majoritariamente por homens, fato bem conhecido. Darei um exemplo muito esclarecedor, utilizado por uma matemática, Kathy O’Neal<sup>4</sup>. Ela diz que existe um algoritmo na cabeça para preparar a janta todas as noites em sua casa, e que esse algoritmo tem variáveis que contemplam o valor nutricional dos alimentos, o que há na geladeira, a vontade que tem ou não de cozinhar, se recebeu ou não, se tem tempo para cozinhar, ou o que comeram na noite anterior, dentre outras. O’Neal diz: se eu programo o algoritmo, obviamente sairá determinado resultado; agora, se o meu filho de 10 anos programa esse algoritmo, evidentemente o valor nutricional não será uma variável preponderante, com o que, o bife à milanesa com batatas fritas sempre ganhará do frango com salada.

<sup>4</sup> Catherine (Cathy) Helen O’Neil. Matemática e cientista de dados estadunidense, fundadora do blog mathbabe.org e autora de vários livros e publicações sobre sua especialidade.

Este exemplo fala da importância que tem quem programa o algoritmo, e no mundo sabemos que as mulheres programadoras representam menos de 14%, sendo essa porcentagem conformada em sua maioria por mulheres brancas e de países desenvolvidos. Portanto, o viés contra as economias como a latino-americana, as minorias raciais, sexuais, étnicas e as demais é brutal. Não somente isso, também as categorias nas quais esses dados vêm selecionados já trazem um olhar enviesado. Sabemos que a categoria sexual binária, por si, é já um problema; que os dados trazem uma história de violência de gênero, com o que, nesta revolução e nestes algoritmos, as mulheres ficamos em desvantagem.

Mas esse não é o único elemento constitutivo desta revolução. Enquanto os dados como matéria-prima passam a ser a fonte fundamental de rendimentos das empresas, as empresas tradicionais começam a encontrar versões cibernéticas delas mesmas que lhes ganham mercados e as empurram para fora da economia – é o que vemos claramente, por exemplo, quando *Netflix* ou *YouTube* ganham da televisão tradicional, ou quando o *Mercado Livre* ou *Amazon* ganham dos comércios tradicionais. Com isso, essa economia de dados e algoritmos, que consegue fazer uma economia preditiva – logra antecipar nosso comportamento como consumidores para vender-nos exatamente o que necessitamos, quando necessitamos – começará a encontrar, cada vez mais, novas versões no capitalismo produtivo. Isso é importante porque a vigilância que se fez de nós enquanto consumidores começará a operar também como vigilância de nós enquanto trabalhadores. Cada vez mais, haverá mais vigilância de nós enquanto trabalhadores nesta economia, para poder substituímos – sim –, mas também para nos reconhecer, nos ordenar, ou nos promover. Os algoritmos começarão a nos julgar enquanto trabalhadores, buscando que nos normalizemos como se fossemos máquinas, que nos desumanizemos.

Neste cenário, as mulheres novamente podemos perder, porque quando uma regra é igual para todos, beneficia aquele que está em melhores condições. As mulheres sabemos muito bem que necessitamos de normas diferenciadas porque, se não, a norma favorece aquele que está melhor posicionado. Tomemos o exemplo de um algoritmo em uma plataforma digital que mede a velocidade de entrega de produtos em domicílio de bicicleta. Esse algoritmo julgará quem entrega o pedido mais rápido, sem considerar o gênero da pessoa que faz a entrega. Evidentemente, julgará melhor os homens, porque as mulheres, em média, pedalamos mais lentamente, simplesmente porque temos menos força física. Portanto, uma regra igual para todos é uma regra desigual para as mulheres. Além do mais, nesta vigilância também operam os preconceitos e a

questão da conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo. Cada vez mais nos julgarão pelo que fazemos ou deixamos de fazer com nosso tempo porque, cada vez mais, haverá maior informação nossa na internet, e nosso empregador terá, cada vez mais, acesso a toda essa informação.

Por isso, a Lei de Teletrabalho da República Argentina buscou, por exemplo, proibir a instalação de *softwares* de vigilância. Esta proibição tem uma dimensão social, laboral, mas também uma dimensão de gênero: busca-se proteger a mulher e sua intimidade. Temos também outro aspecto de gênero muito importante nesta Lei, que é o princípio de reversibilidade e de opção ao teletrabalho. Quando a tecnologia surge, e dada a forte divisão sexual do trabalho em nossas sociedades, as mulheres frequentemente optam pelo teletrabalho para poder “maternar”, dado que não existem redes de cuidados que garantam esta tarefa. De modo que, para poder cuidar das crianças, as mulheres ficam portas adentro, fechadas nas casas; em suma, a tecnologia funcionaria como uma nova forma de fechar as mulheres nas casas para que não saiam e se responsabilizem da economia do cuidado. Por isso, na Lei de Teletrabalho na Argentina impôs-se o princípio de deixar a porta aberta para as mulheres para que possam sair de suas casas e voltar aos lugares de trabalho, voltar à presencialidade. Para que essa companheira, que teve de optar por passar ao teletrabalho para poder exercer a maternidade, para exercer sua licença-maternidade, para cuidar de seu pequeno até a idade escolar, tenha o direito de sair de sua casa e voltar à presencialidade, com tudo o que isso significa.

Outro princípio sumamente feminista da Lei de Teletrabalho, que para mim é a nova bandeira do feminismo na revolução 4.0, é o direito à desconexão digital. O direito à desconexão digital não é o direito que eu tenho de desligar o meu celular, porque a partir do momento em que tenho minha vida privada e minha vida laboral fusionadas no meu telefone, se desligo o celular, deixo de falar com meus amigos, meu companheiro, meus pais, filhos etc. É preciso entender o direito à desconexão digital como o direito a não receber mensagens fora do horário de trabalho. É fundamental entender isto: não é o direito do trabalhador a desligar os dispositivos, é o direito a ser deixado em paz e a recuperar a soberania do tempo livre. Isso é fundamental desde uma perspectiva de saúde mental, porque o trabalhador que não interrompe sua jornada laboral não pode descansar e, conseqüentemente, é mais propenso a padecer de síndrome de esgotamento crônico. Mas é fundamental, também, desde uma perspectiva de gênero porque, se responder mensagens fora do horário é visto como uma habilidade de trabalho, ao invés de falta de respeito requiri-lo, os homens – que majoritariamente não se fazem responsáveis da economia do cui-

dado – têm muito mais tempo disponível para responder essas mensagens e, portanto, isso será valorado como uma habilidade de trabalho própria, como disponibilidade para vestir a camiseta da empresa. As mulheres, em troca, não temos essa disponibilidade fora do horário de trabalho porque assumimos majoritariamente os trabalhos de cuidado. De maneira que a melhor forma de igualar as oportunidades para as mulheres fora do horário de trabalho é eliminar a possibilidade de que nos contactem a todos.

Mas não é só isso, ganhar soberania sobre nosso tempo livre significa ainda que contribuiremos com uma ferramenta fundamental para atenuar o maior vetor de desigualdade social que existe entre homens e mulheres, que é poder organizar-se melhor, dentro das famílias, na economia do cuidado. Porque se há um chefe que perturba constantemente, e que demanda coisas fora do horário de trabalho, isso se interpõe como desculpa para eludir os deveres domésticos. Se contribuirmos para que as famílias ganhem soberania sobre seu tempo livre, para que recuperem a soberania que lhes foi retirada, produto da revolução tecnológica e da hiperconectividade, teremos uma ferramenta poderosíssima para que essas famílias possam voltar a se organizar, no sentido da economia do cuidado, e repartir melhor as tarefas nos lares. Em consequência, teremos também contribuído para uma economia muito mais igualitária.

O terceiro ponto pelo qual o direito à desconexão digital é igualdade de gênero é porque esta revolução tecnológica, se algo fez com as mulheres, foi esgotar-nos psicologicamente. As mulheres somos as que estamos em todos os grupos de *Whatsapp* de filhos e familiares, somos as que recebemos todas as mensagens. O patriarcado, por algum motivo desconhecido, nos designou a tarefa de sermos a agenda do mundo – “lembre-me da reunião com...”; “não deixe que eu me esqueça de...” –, somos a agenda do universo. O direito a desconexão digital significa também dizer ao empregador que não pode contactar os trabalhadores fora do horário, e menos ainda por temas supérfluos. Nesse sentido, contribuiremos também para aliviar o peso psicológico que depositamos sobre as mulheres, nesta revolução 4.0, com uma hiperconectividade sideral que libera uma cachoeira de mensagens constantes em nossos telefones.

Tudo isso é importante, e o direito a desconexão digital é vital, como novo direito a ser conquistado no marco da necessidade de definir as regras de jogo desta nova revolução industrial. Mas também, a proteção de dados dos trabalhadores resulta fundamental. As mulheres temos, lamentavelmente, muitíssimo mais caminho percorrido e sofrido em termos de violação da privacidade, de *cyber* assédio e de *cyberbullying* pela internet, de modo que, começar a proteger os da-

dos das mulheres – de todos os trabalhadores, mas sobretudo das mulheres – e sua privacidade é essencial para podermos caminhar no sentido de uma economia que nos julgue menos, que nos tenha mais em conta e que não nos exponha a esse assédio e a essa violência constantes na internet, aos quais as mulheres estamos submetidas.

Estas são algumas das ferramentas importantes que teremos de considerar na revolução 4.0. Elas se somam a toda a agenda atrasada e pendente contra a violência e as desigualdades, que temos que seguir batalhando. Mas há novas demandas que temos que incorporar a essa agenda, sobretudo com a chegada das redes de 5G que já se estão estendendo pelo mundo e que, embora na América Latina estejam fazendo-se esperar, de um momento ao outro chegarão, o que terá vários efeitos. O primeiro deles, é que vamos começar a ter internet das coisas, lares inteligentes, dispositivos inteligentes no lar, e uma maior quantidade de dados nossos, enquanto consumidores e enquanto cidadãos, o que afetará muitíssimo a privacidade, sobretudo a privacidade das mulheres. Além do mais, também serão criados setores e serviços novos, principalmente nos setores da medicina, da educação ou do entretenimento – hoje feminizados –, e o risco de que esses setores, mais produtivos e dinâmicos, sejam capturados por homens, e que as mulheres sejamos arrastadas, mais uma vez, para a base da pirâmide, é muito grande. Para evitar que isso aconteça, precisamos de políticas de inclusão digital, de educação digital, de inserção das mulheres no mundo digital, de modo que esta revolução não se reverta, uma vez mais, no deslocamento das mulheres para empregos mais precários, menos produtivos e, conseqüentemente, menos tecnológicos.

Faz uns dias, escutava em um simpósio um médico, que dizia que a inteligência artificial não substituirá os médicos, mas que o médico que não aprender a utilizar a inteligência artificial em seus diagnósticos, desaparecerá. O mesmo pode ser dito de todos os trabalhadores. Às vezes, penso nas trabalhadoras domésticas que não sabem manejar um telefone celular, ou que não têm inserção tecnológica, o que será delas quando as casas forem inteligentes – quando o aspirador, o forno, o micro-ondas e a geladeira sejam dirigidos através de um celular – e o emprego seja alcançado somente através da internet? É preciso começar a investir fortemente em inserção tecnológica e digital para as mulheres, porque todos os postos de trabalho são potencialmente tecnologizáveis, e as mulheres que não saibam incorporar tecnologia em seus trabalhos estarão em uma posição muito mais vulnerável para conservar seus empregos e que estes sejam de qualidade e com salários mais altos.

Esses são os desafios – novos debates, novos direitos e novas demandas – que nos correspondem de incorporar à importante agenda feminista que já temos. Se não incorporarmos esses novos desafios, surgirão problemas no caminho: a revolução tecnológica voltará a operar como um “desigualador”, empurrando-nos para baixo. Não nos podemos permitir desandar o caminho que já ganhamos com tanto esforço.

## ALMA ESPINO

Ouvimos duas intervenções com olhares diferentes, mas sem dúvida, complementares. Gostaria de ressaltar alguns dos temas que foram mencionados. Por um lado, o que Estela chamou de criatividade para – a partir da experiência e dos saberes acumulados no movimento sindical, que nos permitiram ganhar e defender direitos trabalhistas –, enfrentar esta nova revolução industrial. Por outro lado, Sofía também foi muito clara em muitas questões relacionadas às características desta nova revolução industrial que, como as anteriores, explicita quanta gente está ou não está preparada para subir ao carro da revolução e não ficar para trás.

Ao mesmo tempo, todos esses desafios nos impõem muitas interrogantes com relação a se o que aprendemos é aplicável a esta nova realidade. Sobretudo porque – como perguntava uma companheira – que possibilidades há de pensar em termos de defesa dos direitos, ou de construção de estratégias sindicais ou sociais quando, em alguns países, estamos assistindo ao desmonte da legislação trabalhista. A pergunta se referia particularmente ao caso do Brasil, mas pode ser estendida ao resto de nossos países, que também são muito frágeis, com contínuas mudanças de rumo e retrocessos.

Por outro lado, creio que podemos pensar a pergunta que fiz na apresentação sobre se temos que fazer uma pausa e voltar atrás, ou se temos que dar um *reset* em relação à Lei de Teletrabalho da Argentina e com outras situações que experimentamos na pandemia hoje. Quando falamos de voltar à presencialidade, sabemos que isso é possível somente se a empresa em questão continuar tendo alguma forma de presencialidade. Como está o mercado nesse sentido, o que vocês pensam disso? Outra questão interessante é pensar desde uma perspectiva feminista o valor do tempo livre e do tempo com a família. Talvez, sejamos nós – as mulheres e as feministas – quem possamos colocar esses temas, desde outro lugar, na agenda.

Por último, como colocava Sofia, encurtar as brechas digitais no interior dos países e entre países supõe seguir acumulando e investindo em educação, em particular, numa educação que nos prepare para responder às novas exigências. Isso sempre foi assim e continua sendo. Do mesmo modo que muito em breve uma empregada doméstica necessitará ser capaz de manejar certas tecnologias, hoje um peão rural simplesmente não poderia cumprir com muitas de suas tarefas se, como há 40 anos, não houvesse completado os estudos primários e ao menos parte dos secundários, porque seguramente haveria atividades que ele não seria capaz de levar adiante. Por tudo isso, a questão da interseccionalidade – que mencionei na apresentação – é central, porque em um mundo complexo, se queremos que ninguém fique para trás, é preciso pensar em muitas coisas simultaneamente.

## ESTELA DIAZ

Em um primeiro questionamento, o que vemos é que necessitamos de regulações trabalhistas, enquanto, o que há, é perda de direitos trabalhistas. Este é realmente um problema, bem como quais são os contextos políticos que temos. Na Argentina, vivemos isso nos anteriores quatro anos de governo de Mauricio Macri. Aqui, a reforma trabalhista não chegou porque houve uma enorme resistência do movimento sindical, mas chegou, embora só parcialmente, a reforma da previdência. O oficialismo de então queria fazer uma reforma muito mais profunda e não conseguiu, mas a reforma foi feita, de todos os modos. De maneira que, na região, tivemos um processo, no início deste século, de governos de signo popular, redistributivos, que iam em uma direção não só de ampliação de direitos, mas também de avanços muito significativos nas regulações trabalhistas; em seguida, houve uma mudança de ciclo e foram iniciados processos neoliberais que fazem exatamente o contrário, debilitam a negociação coletiva paritária e os direitos. Muitas vezes, fazem-no com o argumento de que o relaxamento das regulações e do direito trabalhista trarão mais trabalho, mas nós sabemos que isso sempre é mentira: não só não aumenta o emprego, como fontes de trabalho são perdidas.

Dizia que os contextos políticos são importantes porque, em cenários como estes, é um desafio para cada país conseguir fazer chegar ao poder governos que revertam o ciclo neoliberal. Faz um tempo discutíamos se era possível que este ciclo neoliberal fosse mais curto que os anterio-

res, e agora, creio que vemos que está sendo mais curto; ao menos, em alguns países, como na Argentina, onde é a primeira vez que dura nada mais que quatro anos. Havia sido de mais de dez anos, na década de 90, e de mais de sete com a ditadura cívico-militar que começou no ano 1976. Ainda antes, tivéramos 18 anos de proscricção do peronismo. Desta vez, ao contrário, em quatro anos logramos ganhar as eleições nacionais. A Bolívia, por sua vez, pôde se recuperar de um processo de golpe de Estado em um ano. E isso não é casual, quando existe uma acumulação do movimento popular durante certo tempo, nunca se volta a um ponto zero. Em 2019, na Argentina, não partimos da base que tínhamos nos anos 90. Os processos de cada país são distintos, mas claramente, a flexibilização e a perda do direitos trabalhistas nunca são o caminho. O problema é que correlação de forças temos em cada caso nacional para a defesa desses direitos.

Também é um desafio do movimento sindical - muito debatido por nós na Confederação Sindical - como se discutem as cadeias globais de valor, como em um contexto de transnacionalização ampla, como o que temos, pode-se discutir alguns direitos em nível supranacional, não só país a país. Especialmente quando se trata de empresas de tecnologia que, quase sempre, são empresas multinacionais, não há possibilidade de conformar um ativismo que discuta regulações e direitos com parâmetros de condições globais? O sindicalismo mundial, ou o sindicalismo das Américas não deveria discutir estas condições supranacionalmente, de modo que possamos elevar nosso piso de demandas? Por outra parte, uma questão supranacional como a que propomos faria com que as possíveis conjunturas de retrocessos, segundo os governos de cada país, não afetassem tão negativamente as condições adquiridas, já que elas estariam garantidas além dos cenários locais. Quanto aos avanços, quando as forças populares conquistassem os governos de seus países, empurrariam ao conjunto. O movimento sindical - a Confederação Sindical das Américas, a Confederação Mundial, como as outras organizações sindicais - tem um desafio nesse sentido.

Mas não só o movimento sindical - o sindicalismo tradicional - deve comprometer-se com isso, é necessário que os outros movimentos também o façam. O debate acerca de como se regulam e se organizam os setores que não têm sequer direitos trabalhistas básicos, que não estão sequer reconhecidos, tem muito tempo. Frente a semelhantes níveis de informalidade laboral, surgiram modelos de organização sindical que contemplam e articulam sua organização com os setores da economia informal, da economia popular, do cooperativismo e das distintas formas que o trabalho vai adquirindo. O modelo do pleno emprego, do emprego que se conservava até

o momento da aposentadoria e que, inclusive, os filhos herdavam, hoje deixou de existir, se não por completo, na enorme maioria dos setores. Evidentemente, se temos governos aliados, com os quais compartilamos nosso olhar, eles terão um papel fundamental em favorecer a regulação dos setores informais e sua passagem à formalidade.

Acerca de se temos que fazer uma pausa e voltar atrás, ou se é preciso dar um *reset*, creio que temos de viver com a dupla presença. Isso se relaciona a uma discussão que o feminismo argentino – e não creio que seja o único – está trazendo sobre o assalariamento do cuidado, quer dizer, a cobrança de um salário para ficar em casa a cargo do trabalho do cuidado. Mas, é disso que se trata, de que as mulheres não saiam a trabalhar? Sabemos tudo o que implica o trabalho enquanto a socialização, encontro com o outro, organização coletiva – somente possível quando se comparte um espaço comum, também coletivo. Enquanto o privado e doméstico é um espaço, além de feminizado, de precariedade e desigualdade. Estamos em uma sociedade que terá de viver com ambas as pautas e, por isso, inclino-me a soluções da ordem como as que oferece nossa Lei de Teletrabalho quando, no artigo sexto, inclui a reversibilidade. Esse foi grande parte do problema da organização do setor do trabalho doméstico, que se faz de maneira individual, nas casas e que, portanto, as trabalhadoras transitam entre o público e o privado. Este é um forte nó de nossos desafios. Não tenho a resposta, tenho perguntas acerca de como este processo vai-se desenvolver, porque é um núcleo muito difícil e forte.

Em vários países europeus, mas sobretudo na Espanha e na França, em relação aos efeitos da pandemia, reacendeu a velha discussão em torno da redução da jornada de trabalho. Esse é um debate que tem que se impor porque aqueles que têm trabalho estão sobreocupados, trabalham 15 horas por dia. Estamos em um contexto que atualiza o debate do começo do século XX sobre o tempo da jornada de trabalho, de uma maneira muito forte. Então, se não há regulação do direito trabalhista, organização e limites a partir de uma estimativa das condições de trabalho, caminhamos rumo a uma sociedade cada vez mais desigual e mais desumanizante, que evidentemente aprofundará as brechas atuais. Só podemos pensar um futuro esperançoso se houver um fortalecimento das organizações e se, além do mais, conquistarmos governos populares, que se preocupem por estas temáticas e que nos permitam, por exemplo, voltarmos a discutir no Mercosul as questões que ficaram pendentes desde o tempo dos governos populares na região. É necessário colocar em debate todos estes temas que, muitas vezes, estão dissimulados, invisíveis e não formulados.

## SOFÍA SCASSERRA

A questão do fosso digital que me perguntavam tem muitas arestas. Uma coisa é a acessibilidade à tecnologia, ou seja, quanta capacidade temos de acessar *hardware*, um computador, um telefone celular. Na América Latina ou na África, por exemplo, é preciso trabalhar muito mais em média para conseguir um telefone celular que na Europa ou nos Estados Unidos. Além do mais, a maioria das pessoas tem telefones celulares com os quais não podem trabalhar porque não têm capacidade suficiente de memória; são telefones para um mercado de baixa renda e que consequentemente não servem para rodar aplicativos pesados, ou para trabalhar em uma plataforma. Esta é uma brecha digital entre o Norte e o Sul globais, mas também há outras brechas, por exemplo, a brecha de conectividade que a América Latina tem com relação ao resto dos países do mundo.

Na América Latina dá-se um fenômeno muito particular - as cifras não são exatamente iguais em todos os países, mas são muito parecidas -, 90% da população está concentrada em 1% do território ou menos. Nas grandes cidades há excelente conectividade, normalmente porque elas concentram população, pois há uma rede de fibra ótica e outras condições que permitem essa maior conectividade. Mas, nas regiões mais afastadas da América Latina, a conectividade é praticamente nula, há muito poucas redes de fibra ótica. Por outro lado, existem alguns lugares em que é diretamente impossível levá-la por questões geográficas, como a presença de montanhas no caminho ou outras barreiras que tornam o processo muito complicado. Nesses lugares há internet via satélite, que é muito mais lenta que a rede de fibra ótica, pelo simples fato de que o sinal precisa triangular com um satélite. A América Latina, portanto, tem um desafio enorme não só com relação à qualidade dos equipamentos, mas também com respeito às conexões à internet e suas melhorias.

O outro desafio para a América Latina, neste sentido, é o que implica o menor acesso das mulheres a estas tecnologias, sobretudo em termos de *hardware*, porque muitas vezes se prioriza o telefone do homem da família acima do telefone da mulher. Além do mais, existem estudos da CEPAL<sup>5</sup> que indicam que as mulheres e os homens fazemos usos diferentes dos telefones celulares, o que amplia a distância ainda mais. Os homens utilizam os celulares para resolver problemas, fazer trâmites, compras e muitas outras tarefas. As mulheres, por sua vez, usamos

<sup>5</sup> Ver nota 10 em “Geopolítica do extermínio”, p. xx, nesta mesma publicação. [N. da E.]

sobretudo internet por motivos de comunicação. E isso não é porque, como diria a piada fácil, “as mulheres se contam tudo”; mas porque se vincula com algo que já mencionei na minha primeira intervenção, que é a sobrecarga que as mulheres temos com relação à economia do cuidado. Todas as comunicações que fazem a infraestrutura de manutenção e cuidado da vida caem nos sistemas de mensagens das mulheres que, em consequência, temos uma sobrecarga tecnológica. Usamos muitíssimo mais o telefone e o usamos, sobretudo, para comunicarmo-nos, para resolvermos os problemas vinculados à escola das crianças, com o cuidado dos doentes na família ou com a organização familiar, em geral. Tudo isso leva a uma sobrecarga que nos ocupa o dia e que faz com que terminemos usando nossos dispositivos eletrônicos para tarefas muito menos produtivas e, conseqüentemente, que aprendamos muito menos de tecnologia que os homens, que utilizam seus aparelhos muito mais para resolver problemas, fazer trâmites de compras ou adquirir novas habilidades. Assim, a brecha opera não só enquanto acesso à tecnologia e à conectividade, mas também quanto ao uso que se dá a essa tecnologia, que é muito desigual entre homens e mulheres, e as latino-americanas estamos muito condicionadas por essa divisão. A brecha digital, então, opera de Norte a Sul, mas também entre homens e mulheres, e acaba sendo um fator de desigualdade muito grande na hora de encarar uma revolução tecnológica, uma revolução 4.0, ou o acesso a novos postos de trabalho. Os homens também encontram emprego muito mais facilmente através da internet que as mulheres, isso está documentado. Ainda em empresas que dizem que o pagamento é o mesmo para todos, está documentado que as mulheres recebem menos – por exemplo, as motoristas mulheres de *Uber* recebem menos que os motoristas homens. Esta desigualdade de rendimentos está documentada, existem trabalhos de pesquisa de distintas universidades e, em média, os homens ganham 7% a mais que as mulheres. Isso se deve a fatores culturais, a como os algoritmos nos julgam e a outros fatores que fazem com que as mulheres terminem ganhando menos quando trabalham através de uma plataforma digital.

Também a regulação destas plataformas é parte da agenda de direitos que teremos que adquirir nesta revolução 4.0, algo que temos que começar a debater. Em alguns países do mundo, o trabalho em plataformas já está regulado, mas na América Latina, essa regulação está-se fazendo esperar. Ainda não há nenhum país que tenha consagrado uma legislação com todos os direitos que correspondem, salvaguardando os interesses das mulheres, sobretudo nas plataformas menos visibilizadas. As plataformas mais visibilizadas e as que chamam a atenção aos olhos dos reguladores são plataformas como *Uber*, *Rappi* ou *Glovo*, muito expostas e fortemente masculini-

zadas, porque estão na rua e exigem colocar o corpo na rua. As plataformas menos visibilizadas, ao contrário, são as mais feminizadas, como as de serviços médicos, enfermagem, cuidado de mascotes ou outros serviços de cuidado; ou como as plataformas de turismo, bem como as educativas. Essas plataformas, muito mais feminizadas, não entram sequer no radar de muitos dos reguladores de nossos países. E isso implica que a regulação pode chegar a ser feita sem levar em conta os aspectos de gênero, que são tão transcendentais na hora de regular estas novas formas de trabalho para que saiam da precariedade laboral e da informalidade – que, com o falso discurso de empreendedorismo, querem vender-nos – e se convertam em trabalho decente.

Muitas mulheres se debruçaram sobre a compra e venda de produtos. Explodiram as lojas digitais alojadas em plataformas como *Instagram* ou em redes sociais como *Facebook*. Trata-se de mulheres sem vínculo empregatício, que começam, cada vez mais, a trabalhar deste modo e que não encontram representação nem sindical nem política em nenhum espaço, porque não há ninguém que tenha em conta suas demandas. Em muitos casos – não em todos, mas em muitos – essas plataformas abusam do poder que têm para impor regras no mercado, como acontece com o *Mercado Livre*, onde os trabalhadores, os revendedores e, sobretudo as revendedoras sequer podem escolher quando acessar seu dinheiro, porque a plataforma atrasa os pagamentos das vendas já realizadas até 15 ou 20 dias. Tampouco podem escolher os sistemas de entrega e devem cumprir com os horários que o algoritmo define, senão, o mesmo algoritmo os julga ou qualifica mal. De modo que não importa se o horário de entrega – não pactuado, e sim decidido desse modo pela tecnologia – se superpõe a uma consulta médica ou a uma chamada da escola dos filhos, o pacote tem de ser postado no correio no horário. Enquanto nos vendem o discurso do empreendedorismo, na realidade, os vendedores das plataformas são de fato empregados, repositores de gôndola do supermercado virtual, que têm de cumprir com os padrões do algoritmo porque, se não, suas qualificações caem e, conseqüentemente, seus produtos não aparecem e os níveis de vendas caem também. É como um corte de salário, uma penalização que é dada ao trabalhador por não ter cumprido em tempo e forma as demandas do algoritmo. E isso afeta sobretudo as mulheres que – como já dissemos – são responsáveis pela organização familiar e os cuidados e, portanto, são as que menos tempo e mais dificuldades têm para satisfazer as demandas do algoritmo.

Além dessas questões sobre o fosso digital, ou os novos debates, ou como nos inserimos no mercado de trabalho da revolução 4.0, também é importante começar a ter educação digital, não só na utilização de tecnologias, ou para a aquisição de habilidades para o trabalho. Temos que começar a ensinar tecnologia nos colégios em função da construção de cidadania vinculada a ela. Os cidadãos precisamos entender como se constroem essas tecnologias e por que são enviesadas, porque nem sempre um processo tecnológico digital é melhor que um processo analógico. Este é o caso, por exemplo, do voto eletrônico, o qual querem vender-nos como melhor e mais rápido; mas, sabemos que, na realidade, é uma ameaça direta a nossas democracias porque ninguém pode fiscalizar se esse voto foi *hackeado* ou como foi *hackeado*. De maneira que a tecnologia, entendida deste modo – não só como o ensino de robótica ou programação, ou como desenvolvimento de habilidades, mas também em relação à construção de cidadania – deveria ser uma matéria prioritária para a educação também na área de Ciências Sociais. Assim como uma vez aprender a ler e escrever foi um processo emancipatório para nossas sociedades, hoje – quando já não nos comunicamos escrevendo em um papel, e sim mediante um dispositivo eletrônico –, entender como são geradas e desenvolvidas essas tecnologias é também alfabetização e é também um processo emancipatório. Disso depende que entendamos que estas tecnologias têm vieses que afetam nossos direitos e nossas posições enquanto mulheres. Ensinar tecnologia de uma maneira multidisciplinar e multidimensional em nossos sistemas educativos é fundamental para construir um cidadão e uma cidadã que possam fazer valer seus direitos no futuro e, sobretudo, seus direitos feministas.

## ALMA ESPINO

Para fechar, quero destacar alguns pontos muito importantes que derivam das conversações que tivemos. Por um lado, quiçá, nunca como durante 2020, dada a situação de crise multidimensional que atravessamos, fez-se tão evidente a necessidade de transitar para um sistema de seguridade social universal que elimine a segmentação entre os setores formal e informal. Nos referimos à necessidade de proteção social destes novos trabalhos, muitos dos quais continuarão sendo, não obstante, por conta própria. Há algumas pesquisas em curso para o caso uruguaio em particular que mostram que, embora no começo da pandemia aqueles que trabalhavam em

teletrabalho eram fundamentalmente autônomos, a proporção de assalariados vem aumentando desde então. Mas isso não é tanto resultado de transformações do mundo do trabalho ou do trabalho remoto como já o conhecíamos, senão que, o que mudou foram as novas exigências e como se aplica o trabalho remoto a todas as categorias de trabalhadores, com todos os seus vãos e vens, por consequência da pandemia. No caso uruguaio, por exemplo, depois de um período de nova normalidade, ou de quase normalidade, com muitas atividades presenciais, voltamos ao teletrabalho no setor público e o mesmo está sendo sugerido para o setor privado. Então, todas essas questões seguirão sendo parte de nossos debates e dando-lhe fermento nos próximos tempos.

Por outro lado, parece-me importante destacar os comentários de Estela em torno à necessidade de fortalecer as organizações sociais sindicais, seu papel e seu lugar nesta discussão e nas mudanças; mas também, os processos políticos que permitirão criar as melhores condições para que essas mudanças se adequem às realidades de nossas sociedades e contribuam para um desenvolvimento mais equitativo e sustentável. Do mesmo modo, contribuem os questionamentos de Sofia acerca da construção de cidadania como parte das matérias relacionadas às aprendizagens digitais. Finalmente, dizer que as reflexões que fizemos permitem às feministas fazermos uma contribuição muito importante à construção do futuro do trabalho, do emprego, das economias e da sociedade. Pudemos pensar as distintas modalidades do trabalho; demos importância ao trabalho que resultava invisível e sem o qual nada da própria revolução científico-tecnológica seria possível. Colocamos a vida e a discussão dos tempos no centro. Também – e isto é fundamental –, colocamos a necessidade de sair deste modelo do mercado. Não se trata apenas de ir modificando o modelo. Vimos durante a exposição de Estela o que acontece com as discussões sobre a redução da jornada de trabalho. Seguiremos trabalhando de maneira bestial, apesar de que se supunha que todos esses avanços nos trariam uma vida mais plena a todas e a todos? Para que isso não ocorra, temos que mudar o modelo do mercado de trabalho, de modo que homens e mulheres possamos nos mover mais comodamente, tanto na produção para o mercado, como em todas as atividades para a sustentabilidade da própria vida, da vida familiar, da vida da comunidade e da vida em geral. Por isso é necessário, além de fortalecer as organizações sindicais e sociais, fortalecer também os processos políticos que nos permitam seguir avançando. Obrigada a todas pelas reflexões tão ricas.

# A REVOLUÇÃO FEMINISTA JÁ CHEGOU<sup>1</sup>

Verónica Gago

Os feminismos que emergem com força no Sul do mundo desempenham um papel fundamental, tanto na possibilidade de tornar realidade uma experiência revolucionária, como também de sacudir as imagens e as ideias que preservamos da revolução.

As revoltas dos últimos anos no Chile e na América Latina voltaram a movimentar a palavra “revolução” no continente. Com isso em mente, proponho aqui caracterizar alguns pontos que permitem afirmar que a retomada do antagonismo político que vive a América Latina está sendo feita pela revolução feminista.

Assinalarei seis pontos a partir dos quais creio que os feminismos que emergem com força no Sul do mundo – e desde os Suis das metrópoles – estão desempenhando um papel fundamental. Pela sua capacidade de tornar realista, declarável, palpável uma experiência revolucionária, mas também por sua própria dinâmica, que obriga a sacudir as imagens e as noções que preservamos da “revolução”: a avaliar coletivamente o que invocamos e o que desejamos com este termo, bem como mostrar as dificuldades que ele levanta.

## DIMENSÃO DE MASSAS

Em primeiro lugar, a existência de um feminismo de massas me parece uma característica do movimento que, pelo menos nos últimos cinco anos, deu ao feminismo um novo ímpeto. Essa dimensão tem a ver com a capacidade de produzir mobilizações com uma força inédita, capaz de ocupar ruas, praças, cidades simultaneamente em diversos lugares do mundo. De fazê-las

<sup>1</sup> Uma versão deste texto foi apresentado na Conferência Internacional de Materialismo Histórico.

durar no tempo, não como acontecimentos isolados, mas como um processo político que procura suas formas de acumulação, suas zonas de repouso e de mudança de ritmo, suas citações elaboradas.

Essas mobilizações maciças são produto de um enorme trabalho político, de uma fúria que encontra uma força expressiva, de uma cotidianidade que se vê permanentemente problematizada (a revolta em massa das mulheres tem repercussão nas casas e nas camas, aí também está acontecendo). E de uma inteligência política que se ocupa de alimentá-la (penso no que nutriu a ação do grupo *Las Tesis*, por exemplo, no meio da revolta no Chile). A dimensão de massas multitudinárias, de maiorias, comprova a sua dimensão revolucionária porque efetivamente demonstra uma capacidade de “envolvimento” que não se reduz a grupelhos porque não permite que seja confinada a um setor e porque faz de sua expansividade uma política concreta. Sobre tudo quando sabemos que as condições das maiorias são as mais cruéis. Então, o fato de que as imagens políticas das massas tenham no feminismo um protagonismo decisivo sinaliza que há um componente revolucionário por sua força de questionamento, por sua capacidade de produzir uma experiência de subjetivação para as novas gerações, por seu modo de organizar-se, que permite uma coordenação em grande escala.

Mas também porque essa massividade é uma filigrana de ações, de convocatórias, de discussões, de assembleias, de coordenações. Nesse vai e vem, conjuga-se de modo novo a relação entre massividade e vetores de lutas minoritárias. O minoritário – entendido como uma composição política que desacata os sujeitos historicamente legítimos da revolução – adquire uma escala de massas como vetor de radicalização dentro dessa maré transfeminista. Desafia-se, assim, a maquinaria neoliberal de reconhecimento de minorias e de pacificação da diferença. Mas também se trabalha a massividade a partir de questões que costumam permanecer desprezadas ou desconhecidas quando só se concebe a massividade em termos numéricos, quantitativos ou por sua força homogênea e aplanadora.

## VIOLÊNCIA NEOLIBERAL

O que se massifica nessa experiência coletiva de colocar o corpo na rua? Diria que um dos elementos é a caracterização concreta da violência neoliberal: o que, por sua vez, pode ser entendido

como um elemento-chave do internacionalismo do movimento feminista (volto a falar sobre isso mais adiante).

Trata-se de uma caracterização da violência neoliberal que se dá de forma concreta a partir da experiência cotidiana de despojos, de precarização e de exploração que permite compreender a maneira como estas violências funcionam como engrenagens diretamente ligadas às violências machistas. Trata-se, entendo, de uma leitura da totalidade dessas violências, uma leitura sistêmica e, ao mesmo tempo, apreensível a partir da vida cotidiana.

Essa compreensão é corpórea, é situada e ao mesmo tempo é coletiva sem ser abstrata. Isso permite também reforçar uma maneira de rechaçar, de dizer basta aos modos filantrópicos e paternalistas com que se quer remediar a precariedade, impondo formas conservadoras e reacionárias de subjetivação azeitadas pelo medo.

Isso nutre as iniciativas feministas a se definirem como antineoliberais não só como afirmação ideológica, mas também a partir da prática concreta de assinalar as fronteiras nas quais se combate o avanço do capital. Quer dizer, declinar do confronto contra a privatização das aposentadorias, contra o endividamento doméstico, contra os cortes nos serviços públicos, contra a redução dos salários etc., em relação à forma com que coproduzem a violência contra certos corpos marcados por seu gênero e sua raça, não só coloca um conteúdo concreto ao antineoliberalismo nas dinâmicas feministas, como também disputa com a própria versão mais popular do neoliberalismo, de que a competição tornou-se uma mutação antropológica e, portanto, não existe nada além de sua governamentalidade onipresente.

É o cruzamento e a concatenação desses conflitos que vai tecendo, justamente, essa perspectiva sistêmica ao ponto de ser discutida (como vemos hoje no Chile) a constitucionalização do neoliberalismo, a normatividade que lhe é própria e que em nosso continente tem como origem as ditaduras militares.

É por essa razão que são – estão sendo – os feminismos do Sul do planeta os que permitem também deslocar as narrativas euro-atlânticas a partir das quais o neoliberalismo é geralmente conceituado. Temos em nossa região mais de quatro décadas de mutações neoliberais que nos permitem ler várias coisas. Por um lado, assinalar a origem mesma do neoliberalismo em termos de violência, associado às ditaduras e às formas de constitucionalização neoliberal que assinalarei. Por outro, compreender suas mutações posteriores do ponto de vista das lutas que o desafiaram e que permitem a leitura a contrapelo de suas estratégias, ou seja: postular o que as lutas subvertem como aquilo que determina a orientação de sua mutação.

Falar do caráter polimórfico, da capacidade combinatória, versátil do neoliberalismo mostra que a governamentalidade neoliberal diz respeito a uma racionalidade política que não se reduz ao aparato de governo e que disputa as subjetividades como espaço estratégico de produção de governo.

Se o neoliberalismo precisa agora aliar-se a forças conservadoras retrógradas – da supremacia branca aos fundamentalismos religiosos, do inconsciente colonial ao despojo financeiro mais desenfreado – é porque a desestabilização das autoridades patriarcais e racistas põe em risco a própria acumulação de capital no presente. É precisamente aí onde os feminismos exibem sua capacidade de reanimar o antagonismo e o conflito, porque atacam a estrutura de subordinação e exploração em uma zona sensível e estratégica: justo onde o neoliberalismo se articula com forças reacionárias no que diz respeito à família, à sexualidade, aos merecimentos de subsídios sociais, aos trabalhos não remunerados, às legislações anti-imigrantes etc.

## TRANSVERSALIZAÇÃO

Essa caracterização do neoliberalismo não é abstrata ou meramente analítica, mas permite uma enorme capacidade de alianças políticas e de contaminação e ampliação das dinâmicas próprias às lutas feministas para dentro de outras lutas. Não apenas como setor ou conjunto de demandas, mas na formulação mesma do que se demanda, nas maneiras de organizar os protestos e na ampliação dxs sujeitxs envolvidos.

Penso, tanto na maneira como a *Primera Línea*<sup>2</sup> nos protestos do Chile se encarregou do cuidado e de uma verdadeira infraestrutura de reprodução da revolta, como na experiência das jovens ao desarmar bombas no Peru, ou no modo como o diagnóstico feminista da crise da pandemia na Argentina sustentou a reivindicação do aborto como urgência.

Discutir a violência neoliberal como uma questão política que permita conectar, mapear e, portanto, identificar em que sentido a violência é – como diz Silvia Federici – uma força produtiva de primeira ordem e que, nos momentos de reedição da acumulação primitiva, tem efeitos concretos. Com Luci Cavallero falamos, nestes meses de crises aceleradas pela pandemia, de

<sup>2</sup> Coletivo Primera Línea: [https://es.wikipedia.org/wiki/Primera\\_l%C3%ADnea\\_\(Chile\)](https://es.wikipedia.org/wiki/Primera_l%C3%ADnea_(Chile)).

uma “violência proprietária”, justamente porque a propriedade é vista como a fronteira que atravessa cada conflito na pandemia de um modo mais evidente que em outros momentos. Observamos que essa batalha está concentrada nos territórios da reprodução social (que vão da casa aos serviços de saúde, dos monopólios de alimentos ao acesso a pensões) e sobre o comando do trabalho futuro que o endividamento doméstico busca controlar.

Ao mesmo tempo, vemos também como, na crise, a divisão entre proprietárixs e não proprietárixs se aprofunda através de lógicas familiares, que vinham sendo fortemente questionadas a favor da construção de espacialidades feministas. Discutir a propriedade é um ponto que esta revolução feminista antecipou situando a questão do que significa o dispositivo proprietário sobre os corpos das mulheres e os corpos com capacidade de gestar. Parece-me que este debate não fica, de novo, confinado, e sim que se conecta com um debate sobre a propriedade que é mais amplo e que, efetivamente, nos faz pensar e ensaiar outras formas não extrativas de nos relacionarmos com os corpos e com os territórios.

A batalha pela propriedade da qual falamos é disputada na demanda concreta de usos comuns e públicos dos bens e serviços que tornam possível (ou não) a reprodução da vida pessoal e coletiva. Visibilizada a reprodução enquanto esfera estratégica sobre a qual se monta o despojo neoliberal e o endividamento doméstico, a socialização de seus meios e recursos surgiu como um dos elementos globalmente comuns. Na maioria dos países, a financeirização dos direitos sociais (que significa ter acesso a eles através de dívida e em benefício de bancos e corporações) tem sido a segunda fase após a privatização das infraestruturas públicas e a asfixia das economias autogeridas.

Então, os planos de confrontação abertos são legíveis, em grande parte, pela dinâmica feminista de politização da esfera de reprodução tida como despojo de guerra da violência neoliberal: de quem são os serviços públicos, a quem pertence a produção de alimentos e medicamentos, de quem são as casas, que ameaças contra o acesso à educação estão em curso, de quem são as fortunas, que dívidas estão sendo criadas e que reformas tributárias a crise exige? Além disso, não vínhamos discutindo qual ordem sexual a propriedade privada traz consigo sobre os corpos e os territórios? Assim, a grande pergunta sobre quem vai pagar pela crise hoje envolve a discussão direta sobre a propriedade.

## ATUALIZAR O CONCEITO DE CLASSE

Contra a oposição “identidade *versus* classe” ou “temática do poder *versus* temática da exploração” com que muitas vezes se tenta encurralar as lutas atuais, as revoltas feministas expressam, mobilizam e difundem uma mudança na composição das classes trabalhadoras e no que se entende por trabalho, ultrapassando suas classificações e hierarquias.

A dimensão de classe dos feminismos é posta em jogo quando se fala de trabalho reprodutivo, desde a violência que sustenta a apropriação extrativista contra certos corpos e territórios até a prática da greve, que põe em evidência, não uma substituição e dissolução da questão da exploração, mas uma reformulação do modo como essa exploração se organiza quando os estereótipos tradicionais de gênero e os privilégios racistas são questionados como parte do triângulo indissolúvel entre capital, patriarcado e colonialismo (para citar a imagem utilizada por Raquel Gutiérrez Aguilar).

Várias análises apontam para uma nova articulação entre patriarcado e capitalismo que se expressa por uma nova articulação entre produção e reprodução que estaria orientada para a mutação do capitalismo neoliberal. Por isso aqui é fundamental adicionar a dimensão financeira à análise da reprodução social, como vem insistindo o feminismo há décadas. Porque é um lugar concreto onde moralidade e exploração se entrelaçam, mas também porque é nesse plano onde a forma do mercado mundial se acelera.

Na América Latina, o endividamento das economias domésticas, das economias não assalariadas, das economias consideradas historicamente não produtivas, entendido a partir de uma leitura feminista da dívida, permite compreender os dispositivos financeiros como verdadeiros mecanismos de extração de valor e de confinamento das vidas e designação de tarefas conforme mandatos de gênero, conforme a lógica de um relançamento de um processo de colonização.

Trata-se, então, de olhar para a fisionomia que adquire a recomposição do classicamente chamado conflito operário fora de suas coordenadas habituais (um marco assalariado, sindical, masculino), para pensar como a expansão do sistema financeiro é, por um lado, uma resposta a uma sequência específica de lutas e, por outro, uma dinâmica de contenção que organiza certa experiência da crise atual (sob propostas de inclusão financeira).

Essa perspectiva permite-nos também entender de que modo o endividamento massivo das populações – majoritariamente não assalariadas, migrantes, feminizadas – requer um tipo es-

pecífico de disciplinamento e, eventualmente, de criminalização. É outro modo de caracterizar a questão operária a partir de uma perspectiva feminista em nossos dias e de compreender as formas de exploração do momento neoliberal. Aqui, entendo, também está em jogo um sentido preciso de como a subjetivação de massas que as revoltas feministas estão favorecendo é um componente chave dessa batalha contra a mutação infinita do neoliberalismo, que pretende neutralizar todo limite, no sentido do utópico infinito financeiro.

## INTERNACIONALISMO

É assim também como a dimensão transnacional da revolução feminista, sua capacidade de combinar movimento, tendências e intensidades diversas em escala mundial vem sendo a possibilidade de um novo internacionalismo. Sabemos que as coordenações são trabalhosas, mas também frutíferas. Que as sínteses que vão sendo conquistadas (de ações, conceitos e demandas) têm conteúdos programáticos que surgem da revolta e de sua imaginação política.

É também o declínio de uma pergunta política que poderia ser expressa assim: Como continuamos colocando, em primeiro lugar, que as violências machistas são impensáveis sem as violências econômicas? Como suspendemos a extração de rendimentos (financeiro, imobiliário, agrícola – das transnacionais do agronegócio – e responsáveis pelo colapso ecológico)? Que capacidades de reapropriação da riqueza coletiva estão-se desenvolvendo? Como sustentamos uma espacialidade de lutas que é, ao mesmo tempo local e nacional, com impacto transnacional? Na série de greves feministas, estas perguntas têm adquirido consistência e hoje, frente à crise, tornam-se urgentes.

## REFORMULAR A RELAÇÃO ENTRE LUTAS E INSTITUIÇÕES

Por último, este enorme tema seria uma intervenção em si, mas considero útil o conceito de *realpolitik* revolucionária que podemos tomar emprestado de Rosa de Luxemburgo (e, em particular, o resgate que faz Friga Haugg). É um modo enlaçar as transformações cotidianas com o horizonte de mudança radical, em um movimento aqui e agora, de mútua imbricação, em uma política

que parta de baixo. Isso nos coloca a necessidade de ir acompanhando o desenvolvimento dessa relação em processos concretos, ir fazendo balanços coletivos, avaliar por onde se impulsiona a disputa em cada lugar.

Assim, a teleologia do “objetivo final” se desloca, mas não porque deixe de existir ou fique debilitada, mas porque entra em outra relação temporal com a política cotidiana, impregnando de dinâmica revolucionária cada ação concreta e pontual. A oposição devém complementariedade em termos de radicalização de uma política concreta que os feminismos estão trazendo para as ruas, para as camas e para as casas.

Mas também cria uma temporalidade estratégica, que é o desdobramento em tempo presente do movimento. Consegue trabalhar com as contradições existentes sem esperar o aparecimento de sujeitxs completamente liberadxs nem em condições ideais de lutas, nem confiando em um único espaço que totalize a transformação social. Apela à potência de ruptura de cada ação e não limita a ruptura a um momento final espetacular de uma acumulação estritamente evolutiva. Isso implica uma outra espessura à noção de feminismo como revolução cotidiana, porque disputa como se determina a orientação de cada crise a partir de práticas concretas e, nessa chave, dá-nos uma pista preciosa para a política feminista. Uma política que não pode estar abaixo de uma pragmática vitalista, desejosa de revolucionar tudo e, por isso mesmo, com capacidade de reinventar o realismo. Uma *realpolitik* revolucionária.

## AS AUTORAS

### DEBATE 1. CORPOS E TERRITÓRIOS: NOVAS FRONTEIRAS EXTRATIVAS DO CAPITAL



**Silvia Federici** é filósofa contemporânea, professora e ativista feminista marxista nascida na Itália e radicada nos Estados Unidos. Nos anos 1970, foi cofundadora do *International Feminist Collective* (Coletivo Internacional Feminista), participou da *Wages for Housework Campaign* (Campanha por um Salário para o Trabalho Doméstico) e contribuiu para o *Midnight Notes Collective* (Coletivo Notas da Meia-noite). Nos anos 1980, atuou como professora na

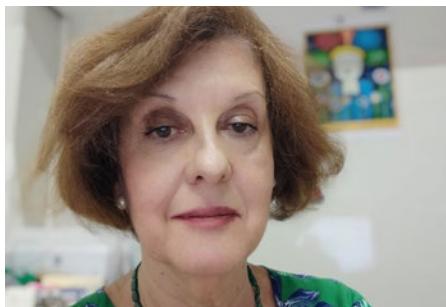
Universidade de Port Harcourt (Nigéria), onde acompanhou a organização feminista *Women in Nigeria* (Mulheres na Nigéria) e contribuiu para a formação do *Committee for Academic Freedom in Africa* (Comitê para a Liberdade Acadêmica na África). Atualmente, é professora emérita na Universidade Hofstra (EUA). No Brasil, seus livros publicados são: *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*; *Mulheres e caça às bruxas*; *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*; e *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*.

**Sonia Bone Guajajara** é líder indígena brasileira, nascida na Terra Indígena Arariboia (Maranhão). É formada em Letras e Enfermagem e especialista em Educação Especial pela Universidade do Estado do Maranhão (UEMA). Em 2015, recebeu a Ordem do Mérito Cultural. Em 2018, foi candidata a vice-presidenta do Brasil pelo PSOL, ao lado de Guilherme Boulos. Atualmente, coordena a APIB – Amazônia (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil).



**Graciela Rodriguez** (mod.)

## DEBATE 2. GEOPOLÍTICA DO EXTERMÍNIO



**Beatriz Bissio**, nascida no Uruguai e radicada no Brasil, é professora do Departamento de Ciência Política do Programa de Pós-Graduação em História Comparada, do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre África, Ásia e as Relações Sul-Sul (NIEAAS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

**Graciela Rodriguez**, socióloga, feminista, é coordenadora do Instituto Equit - Gênero, Economia e Cidadania Global, foi coordenadora da IGTN - *International Gender and Trade Network* (Rede Internacional de Gênero e Comércio). Atualmente, é membro da coordenação e do GT Gênero da REBRIP e da Rede de Gênero e Comércio.



**Tatiana Oliveira** (mod.) é assessora de políticas públicas e direitos socioambientais do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), doutora em Ciência Política, com estágio pós-doutoral em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisadora do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

### DEBATE 3. SISTEMA FINANCEIRO: ENDIVIDAMENTO DAS MULHERES E FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA

**Marcela Vecchione Gonçalves** é PhD em Relações Internacionais (*McMaster University - Canada*). Atua como professora e pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos pela Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA) e coordena o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA).



**Luci Cavallero** é militante feminista argentina, pesquisadora da Universidade de Buenos Aires (UBA) e membro do GIIF - *Grupo de Investigación e Intervención Feminista* (Grupo de Pesquisa e Intervenção Feminista).

**Francy Jr.** (mod.), historiadora, atriz e ativista feminista e antirracista. Articuladora do Movimento de Mulheres Negras da Floresta - Dandara, e integrante do Fórum Permanente de Mulheres de Manaus.



## DEBATE 4. NEOLIBERALISMO, ELEIÇÕES NOS ESTADOS UNIDOS



**Wendy Brown** é filósofa e cientista política estadunidense, leciona no Departamento de Ciências Políticas e no Departamento de Retórica da Universidade da Califórnia em Berkeley (EUA). Escreveu diversos livros, dentre os quais, *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente* e *El pueblo sin atributos: la secreta revolución del neoliberalismo*.

**Verónica Gago** (mod.) é docente da Universidade de Buenos Aires (UBA) e da Universidade Nacional de San Martín (UNSAM), além de pesquisadora do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET - Argentina). Faz parte do GIIF - *Grupo de Investigación e Intervención Feminista* e do Conselho Assessor da revista *Jacobin América Latina*.



## DEBATE 5. VIOLÊNCIA PROPRIETÁRIA



**Ana Falú** é arquiteta argentina, feminista e pesquisadora do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET - Argentina). É professora emérita da Universidade Nacional de Córdoba (UNC - Argentina) e diretora da *Maestría de Gestión y Desarrollo Habitacional* (UNC). É diretora executiva da organização *Centro de Intercambios y Servicios Cono Sur* (CISCSA - Córdoba, Argentina). Atuou como diretora regional da ONU Mulheres.



**Raquel Rolnik** é arquiteta e urbanista brasileira, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) e coordenadora do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (Lab-Cidade/USP).

**Helena Silvestre** (mod.) é ativista das lutas por moradia e território, escritora, editora da Revista Amazonas e educadora popular na Escola Feminista Abya Yala.



## DEBATE 6. DEBATES CONTEMPORÂNEOS DA ECONOMIA FEMINISTA



**Cristina Carrasco** é economista feminista, chilena. Atuou como professora de Teoria Econômica na *Facultad de Economía y Empresa* na Universidade de Barcelona (Espanha). É membro do *Instituto Interuniversitario de las Mujeres y el Género* das *Universidades Catalanas* e da *International Association for Feminist Economics* (IAFFE). É uma das fundadoras das *Jornadas de Economía Crítica* de Valladolid, integra o conselho editorial da *Revista de Economía Crítica* e é membro da Junta Diretiva da *Asociación de Economía*

*Crítica* (AEC). É autora de *La economía feminista: una apuesta por otra economía, Economía, trabajos y sostenibilidad de la vida*, entre outros.



**Mônica Francisco** é cientista social, pastora, feminista, militante dos direitos humanos, comunicadora popular e política brasileira, eleita à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro pelo PSOL em 2018. Foi assessora da vereadora Marielle Franco.

**Norma Sanchís** (mod.) é socióloga argentina. Pesquisadora e ativista feminista, presidenta da Associação Lola Mora e integrante da Rede de Gênero e Comércio.



## DEBATE 7. TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO E EMPREGO

**Sofía Scaserra** é economista argentina, docente e pesquisadora do *Instituto del Mundo del Trabajo Julio Godio da Universidade Nacional de Trés de Febrero* (UNTREF - Argentina).



**Estela Díaz** é militante social, sindical e feminista argentina. Atuou como secretária de gênero da *Central de Trabajadores de la Argentina* (CTA) e atualmente, é Ministra da Mulher, Políticas de Gênero e Diversidade Sexual da Província de Buenos Aires.



**Alma Espino** (mod.) é economista feminista, uruguaia. É presidenta da organização *Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo en Uruguay* (CIEDUR). É docente da *Universidad de la República* e membro do *Sistema Nacional de Investigadores* (Uruguai). Atualmente, integra o Grupo Assessor da Sociedade Civil para América Latina e Caribe da ONU Mulheres.



Como o modelo capitalista está funcionando hoje na região; quais suas novas formas de exploração nos territórios, nas populações e nos corpos? No cenário das incertezas simultaneamente certeiras em brutalidade e dor em que a pandemia despontou, lançamo-nos ao espaço virtual para acolher e dialogar com vozes, embora espacialmente distantes, unidas pelo desejo comum de entender a realidade mutante e acelerada do mundo.

Com discussões conduzidas à análise crítica, mas também no sentido das alternativas, da elaboração de novas agendas que nos coloquem em uma linha de trabalho atenta às novas necessidades, tanto dos movimentos, como das sociedades em seu conjunto, as mulheres reunidas neste ciclo de debates virtuais transformados em livro oferecem perspectivas e caminhos extremamente frescos, potentes e chave para as discussões dos temas ou perspectivas novos na agenda dos feminismos populares, comunitários, ativistas; plurais.

Partindo da complexa e diversa realidade latino-americana e procurando adentrá-la, este é um trabalho que visa ainda estreitar o diálogo entre o movimento social e feminista brasileiro e seus pares da América Latina, questão central para o fortalecimento dos feminismos na região.

A atual realidade, em corrosiva transição ou crise civilizatória, demanda que discutamos quais são as novas fronteiras extrativas do capitalismo; que nomeemos a violência patriarcal explicitada com o home office, a casa transformada em nova fábrica e o assustador futuro do trabalho; que denunciemos a violência proprietária constante nos campos e cidades; ou que não silenciemos frente aos modos como o sistema financeiro vem operando no endividamento das populações (sobretudo das mulheres): os debates virtuais em que se baseia esta publicação levantam tudo isso e muito mais, trazendo ainda cruciais leituras da geopolítica global e os aportes da economia feminista para a transformação que queremos deste cenário desolador que vemos montar-se, mas que desejamos desmoronar.